

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TESE DE DOUTORADO

PÁTRIA LIVRE, MEU ROÇADO.

**Sociabilidade e configuração social em
assentamentos rurais**

Autor: Autor: Vanderci Benjamin Ruschel

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria P. P. Bergamasco

Campinas, 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

R893p **Ruschel, Vanderci Benjamin**
Pátria livre, meu roçado: sociabilidade e configuração social
em assentamentos rurais / Vanderci Benjamin Ruschel.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Reforma agrária. 2. Movimentos sociais rurais.
3. Assentamentos rurais. 4. Camponeses. 5. Sociabilidade.
I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Título em inglês: Pátria livre, the peasant's place: sociability and
social setting on the rural settlement

Palavras chaves em inglês keywords) :
Reform agrarian
Rural social movements
Rural settlement
Peasants
Sociability

Área de Concentração: Sociologia Rural

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Emilia
Piatrafesa de Godoi , Maria Nazareth B. Wanderlei, ,
Marilda Aparecida Menezes, Vera L. Botta Ferrante.

Data da defesa: 07-12-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

VANDERCI BENJAMIN RUSCHEL

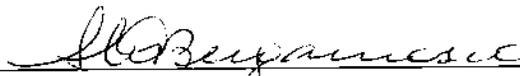
PÁTRIA LIVRE, MEU ROÇADO.

Sociabilidade e configuração social em assentamentos rurais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Este Exemplar corresponde a redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 07/12/2010.

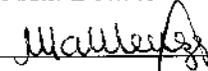
Banca examinadora



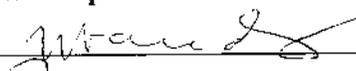
Prof. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Orientadora)



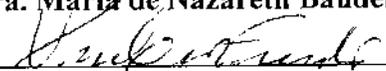
Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi



Prof. Dra. Marilda Aparecida Menezes



Prof. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley



Prof. Dra. Vera Lucia Botta Ferrante

Suplentes

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira

Prof. Dr. Edgard Afonso Malogodi

Campinas, 2010

SUMÁRIO

Agradecimentos	vii
Dedicatória	ix
Resumo	xi
Abstract	xii
Lista de quadros e figuras	xiii
Introdução	001
Parte I - A história e os sujeitos: transformações socioeconômicas e o campesinato.	013
1.1. Processo de formação do “Assentamento Pátria Livre”: resistência e luta pela terra da família.	013
1.2. Interpretação da motivação dos assentados na luta pela terra: reprodução da condição camponesa.	032
1.3. Configuração original da região do Planalto da Conquista: padrões, vaqueiros e lavradores.	041
1.4. Modernização e reconfiguração socioeconômica da Região Sudoeste da Bahia.	052
1.5. Ocupação “o caminho” da roça.	076
Parte II - Sociabilidade e configuração social do espaço de vida Assentamento Pátria Livre.	091
2.1. A ocupação: o <i>habitus</i> camponês e a elaboração da legitimidade para o ato de “pegar a terra”.	091
2.2. Trajetórias camponesas: experiências entre a “roça” e a “rua”.	096
2.3. Sociabilidade: embasamento teórico.	121

2.4. Formas de sociabilidade em desenvolvimento no Assentamento Pátria Livre.	138
2.4.1. Assentamentos: os espaços daqueles que se (re)conhecem.	140
2.4.2. “Roça de mantimentos”: planos e desejos camponeses.	144
2.4.3. Entre a “roça” e a “rua”: relações com o meio urbano e o rural circundante.	157
2.4.4. Organizações formais dos assentados.	164
2.4.5. Religião e religiosidade no Assentamento	168
2.4.6. Sociabilidade no Assentamento Pátria Livre	169
2.5. Configuração social do Assentamento Pátria Livre	176
2.5.1. Eu, nós e eles: Assentamento Pátria Livre um espaço de vida camponês reconfigurado.	178
Conclusão	186
Referências bibliográficas	196

Agradecimentos

Gostaria inicialmente, de forma geral, agradecer a todos que de alguma maneira me ajudaram nessa etapa: familiares, amigos, instituições governamentais, movimentos sociais, assentados, comunidades acadêmicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Professora Sonia Bergamasco, pela orientação crítica, pela liberdade de trabalho que me proporcionou, pela paciência, compreensão e pelo olhar humano sobre as minhas dificuldades pessoais neste período de travessia, muito obrigado.

De forma muito especial gostaria de agradecer a Neide, esposa, companheira e pesquisadora social, pelo incentivo, leitura crítica e apoio nos momentos difíceis; ao meu querido Artur, por compreender porque não tinha tempo para lhe dar mais atenção.

Valter, Marlete, Mari, Júnior, Toinho e Maria do Toinho pela amizade e apoio, muito obrigado, também ao Miguel, Laura e Vlad por serem meus pequenos amigos.

Mãe, Pai (saúde), Milo, Joel, Solange, Elizete, Cris, Lori, Fábio, Marcelo, Waleska, Lisis e Aline, minha família a qual deixei de visitar tantas vezes porque “ainda não tinha terminado a tese”, obrigado pela compreensão.

Aos meus compadres Lando e Lila – Clarinha e Joaquim – obrigado pela acolhida e pela amizade. Isabel, Tina, Gildásio, João, Chico, Rose, Cida, Miro, Martin e Isi, pelas indicações de leitura e principalmente pela amizade, sou muito grato e espero reencontrá-los sempre, da mesma forma aos pequenos Carlinhos, Kayodê, Caio e Sofi.

Gostaria também de agradecer aos colegas do CERES, da RURIS, a minha turma de doutorado de 2006, aos professores do IFCH, professores e colegas de disciplinas da FEAGRI pelas ricas experiências acadêmicas e humanas que me proporcionaram.

Agradeço imensamente pelo trabalho competente de todo corpo técnico e administrativo do IFCH e da UNICAMP. Ao SAPPE, sobretudo à Dra. Cristina, agradeço o apoio.

Para Neide e Artur

Resumo

Pela análise das formas de sociabilidade e da configuração social do espaço de vida Assentamento Pátria Livre em Vitória da Conquista (Bahia), compreendemos as motivações dos atores sociais que se integram na luta pela terra. Em entrevistas com assentados e lideranças, observação de campo, aliadas ao estudo da formação sócio-histórica regional, identificamos que as formas de sociabilidade e a configuração social em desenvolvimento no Assentamento Pátria Livre são sínteses resultantes da interação entre as motivações dos assentados, fundadas no *habitus* camponês e o modelo de organização social e política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas duas visões de mundo compõem uma convergência instável, complementar e contraditória. Os assentados, orientados pelo *habitus*, buscam a terra para reproduzir a condição de vida registrada em suas memórias, mas, em “Movimento”, necessitam assimilar novas práticas sociais e políticas nem sempre convergentes com suas próprias motivações. No assentamento as contradições entre os desejos dos assentados e as concepções de vida e a dinâmica sócio-política do MST começam a se manifestar: os camponeses querem cessar de se movimentar e viver no sossego da terra da família, porém, o “Movimento” quer avançar para “reformas maiores”, propondo a coletivização da terra. O confronto entre estas motivações resultou na configuração “semi-coletiva” que comporta formas de sociabilidade características das comunidades camponesas e outras oriundas da organização social de luta pela terra da qual os assentados fazem parte. Esta síntese é possível porque, em alguma medida, converge com as concepções do MST e a aspiração dos camponeses de viver na terra com suas famílias.

Palavras-chave: Reforma Agrária; movimentos sociais; assentamentos rurais; camponeses; sociabilidade.

Abstract

By analysis of the forms of sociability and social configuration of the living space Settlement Patria Livre in Vitoria da Conquista (Bahia), we understand the motivations of social actors come together in the struggle for land. In interviews with settlers and leaders, observation, allied to the study of socio-historical formation of the region, we identified that the forms of sociability and social development in setting settlement Patria Livre are the synthesis of the interaction between the motivations of the settlers, founded in peasant *habitus* and the model of social and political organization of the Movement of Landless Workers (MST). These two worldviews constitute an unstable convergence, complementary and contradictory one. The settlers, led by the *habitus*, seek land to reproduce the condition of the life recorded in their memoirs, but in the "Movement", they need to assimilate new practices and social policies that do not always converge with their own motivations. Having conquered the land, the contradictions between the concepts of life and socio-political dynamics of MST begin to manifest, the peasants want to cease to move and live quiet on the family land, but the "Movement" wants to move to "major reforms", proposing the collectivization of land. The confrontation resulted in the setting of motivations "semi-collective", which includes forms of sociability characteristics of rural communities and others social organization arising from the land struggle of the settlers which they belong. This synthesis is possible because, in some measure, converges with the views of the MST and the aspiration of the peasants to live on land with their families.

Keywords: Reform agrarian; Rural social movements; rural settlement; Peasants; sociability.

Lista de quadros e figuras

Quadro 1 – TRVC – Bahia: composição e informações gerais	65
Quadro 2 – TRVC – Municípios/Relação entre tipo de estabelecimento e área	70
Quadro 3 – Culturas agrícolas por município 2005 por ordem decrescente	71
Quadro 4 – Pecuária no TRVC em 2004	72
Quadro 5 – Municípios. <i>Ranking</i> em criação de animais	75
Quadro 6 – Relação de trabalho/Produção/Situação. Reg. Sul/ Brasil (%) 1996	80
Quadro 7 – Aspectos estruturais e infraestruturais dos assentamentos de Reforma Agrária da Região Sudoeste da Bahia – 2002	89
Quadro 8 – Aspectos sócio-econômicos e ambientais das áreas de assentamento da Região Sudoeste da Bahia. 2002	90
Figura 1 – Território de Identidade	66
Figura 2 – População urbana e rural – Ano de 2000	67
Figura 3 – Cidades Pólos e suas zonas de influência	68
Figura 4 – Presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	88

Introdução

A identificação pessoal e afetiva com o tema dos assentamentos rurais nos coloca um desafio, indicado por Weber (1999): o de manter, diante do objeto e do método de pesquisa, uma vigilância epistemológica constante. Somente assim, diz o autor, podemos produzir conhecimento científico sobre os fatos sociológicos e não versões e olhares pessoais que apenas reproduzem valores e pré-noções já cristalizadas. Nesse intuito, iniciamos com uma descrição da origem do problema da pesquisa e dos caminhos metodológicos percorridos, procurando aproximar o leitor do processo de construção da tese.

No ano de 1998, ao lecionar na “Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio”¹ do “Assentamento Vitória da Conquista”, vinculado ao Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Fraiburgo-SC, e ao morar no mesmo Assentamento, em uma casa situada no pátio da escola, comecei a perceber as dificuldades e os desafios da formação de um novo espaço de vida.²

Mais tarde, durante o Mestrado em Educação, ao realizar pesquisas e tecer reflexões sobre o tema “cooperação e trabalho como princípios pedagógicos”, a partir da minha vivência enquanto professor e morador do referido assentamento, as questões sobre a formação de um novo espaço de vida e sobre a sociabilidade nos assentamentos rurais mostravam-se cada vez mais merecedoras de investigação. Naquele período, já percebia que as diferenças culturais, a diversidade das origens étnicas³ e a necessidade da convivência com pessoas

¹ Mesmo sendo uma escola estadual, havia um acordo que permitia ao MST montar seu quadro de professores.

² Isto não significa dizer que nas comunidades de origem reinava a estabilidade comunitária, pois se sabe que na dinâmica de reprodução do campesinato, cada geração precisa se deslocar em busca de novas terras nas fronteiras agrícolas, tornando a inconstância da vida uma característica fundamental das populações rurais do Brasil. Diferentemente do campesinato europeu - matriz das formulações teóricas sobre o campo brasileiro e do qual herdamos características sócio-culturais importantes caracterizadas pela estabilidade e pela vida comunitária relativamente autônoma e fechada em si mesma, no campesinato brasileiro essa estabilidade temporal e territorial é mais difícil de ser estabelecida.

³ Santa Catarina, apesar de ser um Estado pequeno em extensão, possui uma diversidade cultural muito acentuada, sobretudo no interior. Recebeu imigrantes de muitos países europeus que se estabeleceram nos territórios anteriormente ocupados pelos nativos indígenas e caboclos. Além disso, há ainda descendentes de escravos, os quais também tiveram uma participação relevante na constituição da população. A região do

não pertencentes à rede original de parentesco e de vizinhança faziam daquele espaço uma arena de conflitos e de negociações constantes, ou seja, um espaço de singularidades em interação. Contudo, a despeito de toda essa diversidade, também percebia que algo os unificava, pois sua identidade parecia encontrar-se num sentimento novo: serem “Sem Terra”, terem vivido juntos experiências profundas e estarem assentados num mesmo espaço reconhecido como “assentamento de Sem Terra”.

De forma geral, foi possível identificar que as tentativas de organização coletiva da produção agrícola, ensejadas pelo MST, encontravam severos empecilhos, ao passo que as atividades nas unidades de produção familiares desenvolviam-se de forma satisfatória e, apesar de todas as dificuldades impostas pelo mercado à agricultura familiar, muitas famílias alcançavam um significativo desenvolvimento econômico. Constatou-se também que os assentados desenvolviam espontaneamente formas de solidariedade, como a troca de serviços, a compra de equipamentos em grupos de vizinhos, a ajuda às famílias com dificuldades ocasionadas por doença ou por outros problemas, os mutirões etc.

De acordo com os assentados, o que impedia a maior participação nas atividades coletivas era a falta de tempo, pois toda força de trabalho era requisitada para as atividades na propriedade da família e em serviços nas fazendas comerciais da região para complementar a renda familiar. Mas mesmo assim, apesar de uma vida de árduo labor, geralmente muitos participavam das atividades do Movimento.

Os assentados relataram que, durante a ocupação e o período pré-assentamento, o trabalho coletivo funcionava melhor e a solidariedade estava mais presente, uma vez que organizavam roças coletivas e cooperavam das mais diversas formas. No entanto, a partir do momento em que a terra foi dividida, cada um passou a “cuidar do que era seu”, abandonando os propósitos de cunho

Oeste Catarinense, de onde provém a maior parte dos assentados em questão, foi colonizada pelos imigrantes acima referidos oriundos do Rio Grande do Sul, que buscavam novas terras onde pudessem se estabelecer como camponeses.

coletivo.⁴ Alguns lamentavam o fato de serem já “muito velhos” para se “acostumarem” ao tipo de organização da vida que o Movimento pretendia, mas gostariam que, no futuro, seus filhos, com “mais estudo” e familiaridade com o Movimento, adotassem tais modelos organizacionais.⁵

Em virtude das dificuldades para implementar as organizações cooperativas, a “Escola Agrícola” incumbiu-se de organizar as atividades pedagógicas de acordo com os moldes de uma Cooperativa de Produção Agrícola (CPA), porém os alunos também reproduziam as contradições vistas entre o modo de organização proposto e aquele habitual e enraizado, praticado no dia-a-dia da família camponesa. Reclamavam constantemente que os colegas não sabiam conviver em grupo, que não respeitavam o planejamento e que uns trabalhavam mais que outros.

Por outro lado, as “formas de sociabilidade” que se estabeleceram com maior facilidade nos assentamentos foram aquelas relacionadas ao modo de vida camponês da região: igreja, escola⁶, bar, armazém, jogo de bocha, jogo de futebol, visitas dominicais, rodas de chimarrão, festas da igreja e da escola, bailes, auto-ajuda, etc. Ao lado destas, novas formas de sociabilidade, apreendidas durante o processo de luta pela terra, como as ocupações de terras⁷ e de órgãos públicos, as viagens à capital e às cidades próximas para protestos ou reivindicações, a participação nas “marchas” dos Sem Terra e as reuniões, eram eventos importantes e contavam com a adesão dos assentados. Uma parcela significativa deles, mesmo comprometendo o trabalho agrícola, procurava sempre enviar alguém da família para tais atividades.

⁴ A literatura sobre o campesinato aponta que existem diversas formas de cooperação entre as famílias e que trocas de trabalho e mutirões são marcas significativas das populações rurais no Brasil, seja nos momentos de doença, de morte, de desastres naturais ou simplesmente diante da necessidade de “emprestar” braços para o trabalho do vizinho durante o período da colheita ou na construção de uma nova moradia.

⁵ Depoimentos sobre este tema foram analisados em minha Dissertação de Mestrado (RUSCHEL, 2001).

⁶ A escola representa uma inovação de grande impacto sobre a vida familiar camponesa, acostumada a dispor da força de trabalho dos filhos em tempo integral. Além do mais, os conhecimentos necessários ao modo de vida camponês eram transmitidos diretamente de geração para geração. Não é gratuito o fato de que, em um determinado momento histórico, a escola tenha se tornado obrigatória.

⁷ Filhos, parentes e conhecidos muitas vezes acampavam nestas novas áreas e recebiam apoio dos assentados. LOERA (2006) trata deste fenômeno e o denomina como “espiral de ocupações”.

Naquele período, final da década de 1990, as publicações do MST indicavam claramente que o ideal era a superação da condição camponesa de viver. Nessas formulações os “camponeses sem terra” eram percebidos como “trabalhadores sem terra”, (como a própria sigla propõe). Assim, aplicavam um grande esforço em promover a divisão social do trabalho nos assentamentos, entendida como mais eficiente no aspecto produtivo e político, e divulgavam as cooperativas como sendo formas mais profícuas para a promoção destes ideais. Paulatinamente, devido às dificuldades culturais, políticas e econômicas enfrentadas pelas organizações cooperativas, o MST passou a incentivar formas de organização que confluíssem com o *habitus* camponês, ou seja, formas mistas como os assentamentos “semi-coletivos”, as associações de comercialização, as agrovilas com lotes individuais, os mutirões, etc.

Em 2006, morando em Vitória da Conquista- Ba, ao tomar conhecimento do “Assentamento Pátria Livre”, identifiquei que, embora nacionalmente o MST tendesse a aceitar e a incentivar formas mistas de assentamento, ali ainda mantinha-se o ideal de coletivização total do trabalho e da terra. De início, foi possível perceber entre os assentados do “Pátria Livre” um certo constrangimento e resistência em relação à coletivização e um desejo pela afirmação da autonomia familiar.

Essas observações iniciais compuseram o ponto de partida da nossa investigação sobre a sociabilidade e a configuração social em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, pois instigados por essas manifestações recorrentes nos assentamentos das mais diversas regiões do Brasil⁸ e cientes de que as “configurações sociais” e as “formas de sociabilidade”, desenvolvidas nesses espaços, são sínteses das motivações dos atores sociais, nós nos propusemos a tarefa de investigar tal fenômeno no processo de formação do espaço de vida no “Assentamento Pátria Livre”.

Partimos do pressuposto de que o *habitus* do grupo social ao qual pertencem as famílias condiciona as motivações - entendidas como “conteúdos de

⁸ Há um significativo número de estudos que percebem esses mesmos conflitos em assentamentos de várias regiões do País.

interação” - dos atores nas relações sociais. Respaldados por esses valores, tais grupos produzem/reproduzem “configurações sociais” e “formas de sociabilidade” concretas, observáveis em seu espaço de vida. Neste sentido, pretendemos captar o mundo subjetivo dos valores através da observação e da análise de suas cristalizações/objetivações no “espaço de vida do assentamento rural” em forma de grupos de afinidades e relações sociais específicas.

Assim, a partir de tais investigações e análises, nosso objetivo foi o de estabelecer relações entre essas manifestações e o processo histórico de transformação do “modo de vida rural tradicional”, ou seja, como o *habitus* de classe motiva, orienta e condiciona os atores sociais no processo de “**formação do espaço de vida Assentamento Pátria Livre**”. Nesse intuito, adotamos as seguintes questões norteadoras para a pesquisa:

1. Que tipo de **configuração social** e quais **formas de sociabilidade** são perceptíveis no “Assentamento Pátria Livre”?
2. O conflito e a negociação em torno do modelo de assentamento (Unidade de Produção Familiar *versus* Propriedade e Trabalho Coletivo) representam o desejo de “reconstrução” do *habitus* camponês e do modo de vida rural tradicional? Isso significa uma disputa entre a reconstrução do passado, por parte dos assentados, e a construção de um modelo novo de vida rural, por parte do MST?
3. Quais características da sociedade regional e do processo sócio-histórico que engendram e condicionam a sociabilidade e a configuração social do “Assentamento Pátria Livre”?
4. Quais especificidades e semelhanças existem entre o meio rural regional e os assentamentos? Que tipos de espaços são estes, considerando-se o debate sobre as transformações do espaço rural na contemporaneidade?

As respostas a essas perguntas foram obtidas por meio de sub-questões, elaboradas a partir de indicadores de características sócio-culturais entre os assentados: o significado da terra pela qual lutaram; o significado do trabalho na terra; o tipo de agricultura praticado; o relacionamento com o mercado; o significado da família; as redes de relações sociais; as trajetórias de vida das famílias, as atividades de lazer, as práticas religiosas, as formas das moradias, os desejos, as frustrações, as alegrias e os prazeres, entre outros.

Segundo vários pesquisadores do tema, as motivações para a rejeição das formas coletivas de propriedade, percebida nos assentamentos rurais, referem-se às expressões dos traços sócio-culturais do modo de vida rural tradicional e do *habitus* de classe. Neste sentido, estas são as hipóteses que orientaram a investigação:

- As “formas de sociabilidade” e a “configuração social” em desenvolvimento no “Assentamento Pátria Livre” apresentam características da sociabilidade do “modo de vida” rural e ao *habitus* camponês regional.
- No *habitus* camponês, a condição de autonomia, representada pela posse efetiva da terra, simboliza um ideal de vida para as demais formas camponesas “dependentes”, caracterizadas pelo acesso e pela *posse* provisória da terra, tais como moradores, agregados, meeiros, arrendatários e outros.
- O desenraizar dos camponeses não extinguiu, embora tenha enfraquecido, os vínculos com a terra e com as redes de interconhecimento do local de origem. Deste modo, os elementos culturais, remanescentes do passado rural e camponês, no momento da crise urbana, guiam a escolha da opção de retorno, ainda que este, feito por meio da ocupação da terra, contrarie o *habitus* de acesso à terra caracterizado pela sujeição e pela dependência aos patrões. Neste sentido, a adesão ao MST e ao seu método de luta pela terra representa uma estratégia de reprodução camponesa.

Em síntese, temos como hipótese que as famílias do “Assentamento Pátria Livre” pretendem reproduzir um modo de vida camponês, experimentado pessoalmente ou por seus pais e avós. No entanto, esse modo de vida e esse *habitus* camponês necessitam de adaptação a uma nova conjuntura sócio-histórica, fato que gera uma configuração específica construída com base em elementos da memória, da realidade presente e das utopias para o futuro.

Para a verificação das hipóteses e conseqüente concretização do objetivo da pesquisa, foi feita uma análise integrada das trajetórias de vida das famílias assentadas, das formas de sociabilidade e da configuração social resultantes do processo de conformação do espaço de vida “Assentamento Pátria Livre”, seguindo-se o caminho metodológico descrito abaixo:

i) Observações e entrevistas para produzir uma descrição interpretativa mais ampla possível da configuração social e das formas de sociabilidade encontradas no espaço de vida “Assentamento Pátria Livre”.⁹

ii) Busca, nas trajetórias familiares, dos motivos que condicionam as ações dos atores sociais.

iii) Elaboração de uma análise interpretativa sobre os fenômenos correlacionados à configuração social e à sociabilidade desenvolvidos no “Assentamento Pátria Livre”.

O trabalho de campo foi iniciado em agosto de 2007¹⁰, quando os assentados ainda viviam em barracos construídos com os mais variados tipos de materiais (madeira, lona, barro, lata e telhados de cerâmica, de amianto e de zinco). Essas habitações estavam dispostas uma ao lado da outra e separadas frontalmente por ruas de 10 m de largura, configuração típica dos acampamentos do MST. Os assentados esperavam a chegada de recursos estatais para a

⁹ Concebe-se o assentamento como uma vontade de reproduzir um espaço de vida “total”, conforme a concepção de Mauss (2003), espaço onde se mora, em que se trabalha e se vive. Cabe ressaltar que esta concepção deve ser interpretada como um “tipo ideal” de espaço de vida, conforme a concepção de “autonomia relativa” da comunidade/sociedade (SHANIN, 1980; MENDRAS, 1976) e da “exploração familiar camponesa”, (LAMARCHE, 1993).

¹⁰ Primeiro contato com propósitos de pesquisa, pois já havia encontrado parte deste grupo acampado no “Assentamento Mucambo” por ocasião de uma visita com meus alunos da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) em 2006.

construção das suas casas definitivas em outro local do assentamento e, embora ainda não soubessem o tamanho das casas e nem quando seriam construídas, havia um clima de contentamento e de otimismo em relação às futuras moradias já que, sendo de alvenaria, proporcionariam mais conforto e segurança.¹¹

Como é de praxe, a entrada no assentamento foi viabilizada pelos dirigentes do MST regional, fato que produziu, inicialmente, certo temor e inibição nos assentados, porém, ao perceberem que não se tratava de alguém do Movimento, tampouco do “Governo”, as conversas começaram a fluir com mais tranquilidade e descontração, sobretudo na medida em que obtinha certa confiança por parte das famílias assentadas.

No intuito de ficar mais próximo do “campo”, no início de 2008 voltei a fixar residência em Vitória da Conquista, após um período de três anos em Campinas/SP a fim de cumprir os créditos disciplinares do curso. Durante todo o ano de 2009 e no início do ano de 2010, retornei ao campo com frequência para o aprofundamento dos temas iniciados ou para a exploração de novas questões que surgiam como resultado do constante apuramento dos instrumentos de pesquisa e das reflexões sobre os dados colhidos nas experiências de campo anteriores. Durante esse período também realizamos contatos e entrevistas com lideranças de sindicatos e de cooperativas, com autoridades municipais responsáveis pela agropecuária e com pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Agrônomicas, os quais estudavam o meio rural da Região.

Os instrumentos centrais na coleta de dados da pesquisa foram inicialmente as “entrevistas abertas”, que passaram depois a “semi-estruturadas”, e as “observações” de campo. Mesmo nas entrevistas abertas, aproveitávamos os momentos em que os temas relacionados à pesquisa despontavam para direcionar o diálogo ao aprofundamento destes assuntos. Nessas longas conversas, no convívio, na participação do cotidiano e por meio das entrevistas semi-estruturadas (com gravador e caderno de campo) construímos a “trajetória de vida” dos assentados participantes da pesquisa e de seus familiares e ainda obtivemos as demais informações para a concretização/elaboração deste trabalho.

¹¹ As casas e a agrovila começaram a ser construídas em 2008.

A despeito dessa tranquilidade, havia sempre o receio de não conseguir relativizar os discursos dos informantes, adotando-os enquanto “verdades” prontas e assim acabar interpretando a realidade por meio de percepções e de pré-noções pessoais. Tal preocupação se acentuava porque minha trajetória ligava-me intimamente ao objeto de pesquisa. Porém, tudo isso acabou por se cristalizar no cuidado em construir explicações sociológicas - beneficiando-nos desta familiaridade com o lugar e com o tema - que chegassem à essência dos processos sociais sob investigação. Neste sentido, reportando-nos a Weber e sua preocupação com a vigilância epistemológica, pudemos tomar a familiaridade e a “paixão” pelo grupo social em análise como auxílio e não empecilho à pesquisa.

Também vale lembrar Bourdieu, (2004), ao criticar o *homo academicus*, que esconde do leitor os retoques sucessivos de um trabalho de pesquisa, como se fosse possível simultaneamente pensar, escrever e elaborar um trabalho científico. Assim, salientamos que, ao longo deste trabalho, foram feitas reformulações, inclusões e descartes de idéias e de teorias na medida em que tais procedimentos se tornaram necessários.

Havia uma decisão central a ser tomada para prosseguir na pesquisa de campo: como escolher os entrevistados e como coletar os dados? Já tínhamos compreendido que, para contemplar os objetivos propostos, a pesquisa deveria ser qualitativa. Pressupúnhamos também que, nesse tipo de investigação, a diversidade dos perfis dos entrevistados, assim como a das fontes de informação, deveria ser amplamente contemplada para permitir a construção de um panorama condizente com a complexidade da realidade social abordada. Assim, partindo de tais preocupações, escolhemos nossos entrevistados.

Durante as entrevistas e “conversas recreativas”, procuramos sempre nos apropriar das categorias utilizadas pelos próprios assentados, evitando dessa forma que a nossa fala acabasse conduzindo a deles. Na realidade, ao adotarmos em nossas conversas os termos usados por eles, percebíamos um sentimento de autoconfiança e de legitimidade em relação ao que estavam pensando e dizendo, ou seja, eles sentiam-se encorajados a prosseguir em suas falas. Assim, acreditamos que pudemos captar, com mais clareza e menos dissimulações, as

percepções daquilo que os assentados estavam experimentando em suas vidas. Outro cuidado tomado, e que também se mostrou bastante profícuo, foi o de iniciar as entrevistas com perguntas e assuntos mais genéricos, que não desencadeassem constrangimentos, para somente depois passar aos temas mais delicados.

Em que pese toda dificuldade de realizar um trabalho de pesquisa, sobretudo quando acrescido do compromisso de que ele resulte em uma tese, as idas a campo foram gratificantes. As chegadas ao Assentamento eram cercadas de gestos de alegria: os que não vinham ao meu encontro ficavam aguardando em volta da casa, esperando que “o moço fosse chegando”. Café, biscoito, milho assado e almoço foram freqüentemente oferecidos. A cada despedida, o compromisso de retornar era retribuído com um gesto de gratidão, simplesmente pelo fato de estar ali, conversando, dando importância ao que tinham para dizer.

Nessas diversas idas a campo, conversei com praticamente todos os assentados e, no total, foram entrevistados 18 titulares de lotes (dentro de um universo de 23), 11 familiares desses titulares e três lideranças regionais do MST, além de três pesquisadores locais.

Entendemos a unidade de análise “assentamento” como um espaço privilegiado de observação sociológica, por ser um “microcosmo” da sociedade global, ele contém a concretização não apenas de condicionamentos sociais, mas também de desejos “divergentes” de um grupo de pessoas às quais a sociedade havia reservado uma vida sem terra. Neste sentido, consideramos fundamentais pesquisas que abordem estes espaços e que dêem respostas as mudanças e complexificações das relações sociais do mundo rural.

Também é preciso pontuar que a pesquisa alicerçou-se em dois pressupostos analíticos centrais: primeiramente, a noção de que os assentados são sujeitos capazes de compreender e de explicitar sua condição; em segundo lugar, a compreensão de que a vida social, enquanto sistema aberto e em constante (re) construção, exige do pesquisador a consciência de que suas análises são simplificações dos processos que, empiricamente, estão inter-relacionados e em permanente mudança, sobretudo quanto se pondera sobre as

complexas relações dos sujeitos e de seus grupos, dos sujeitos com os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais presentes num determinado contexto sócio-histórico.

Compusemos a tese em dois blocos: no primeiro localizamos a realidade sócio-histórica da região do Sudoeste da Bahia, o modo de vida rural tradicional no qual se conformou o *habitus* camponês regional e as transformações deste mundo que engendraram reconfigurações nas relações sociais locais; no segundo bloco apresentamos uma análise das práticas e disposições dos assentados do “Assentamento Pátria livre” no processo de configuração social do seu espaço de vida e uma interpretação das formas de sociabilidade em desenvolvimento neste espaço; por fim, tecemos conclusões sobre os significados da ação dos assentados, correlacionando práticas sociais com o *habitus* camponês.

Parte I

A história e os sujeitos: transformações socioeconômicas e o campesinato.

Nossa intenção, nesta primeira parte da tese, é apresentar e descrever o processo de “formação” do “espaço de vida” “Assentamento Pátria Livre” e de interpretar o significado e as motivações dos sujeitos envolvidos neste processo, guiando-nos pelas formulações teóricas sobre o “mundo rural”. Neste sentido, a teoria - produto/conclusão de investigações anteriores - retorna como hipótese. Os desejos e as práticas dos assentados são apresentados como reproduções atualizadas do *habitus* camponês em um espaço rural também atualizado.

1.1. Processo de formação do Assentamento Pátria Livre: resistência e luta pela terra da família.

O Assentamento Pátria Livre localiza-se no município de Barra do Choça BA, a aproximadamente sete quilômetros do centro urbano e a 20 quilômetros de Vitória da Conquista, cidade pólo da Região Sudoeste da Bahia. Da estrada que interliga Vitória da Conquista à Barra do Choça e desta até o Centro de Formação do Assentamento¹² são aproximadamente dois quilômetros de estrada de chão, atravessando-se uma plantação de eucaliptos.¹³ O Assentamento situa-se em uma zona que, apesar da baixa pluviosidade, é propícia à agricultura e valorizada devido ao cultivo do café, sendo o município de Barra do Choça o maior produtor

¹² A antiga sede da fazenda, ao lado da qual os assentados ficaram morando provisoriamente em barracos até 2009, quando se mudaram para as novas casas da agrovila, foi transformada no Centro de Formação Regional dos assentados.

¹³ Segundo os assentados, os eucaliptos substituíam a mata nativa que havia no local para caracterizar produtividade da terra e evitar o risco de uma ocupação.

da Bahia.¹⁴ A principal atividade da fazenda que originou o assentamento era o cultivo do café, tanto que, no momento da ocupação, havia aproximadamente 80 mil pés plantados, além da criação de bovinos e de eqüinos. A “agrovila”, com suas casas novas de alvenaria¹⁵ construídas nas “unidades de produção familiar”, localiza-se nos fundos do assentamento, distante aproximadamente três quilômetros do “Centro de Formação” e cinco da estrada asfaltada.

A área total do “Pátria Livre” é de 310 hectares, com 23 famílias assentadas e organizadas em dois núcleos. Basicamente, o Assentamento foi formado por famílias provenientes de dois acampamentos: o “Zé Rainha” e o “Pátria Livre”, inicialmente organizados dentro dos assentamentos já consolidados na região (“Lagoa das Flores” e “Mocambo”¹⁶) e depois transferidos para a área do atual “Pátria Livre”. Além dessa procedência, foram assentadas famílias que vieram remanejadas de assentamentos da região.

Das 90 famílias que vieram para cá, veio o pessoal do Assentamento Lagoa das Flores e o nosso. Aí ele (a liderança do MST) trouxe três nomes e nós escolhemos ‘Pátria livre’ para ser o nome do novo acampamento aqui, (e que se tornará o nome do futuro assentamento) que era o nome do nosso acampamento durante as várias mudanças que fizemos antes de vir para cá. **(Assentado 5).**¹⁷

O projeto inicial para este assentamento – por conta das condições favoráveis do solo, do clima, da infra-estrutura pré-existente, da localização privilegiada e principalmente pelo cafezal em plena produção - era a coletivização total da terra e do trabalho nos moldes de uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária).

¹⁴ O período de seca, embora restrinja o tempo produtivo anual, é um fenômeno climático normal que, por sua regularidade, pode ser administrado e contornado. O problema é quando ele se prolonga além do previsto ou quando a chuva chega antes da hora.

¹⁵ Algumas ainda em construção na última ida a campo no início de 2010.

¹⁶ A estratégia da organização de acampamentos dentro dos assentamentos já consolidados foi uma consequência da Medida Provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso, que impedia vistorias em áreas ocupadas. Portanto, estes acampados do “Zé Rainha” e do “Pátria Livre” já haviam passado por vários outros acampamentos em fazendas da região.

¹⁷ Para preservar a identidade dos nossos informantes adotaremos numerais para designar assentados signatários de lotes a mesma forma será adotada para as lideranças do MST.

Segundo a **liderança 2** do MST, a área deveria funcionar como um assentamento modelo para o Movimento e para corroborar tal objetivo foi criado um “Centro de Formação do MST”, o qual utilizava a estrutura do que antes era a sede da fazenda. Vislumbrou-se a possibilidade de ter a “vida coletiva” do assentamento como espaço pedagógico ideal para os estudantes provindos dos assentamentos das regiões circunvizinhas.

O Centro de Formação foi feito aqui porque é uma área próxima da cidade. Já tinha alguma estrutura, ampliamos ela e criamos dois cursos, Gestão e Administração e Saúde Comunitária. O primeiro tem 62 alunos e o outro 52, vindos de todo Estado da Bahia, que tem nove Regionais, todas elas têm alunos aqui. Também temos um curso de Escolarização de Crianças, Jovens e Adultos em vias de aprovação. Estes cursos são financiados em parceria entre o INCRA¹⁸ e a Universidade.¹⁹ Em relação ao Centro de Formação, no início teve alguns probleminhas com os assentados, mas agora não porque eles sabem que é para eles, o Centro trouxe muitas vantagens de crédito para o Assentamento”. (**Liderança 3**).

Para facilitar a implementação da CPA no Assentamento, foram selecionadas as famílias que haviam se comprometido, com as lideranças do Movimento, em aceitar a coletivização da terra e do trabalho. Segundo as palavras do **pai da Assentada 7**, “a **liderança 4** tinha jurado em Salvador que aqui seria cooperação”. Na ocupação da fazenda (...)

Entrou umas 90 famílias, mas como a terra aqui era pequena, foi passando a peneira que vai vendo o testemunho das pessoas. A peneira era assim: quem não queria o coletivo ia saindo, quase ninguém queria cooperação. Eu disse que ia ficar aqui porque era perto (da cidade de Vitória da Conquista onde ele trabalha). O povo estava achando ruim de não ser lote, a diretoria (MST) dizia que era cooperação e quem quisesse lote tinha lugar nos outros assentamentos que era por lote, aí as pessoas foram saindo. (**Assentado 13**).

Assim, algumas famílias, que se encontravam em assentamentos com “unidades de produção familiar” (lotes) e que estavam dispostas a aceitar a coletivização, trocaram seus “lotes” com as famílias do “Pátria Livre” que não aceitavam o sistema coletivo.

¹⁸ Instituto Nacional de Reforma Agrária

¹⁹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Quando começamos a trabalhar as famílias, durante o acampamento, quando uma não se adaptava, a gente mandava para outros acampamentos e assentamentos, nós temos um acampamento na caatinga em Anagé, tem outro no Chapadão, que é mais quente, então é essa peneirada que a gente faz. **(Liderança 3)**.

Vou dizer assim que a peneira do MST funciona assim: foi botando os acampados que não queriam o coletivo em outros assentamentos onde tinha vaga: Olho d'água, Mocambo, Chapadão, Arizona. **(Assentada 6)**.

Pouco depois, algumas famílias acampadas abandonaram o Movimento para aderir a outro: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que adota o modelo de assentamento em pequenos lotes individuais de 1 hectare (100m x 100m, ou seja 10.000 m²) próximos às cidades, para que estes assentados possam prioritariamente assalariar-se e secundariamente produzir em suas terras. Segundo a fala de um dos desistentes do MST e acampado do MTD: "Estamos cansados de ter patrão e ser mandado, por isso viemos para cá onde ou posso ter o meu pedaço de terra".

A emissão de posse do Assentamento Pátria Livre saiu três meses após a ocupação em 11 de outubro de 2004. A área coletiva, composta pelo Centro de Formação (antiga sede da fazenda), pela plantação de café e por uma área de pastagem (já existentes) deveria ser trabalhada coletivamente por todos os assentados, a partir de um esquema de doação de dias de trabalho. Após um período inicial de trabalho coletivo, os assentados passaram a se contrapor à proposta da CPA e a demandar lotes individuais. Assim travou-se uma “queda de braços” entre a proposta de coletivização do MST/INCRA e o grupo majoritário dos assentados, organizados em torno do desejo da autonomia familiar.

A prioridade do MST era manter os cafezais produtivos e, para isso, adotou-se o cultivo coletivo de feijão e de milho entre as “ruas” do café. Desta forma, ao mesmo tempo em que cultivavam seus alimentos, os assentados realizavam o manejo necessário à cultura principal, o café.

Havia mais de 80 mil pés de café, o plano desde o início era utilizar parte do café para contribuir nas atividades do MST na Região. A área do café não seria dividida para os assentados. A terra e a produção seriam coletivas, mas cada um teria um pequeno lote para fazer a casa e ter seu quintal. Por conta deste coletivo, grande parte foi embora. **(Pesquisador local)**.

Como o cafezal era muito grande, o trabalho coletivo de dois dias por semana de um dos membros de cada família assentada tornou-se insuficiente para o manejo adequado dessa cultura. Além disto, o trabalho era feito com certa má vontade ou mesmo boicotado, pois alguns se negaram a participar das atividades do cafezal. Com tais dificuldades, a Coordenação Regional do MST contratou mão-de-obra de fora do assentamento para viabilizar a produção do café.

Depois de muitas contendas e dificuldades, em 2008, finalmente, chegaram a um consenso com o Movimento: o assentamento seria dividido em duas partes - uma área coletiva e outra destinada às “unidades de produção familiar”. Desta forma, o conflito entre coletivo e individual familiar resultou em um meio termo: o “semi-coletivo”.

Nos fundos da área do assentamento, cada família recebeu um lote de 4,8 hectares (ou cinco, como falam alguns), denominado de “Unidade de Produção Familiar”: com lotes dispostos de forma a que todos tenham acesso à rua que perpassa e separa esta área em duas. Cada assentado teria sua casa construída próxima da rua, dentro de seu lote, formando uma agrovila.

O desdobramento posterior foi a redução do trabalho coletivo para apenas um dia por semana, porque os assentados queriam dispor de mais tempo para trabalhar em suas próprias terras:

Antes o coletivo seria dois dias, aí foi e foi e virou um... Era para ser cooperação, não ia ter lote, mas nós vimos que não ia dar certo porque uns não vão trabalhar, uns trabalham mais que os outros. Não ia dar certo, aí dividiu os lotes, e cada um trabalha no seu e se vira. **(Assentado 10)**.

Entretanto, a despeito das tentativas, no início de 2009 os assentados afirmaram que a safra de café daquele ano seria muito fraca em virtude da falta de

cuidado com a lavoura. Na última ida a campo, no início de 2010, as áreas dos cafezais haviam virado pastagem, o cafezal havia sido totalmente abandonado.

Durante este processo de tentativa de implantação da CPA:

Houve conflito no Assentamento, os assentados ameaçaram ir para o INCRA em Salvador para pedir a desvinculação do MST e pedir lotes individuais para eles. Os dirigentes ficaram chateados, muitas pessoas saíram do Assentamento por causa deste conflito. Os assentados falavam que o café seria da Regional do MST e não dos assentados, falavam que havia corrupção, muitas famílias foram embora. **(Pesquisador Local)**

Mas, efetivamente, as áreas coletivas, com exceção do pasto e, em menor grau, da Escola Fundamental Municipal, que funciona no Centro de Formação, passaram a ser consideradas pelos assentados como sendo “deles” (do Movimento). Assim o conflito foi resolvido com um acordo, porém não sem desgastes e animosidades, como pode ser percebido nos depoimentos que seguem: “os nossos lotes saíram lá embaixo, lá no fundo da quadra, bem longe da estrada”. **(marido da Assentada 6).**

O pessoal do INCRA só conversa com a direção, eu perguntei para o INCRA se o Governo dá terra para os assentados ou para a direção. Depois mudou e saiu os lotes. As pessoas têm medo de serem botadas para fora e não ter para onde ir. A idéia de ser tudo coletivo foi da direção, agora eles estão empurrando a gente lá para baixo.” **(Assentado 3, genro de Assentado 2).**

Agora com a Unidade Familiar ficou melhor, cada um se vira, quem quer se vira, quem não quer... Mudou do coletivo para o semi-coletivo, porque antes era só para ser um quintal para cada família. Não ia dar certo. Acho que a terra pode ser pequena, para quem quer trabalhar, a terra é pouca, mas para quem não quer trabalhar, a terra é muita. Não dá para criar duas vacas leiteiras, porque a terra é muito estreita que não dá para fazer piquete. **(Assentado 4).**

Mas hoje do jeito que tá, tá bom. Cinco hectares por família não dá muito, mas dá, era melhor se fosse 10 hectares, como se chegou a falar. Ainda não sei como vai ser o café, mas do meu ponto de vista a fazenda toda devia ser dos assentados, já que foi a gente que ocupou. **(Assentado 2).**

No momento, o que é nosso mesmo é cinco hectares, 50% da área ficou para o Movimento. O café ficou para o Movimento. Se nos pudéssemos ter pegado nosso “fundo de apoio” e investido no lote, nós estaríamos bem melhor, é muita terra para o Movimento e pouca para nós. **(Assentado 12).**

Estou satisfeito, mas a gente está sendo dominado pela direção, eles dominam a gente até agora, a gente quer fazer uma coisa, mas não pode, não pode fazer nada por conta da gente, vamos ver se a gente descendo para os lotes eles deixam a gente andar com os pés da gente. **(Assentado 3).**

Essa conturbada experiência inicial de cooperação, aliada ao conhecimento dos problemas de outras tentativas, fundamentou os argumentos dos assentados contra a forma de organização social coletiva, pois, para além da experiência interna da cooperação, alguns já trouxeram dos seus locais de origem vivências coletivas fracassadas. O “Assentamento Mocambo”, por exemplo, do qual vieram alguns assentados do “Pátria Livre”, passou por uma tentativa de cooperação semelhante. Neste assentamento, em 2004, vigorava o sistema “semi-coletivo”²⁰:

Sabe como é que é, é que o pessoal do Mocambo me disse que a cooperação não ia dar certo porque eles já tinham passado por isso e já tinham experiência e não tinha dado certo. Aí a gente ficava conversando entre nós nos barracos que não ia dar certo. **(Assentado 5).**

As experiências iniciais de investimento e produção coletiva equivocadas também foram fortes desestimuladores desta forma de organização. Investiram em um tipo de atividade na qual não tinham conhecimento e nem capacidade técnica. A nosso ver faltou considerar a cultura regional camponesa:

Nós tinha 100 ovelhas, eram 12 mil reais em ovelhas no coletivo, comprados com o dinheiro do café, mas foram morrendo e sobraram só 60, vendemos por 3 mil para não perder tudo, aqui é melhor o gado. **(Assentado 12).**²¹

²⁰ Lotes individuais com produção coletiva de gado leiteiro, café e abacaxi.

²¹ Foi um projeto incentivado pelo Movimento no período em que se tentava implementar a coletivização, eles não tinham experiência com ovelhas, os cachorros da vizinhança matar muitas, outras comeram ervas venenosas, outras adoeceram, certamente também faltou manejo adequado, ou talvez apenas vontade.

Um dos problemas apresentados em relação ao trabalho coletivo, recorrente entre as justificativas contrárias à cooperação, pode ser sintetizado na fala abaixo:

É que tem uns que sempre trabalham, mas têm muitos que não estão nem aí para o trabalho coletivo, quando é no coletivo chegam às 10 horas da manhã, mas quando é no individual, no seu, começam a trabalhar de madrugada. **(Assentada 8).**

Em muitas falas, nota-se que os motivos dos desentendimentos encontram-se mais na ausência durante o trabalho coletivo do que nas diferenças de capacidade produtiva de cada participante. Para os assentados não interessava muito se o trabalho de um adulto “rendia mais” do que o de outro, ou mais do que o de uma mulher ou de uma criança, o problema principal era alguém aproveitar-se do trabalho alheio, fazer “corpo mole”, e não compartilhar sua potencialidade produtiva. “No coletivo, tudo que planta e colhe é partido por 23 famílias, quem tem trabalho na Secretaria (do MST) tem parte”. **(Assentado 13).**

Trabalhar com muita gente não dá certo, trabalhar para botar comida na boca dos outros não dá, teve companheiro indo embora por conta do coletivo, não ia dar certo. O trabalho coletivo tem o problema de que alguns não vão trabalhar, inventa uma viagem, uma desculpa. O problema não é se um trabalha mais que os outros, mas de não ir trabalhar e depois na hora de dividir, aparecer e querer a mesma coisa que os outros. O problema é que não se anota quem trabalhou ou não. **(Assentado 3).**

Olha moço, sabe como é, eu viajo muito pelo Movimento, eu mesma, se não tivesse netos e filhos, não fosse velha e tivesse mais estudo, eu queria mesmo era poder ser liderança, eu não queria ser assentada não. **(Assentada 8).**

Na última fala, percebe-se o entendimento de que ser liderança é viajar, é estar em movimento e, portanto, pouco presente no assentamento, embora possuidor de um lote como todos os outros assentados. No “Pátria Livre”, alguns assentados são lideranças regionais que trabalham na Secretaria do MST, na cidade de Vitória da Conquista, e não participam diretamente do trabalho na terra. A Cooperativa de Produção Agrícola possibilita que essas pessoas, “liberadas”

para trabalhar pela continuidade da luta pela Reforma Agrária, partilhem da produção coletiva do seu assentamento de origem. No entanto, tal concepção política e organizacional não foi compreendida e nem aceita pelos assentados, que se sentiam explorados por aqueles que não estavam presentes no trabalho da terra e acabaram por partilhar seus frutos.

Por outro lado, também havia reclamações por parte das lideranças do próprio Assentamento pelo fato de terem que deixar seu trabalho na terra para assumirem atividades, as quais interessavam diretamente aos assentados, e não receberem retribuição financeira por isso. A queixa abaixo foi do período em que os assentados já se encontravam nos lotes individuais, portanto, centrados nas preocupações familiares.

Minha mãe está na rua resolvendo negócios do coletivo, ninguém quer fazer, aí sobra para ela, as pessoas ficam se escorando. As pessoas arrumam motivos para não participar das atividades do Movimento, têm pessoas que têm medo de sair, não gostam de sair. **(Filho de Assentada 6).**

As famílias não querem mais passar pelas lutas de acampamento, aqueles que são assentados não querem mais mobilizar, querem ter sossego cuidar da família, têm medo de levar um tiro e quem que ia cuidar da família? Mas o MST quer com a cooperação que a luta continue. A gente sempre é convidado a participar de ocupação e mobilização, mas o pessoal não vai. **(Assentado 5).**

Os assentados não recusavam o trabalho coletivo totalmente, mas realizavam-no de forma pontual, em determinadas atividades. Um exemplo disso foi presenciado durante o período de pesquisa, em 2008. Os assentados já tinham iniciado o plantio daquele ano e algumas famílias haviam adquirido gado. Rapidamente, decidiram fazer uma reunião no pátio entre os barracos e acordaram que era necessário isolar a área dos lotes individuais com uma cerca, a ser feita coletivamente, para que os animais não invadissem e nem destruíssem as plantações já iniciadas.

Peguei a época em que era para ser coletivo, mas não dá certo não, dá muito conflito, o povo reclamava muito. Se não tivesse reclamado, não teria mudado, nós jogamos duro. Para nós sempre

vai ter um coletivo, uma manga para roça, uma cerca para fazer. **(Assentado 16).**

Eu não tenho arroteio não, o que precisa falar eu falo. A gente quer ser individual em algumas coisas, mas em outras não. A gente quer uma coisa: empresta ferramentas, compra uma água juntos. Antigamente, (quando morava na terra do pai), fazia o adjunto (mutirão) toda semana, a turma ia para a roça e o dono ia matar o animal, a turma ia para a roça e “cantava o boi”. Tem gente daqui ainda sabe cantar o boi. Com fé em Deus, quem sabe melhora para a gente. **(Assentado 3).**

Nota-se, assim, que os assentados não negavam a possibilidade do coletivo, mas o viam em outras possibilidades que não o modelo pensado e gestado pelo MST, tanto que faziam questão de elencar suas vivências anteriores de ajuda mútua, como os mutirões. O “adjunto” (mutirão), ao qual se refere o assentado acima citado, faz parte de seu *habitus* e, por isso, é aceito sem maiores problemas. É dentro dessa compreensão que podemos localizar a experiência do pasto coletivo, que estava funcionando a contento no Assentamento. De acordo como o **Assentado 2** “A manga vai ser gado coletivo, o garrote (touro) vai ser coletivo, o leite tem boa saída”.

O pasto coletivo é um sistema prático reconhecido por eles, pois consideravam desnecessário cada assentado ter seu próprio touro reprodutor. De maneira geral, no meio rural brasileiro há o costume de ceder o garrote aos vizinhos para a fecundação de suas vacas, evitando-se, desta forma, a manutenção de um animal que serve apenas para fins reprodutivos, mas que acaba consumindo mais alimento do que uma vaca leiteira.

No caso dos assentados, percebia-se que o trabalho coletivo e “racionalizado”, pretendido pelo Movimento, chocava-se com os costumes e com o modo de se relacionarem em suas redes sociais, notadamente fundadas no parentesco e no interconhecimento. Também se chocava com os significados atribuídos ao trabalho na terra, voltado essencialmente para a satisfação das necessidades da família e para a autonomia e a independência nas tomadas de decisões, conforme ilustrado nas falas abaixo.

Veio um recurso, mas não veio nada para a mão da gente, foi todo para o coletivo, nem um centavo veio para nossa mão, foi para a compra coletiva de ferramentas, mas se quiser uma ferramenta, precisa assinar um papel. Para o trabalho particular, para trazer para casa, tem que assinar um papel. Tem um trator, uma carroça e uma junta de boi do coletivo, para usar, precisa reunir toda a coordenação para liberar a carroça para pegar lenha na roça, uma burocracia danada, quando consegue reunir todo mundo para liberar, já é noite. No dia de coletivo não, você trabalha com a ferramenta numa boa, mas nos dias de trabalho nos nossos lotes é melhor você ter sua própria. **(Assentado 12)**.

No coletivo, tudo que você faz e planta para colher, você tem que ter autorização do comando para você poder tirar uma coisa para si. No individual, você planta, você colhe e você dá para quem quiser, chega um parente seu e se precisar tirar uns dois ou três litros de leite, não precisa da autorização da direção. Quando vem um parente, você tem aquele prazer de dar uma melancia, uma abóbora, sendo no coletivo não pode. **(Assentado 13)**.

Sabe, é que se fosse coletivo eu não poderia dar uma abóbora para um parente que viesse aqui me visitar, eu teria que consultar o coletivo e aí não ia dar certo, os parentes vêm muito aqui e a gente costuma se ajudar, com feira. **(Assentado 1)**.

Contudo, há ainda, em se tratando dos conflitos em torno do trabalho coletivo, um tema que merece destaque: o fato de alguns assentados possuírem vínculo profissional e moradia na cidade, a despeito do impedimento jurídico. Nesse caso, recai a desconfiança de que eles não necessitam do lote para sobreviver. Certamente, há um desacordo entre o que é legalmente permitido e o que é moralmente aceito e tido como justo: para os assentados que se mantêm vinculados à cidade, tal atitude é o que garante a sobrevivência da família; para os que não possuem tais vínculos, isso “é desconsideração do coletivo”, já que tais assentados acabam se comportando como “turistas”, que vêm ao Assentamento somente para dormir ou passar o fim de semana.

Teve muita discussão e assembléia por conta do plano da cooperação. A gente tava vendo o trabalho neste café, nós tava plantando junto e colhendo junto, mas têm pessoas que não vêm, têm companheiros que têm casa na cidade e eles só vêm de vez em quando e nós ia ficar trabalhando para eles. Nós trabalhando aqui, tomando sol e eles não estão trabalhando e tendo o mesmo direito. **(Assentado 5)**

Dentre todos os entrevistados, somente dois se posicionaram a favor do coletivo no formato proposto pelas lideranças do Movimento: “Eu acho que a cooperação era melhor, mas o pessoal é individualista”. **(Assentada 17)**.

Muitos saíram porque não entenderam a proposta de cooperação, foram para os outros assentamentos, eles achavam que iam ficar trabalhando de graça para o Movimento. Falta muito companheirismo, não é o Movimento que tá errado, as pessoas quando ganham a terra, acham que não precisam mais do Movimento, mas sem as lideranças nós não somos nada. **(Assentada 8)**.

Notadamente, os assentados que se posicionaram a favor do coletivo eram os que possuíam familiares trabalhando na Secretaria do MST. Para esses, o trabalho coletivo era claramente uma necessidade que serviria para viabilizar o Assentamento. Entretanto, os assentados sentiam-se incomodados, embora soubessem que os militantes trabalhavam na Secretaria para tentar resolver os problemas de todos. Tais assentados consideravam injusta a concessão de lotes aos que trabalhavam na Secretaria, já que não dispunham de tempo para trabalhar na terra e acabavam deixando os lotes “parados”. Os assentados ressentiam-se pela ausência deles junto à “comunidade”.

Precisamos considerar também que uma parte significativa dos assentados não compreendia a proposta de coletivização, possivelmente tenha faltado esclarecimentos por parte das lideranças, já que alguns assentados mostraram-se confusos em relação a esse “tal do coletivo”. Algumas falas também apontavam o MST como “um patrão” ou “uma firma” para a qual os assentados trabalhavam e de quem eram dependentes.

Quando eu cheguei para aqui, diziam que quem quisesse lote podia ir embora, mas quem quisesse plantar seus mantimentos entre o café podia. Era para nós vir aqui para trabalhar no café, mas todos queriam lotes, até que fizeram. O café ficou todo para a direção, a gente colhe meia a meia. **(Marido da Assentada 6)**.

Os dias do coletivo é segunda-feira, todo mundo trabalha junto e serve para dar renda à **firma**, se não tiver coletivo como fica?

Coletivo é para pegar e fazer. Eles tinham um café para limpar, arroz, um feijão para plantar, um feijão para arrancar. **(Pai de Assentada 7).**

Olha o café aqui nós trabalhamos na meia, se apanha duas mil latas, mil latas são deles e mil retornam para o café, porque se não retorna, se não adubar, no próximo ano não produz, então a tendência é acabar a roça. Então é a forma deles serem donos e participar, é uma forma de investimento, por isso não pagamos eles em dinheiro, ele é sócio do café. **(Liderança 3).**

É que funciona assim dessa maneira: o coletivo do café é para limpar e cuidar da roça, aí a colheita é feita a meia. Antes era tudo coletivo, nós apanhava e ganhava dois Reais por lata. **(Assentada 6).**

Nós não sabemos ainda se nós que vamos cuidar do café ou o pessoal do Centro de Formação, nós ainda vamos ter uma assembléia para resolver isto, se só a direção vai tomar conta ou se os assentados também participam. **(Assentado 14).**

Em muitas outras falas, percebe-se o sentimento de que, no coletivo, os assentados seriam somente trabalhadores das lideranças do MST e mão-de-obra para a lavoura de café. Durante o trabalho de campo, em 2008, pudemos acompanhar a colheita do café, que se realizou entre os meses de junho e agosto, e verificamos que as falas contrárias à “colheita a meia” eram bastante enfáticas, certamente porque estivessem experimentando, naquele exato momento, o sentimento de que estavam trabalhando para outros e não para si mesmos.

Existe uma coordenação do assentamento e a direção do MST. A influência da direção é este Centro de Formação e a colheita do café que rola dinheiro para eles, que a gente trabalha para eles. Se não fosse isso, tava legal aqui, eles só aparecem na hora da colheita, a gente cuida do café e eles aparecem só na hora da colheita, no ano passado nós não tomamos uma xícara de café. Este ano nós ganhamos só a metade, o dinheiro do café vai para o bolso deles, nem um centavo foi investido aqui. No primeiro ano foi colhido 600 sacos de café e não foi investido nada. Se precisar do caminhão do coletivo, (para uso individual), precisamos pagar, contratei outro caminhão de fora. Eu não tenho medo de falar, têm muitas pessoas que não falam por conta da pressão da direção. **(Assentado 3).**

Se o assentado acima, um dos mais revoltados com o tipo de trabalho e organização propostos, fez uma crítica dura, outro, como veremos abaixo, sem

fazer críticas entendia simplesmente que: “Coletivo é a gente colher o café a meia e a outra parte fica para a direção.” **(Marido da Assentada 6).**

Mas nem todos discordavam do trabalho coletivo e nem da destinação dos recursos gerados ou já encontrados na área:

Muitos novatos não entendiam que os investimentos coletivos eram importantes, eles não querem trabalhar no coletivo, eles não têm noção. O que já havia na fazenda foi para o coletivo, como o café, nele o que a gente ganha é a mão- de- obra que a gente aplica no café. O dinheiro do café vai para a direção, porque tem muitos gastos e o povo não entende e diz que eles roubam. Se a direção liberar os lotes nossos, eu abro mão do café. O café não foi plantado por nós. **(Assentada 8).**

Contudo, a maioria dos assentados tinha consciência de que estava mudando as regras acordadas com as lideranças no momento inicial da admissão e isso descartava, pelo menos em parte, a idéia de que os assentados não aderiram ao coletivo por falta de informação ou por ignorância. No nosso entendimento, a mudança por parte dos assentados podia ser melhor compreendida quando se considerava o fato de que eles tiveram que se adaptar a algo que não fazia parte de seu modo de vida.

Apesar do incômodo desencadeado pela “tutela”, os assentados sabiam que precisavam do Movimento para viabilizar sua vida no assentamento. Assim, sua relação com o MST era ambígua, uma relação de contradição e de complementação: precisavam dele para conquistar a terra, mas quando conseguiam a terra, não podiam usá-la da forma como desejavam e estavam habituados.

O povo não fala, o povo tem medo de ser botado para fora, mas ninguém pode ser posto para fora, eles têm medo da direção, mas o povo não consegue andar por conta própria não, o povo não pode, eles não deixam. **(Filho da Assentada 6).**

Souza e Santos, (2002), apontam a falta de continuidade dos trabalhos coletivos iniciados durante a fase de ocupação nos assentamentos do Sudoeste da Bahia. Após receberem seus lotes, a tendência das famílias é abandonar as

iniciativas coletivas para dedicarem-se ao trabalho nos lotes. Souza, (2008), aponta que:

A coordenação do MST – Regional Sudoeste, em março de 2008, informou que não se verifica a realização de trabalhos coletivos em nenhuma das áreas de assentamento mais antigas, prevalecendo ainda nas áreas de assentamentos recentes e de acampamentos. Para tentar minimizar tais problemas, o movimento vem buscando realizar diferentes metodologias de trabalho, em novas áreas, com base na produção coletiva, como a experiência desenvolvida no assentamento Pátria Livre e no acampamento Roseli Nunes (com predomínio da produção coletiva, e uma pequena área para a produção individual), de modo a romper com o princípio individual da produção, o que ainda constitui-se um desafio. (SOUZA, 2008:498).

A concepção de camponês, em vigor no MST local, segundo as palavras de sua principal liderança, como podemos ver abaixo, ainda está muito vinculada àquela que o vê como “um saco de batatas” que precisa desenvolver a consciência de classe que o leve a lutar pelo socialismo. Por conta dessa concepção, os camponeses são vistos como egoístas, individualistas e com mentalidade de pequenos burgueses rurais.

Os assentamentos são experiências que o Movimento vem desenvolvendo nos seus 23 anos de existência. Descobrimos que a organização por lotes não tem dado o resultado que a gente espera em torno da convivência social, da produtividade, do resgate da cultura. Para nós, isto está se tornando a reprodução do modelo da propriedade privada. Nós combatemos o latifúndio, mas estamos difundindo o minifúndio, que é o projeto de reforma agrária do estado capitalista brasileiro. O INCRA pretende titular os assentados com 10 anos de assentamento, para nós isto é uma experiência já ultrapassada, exemplo disto são os projetos de colonização feitos pela ditadura militar, que viraram os povoados ou as favelas rurais, muitas pessoas acabaram vendendo seus lotes. A partir daí nós começamos a trabalhar as novas experiências de reforma agrária, mediante o anseio do trabalhador que quer a terra, seu lote, que é um dos princípios do individualismo. Aí começamos as experiências e uma delas foi o Pátria Livre. Começamos a trabalhar a idéia do coletivo, mas percebemos que é difícil passar de uma fase para outra sem uma transição. Então começou a criar muitos problemas, as pessoas começaram a se sentir desestimuladas, achando que a terra não era delas. Aí nós fizemos um estudo e chegamos ao modelo do semi-coletivo, onde criamos as Unidades de Produção Familiar.

Vai ter uma área que é coletiva, que vai ser dos assentados e da Coordenação Regional, e a área das Unidades de Produção Familiar, que vai ser responsabilidade da família, mas também com o acompanhamento do conjunto do Movimento nos aspectos da convivência social, onde promovemos uma agrovila com os lotes de trabalho próximos. Esta foi a forma de transição que encontramos para não pular para o coletivo de uma vez. Este assentamento é diferente dos outros porque vai ter um Centro de Formação. Já tinha uma área produtiva de 80 ha de café e a definição, junto com eles, era a de que o que já foi encontrado ali não seria individualizado. As pessoas têm o domínio familiar para aquilo que a família construiu e o que nós já encontramos aqui será explorado de forma coletiva para o conjunto do Movimento. Este foi o acerto em relação ao café e à estrutura que já tinha, que será administrada pela Direção Regional, junto, é claro, com os membros da associação dos assentados. **(Liderança 1).**

Em síntese, os assentados querem “andar com os próprios pés” e viver como sabem: cuidar da sua família e dos parentes, trabalhar na terra para tirar os “mantimentos”, vender “uma coisa ou outra” que sobra e “trabalhar fora”, na cidade ou nas fazendas dos patrões, para complementar a subsistência familiar e comprar aquilo que sua produção não consegue suprir.

A venda de trabalho é outro fator de conflito entre os assentados e o MST. “Se sobrar tempo no trabalho da terra, eu trabalho fora na colheita de café”. **(esposa de Assentado 4)**

Se a chuva ajudar, dá pra sobreviver, mas se não tiver chuva e o sujeito não tem uma aposentadoria, fica difícil, tem que trabalhar fora. Aqui têm uns companheiros que não têm uma renda e fica bem difícil. Espero que tenha serviço para todo mundo e que não precise ir trabalhar para os outros. **(Assentado 2).**

O problema é que têm uns companheiros que ficam aí passando fome, mas não sai para trabalhar fora. No início, teve uma reunião forte aqui, eles (MST) disseram que se alguém fosse trabalhar um dia fora, podia pegar as trouxas e sumir e que, se o sujeito achasse melhor lá fora, que ficasse lá mesmo. Como a gente vai ganhar o sustento aqui dentro, se tá esta confusão aqui dentro?²² Eu tenho muito trabalho de pedreiro, trabalho toda semana com meus irmãos na cidade, só daqui não dá para tirar o sustento. Aqui falta sair as casas e ter recursos para plantar e tirar o sustento da

²² Indefinição em torno da disputa das unidades familiares e o projeto de coletivização do MST.

terra. O problema aqui é que a direção não quer que a gente saia para trabalhar fora, exigem explicação das saídas. **(Assentado 3).**

Até hoje ainda trabalho de vigilante, estou 30 anos nesta vida, não parei ainda porque não tenho recursos para investir no meu lote. Hoje viver só da terra sem outro recurso não dá, aqui a maioria trabalha dois ou três dias por semana fora para sobreviver, chega um fazendeiro e arruma um dia de serviço. Eu mesmo nunca trabalhei para os outros, (noutras propriedades agrícolas da vizinhança) mas trabalho na cidade (de vigia), para fazer a feira; mas o pessoal vai porque é o único jeito. Eles não gostam muito não (a direção do MST), mas não tem outro jeito não. Bem que a gente não queria fazer isto: conquistar a terra para sair da mão do fazendeiro para depois voltar para a mão do fazendeiro. Se tivesse recursos, a gente trabalhava só na terra. Agora estamos trabalhando no café aqui, colhendo a meia, então é um recurso que tá entrando pra gente. **(Assentado 12).**

Aqui a gente tira o sustento trabalhando fora nas fazendas, na enxada, limpando pasto, ganha 15 reais por dia. Na colheita do café na região dá mais, a gente colhe por lata e ganha 2,50 reais por lata, dá para colher 15 a 20 latas por dia. Sempre trabalhei para os outros, mas poder trabalhar na sua própria terra é muito melhor. **(Assentado 1).**

Eu gosto mais da roça, mas preciso da cidade para trabalhar porque por aqui ainda tá difícil de tirar o sustento. Eu tenho a idéia de comprar um carro e trabalhar fazendo o transporte do povo para a cidade. **(Filho de assentada 6).**

Se, para muitos, o trabalho fora do assentamento é uma possibilidade facilmente utilizada nos momentos de dificuldade financeira ou quando há demanda de trabalho na região, para outros, isso jamais se apresenta, pois consideram a remuneração fora tão baixa que acabam descartando esse tipo de atividade, tanto que preferem ficar trabalhando na terra, apesar das limitações.

Se sobrar tempo eu não vou trabalhar fora, eu vou trabalhar nas ruas de café, porque as quadras que nós trabalhamos e plantamos foi a que mais deu café. Este ano foi de meia a colheita de café e salvou muita gente, então vai ser bom a gente plantar café. **(Assentado 4).**

Prefiro trabalhar na roça para mim, criar uma galinha, uma vaca, um porco e não trabalhar para os outros ganhando dez a doze reais por dia. Não temos porco e vaca, mais ainda vai ter. **(Marido da Assentada 6).**

Antes eu também trabalhava fora, mas depois veio recursos, a cesta básica e eu parei de trabalhar fora, aí nós começamos a plantar um feijão no cafezal e daí dividiu os lotes. **(Assentado 10)**.

Nunca passei fome e nunca mais trabalhei para o latifundiário, trabalhei pra secretaria como merendeira²³, não pretendo trabalhar para fazendeiro. O povo quer ter um pedaço da terra para plantar pela comida e poder trabalhar na rua. **(Assentada 8)**.

Para os assentados, o impasse existe porque a possibilidade de melhorarem as suas condições sócio-econômicas vincula-se diretamente ao aprimoramento da produção. Tal fato, por sua vez, implica no estreitamento dos vínculos com o MST e na aceitação de suas determinações. Para uma liderança:

O que define esse povo é o sonho por um pedaço de terra. A gente percebeu do pessoal a vontade 'do meu pedacinho de terra, da minha vaquinha', então é um sonho, é a cultura. Eles perguntavam: e se vier um parente meu e eu quiser dar uma espiga de milho para ele, eu preciso da autorização do coletivo? Onde eu vou criar a minha galinha? Não posso ter minha vaquinha? Tudo é 'minha', eles não pensam no 'nosso'. A gente explica como funciona o cupinzeiro e a abelha, que é cooperação e funciona e muito bem. Mas eles têm dificuldade de entender, é a cultura. Estes projetos que vêm para os assentamentos com lotes de 10 ha não são viáveis, não dá para tocar o gado, fazer o plantio em lote tão pequeno. Quando você trabalha numa área maior e trabalha por núcleos de famílias, então é mais fácil, a força de trabalho aumenta, a produtividade é bem maior. Nós somos contra a monocultura, qual é a idéia nossa para os cinco hectares deles? Que ele plante um hectare de cana, faça um pomar, em outro hectare ele plante mandioca e em outro ele possa ter sua vaquinha, etc. Na área de cooperação, que é uma área maior, pode ser ovelha, pode ser gado, pode ser café, eles vão trabalhar no grupo de famílias. Então, esta é mais ou menos a idéia que foi implantada aqui.²⁴ **(Liderança 3)**.

Porém, a despeito de tais contradições, certamente é preciso considerar que a experiência da luta pela terra marca profundamente a cultura política dos assentados, fazendo com que assimilem alguns aspectos e relutem em aceitar outros. Afinal, reconhecer-se como pessoa com direitos é uma consequência

²³ Trabalhar como merendeira na escola é um emprego disputado, pois durante o período em que mantive contato com os assentados vi que há um rodízio nesta função, entretanto, predominam as mulheres com vínculos mais fortes com o MST.

²⁴ Após a rejeição do projeto da CPA

quase inevitável para quem participa da luta pela terra. No entanto, no passo seguinte, quando o Movimento quer avançar, as contradições entre as diferentes visões de mundo se manifestam e tornam-se conflitantes.

Sabe, eu sou coordenadora aqui dentro do Assentamento, e estou bem feliz em ser uma liderança aqui dentro, quero contribuir com o Movimento. Mas para conseguir ser coordenadora... olha, tem que ter muita calma e muita tolerância, se não, não consegue. **(Assentada 11).**

Apois, eu não tenho que falar mal do MST, meu filho tem bom estudo, tá fazendo um curso, é militante, eu estou satisfeita por estar aqui e ele não ter seguido a vida ruim na rua, como acontece com os jovens. O problema aqui é entre os companheiros, eles precisam entender que mesmo eles tendo a terra, eles precisam continuar lutando para conseguir as coisas, como dentista, médico, recursos para a moradia e para plantar. Muitos acham que o governo dá dinheiro para a gente gastar e não entende que é um empréstimo, que tem que investir. Eu sempre participei da luta, eu ia nas manifestações, enfrentei polícia, mas tem muita gente que não quer participar. O problema são os casais que têm ciúmes do esposo, já malicia as saídas. **(Assentada 8).**

Olha, veja só. Eu, com 15 dias de acampamento, eu já fui para Salvador e dei uma entrevista pelo Movimento. Todo ano eu viajo para Salvador, eu gosto muito da luta do MST, eu não tenho estudo nenhum, mas eu vejo que eu aprendo muito com a luta no Movimento. **(Assentada 6).**

Eu acho que eles podem acompanhar a gente pelo resto da vida, mas eles devem deixar a gente andar com as próprias pernas, ter nossas próprias idéias. A gente quer ajuda deles e eles precisam da gente, porque a força maior é o povo. **(Assentado 3).**

As falas acima revelam a complexidade de sentimentos e o tipo de compreensão em relação à experiência do trabalho e da posse coletiva da terra. Por um lado o MST quer o “trabalho coletivo”, por ideologia e também para permitir a liberação de “militantes” para manter-se enquanto Movimento, por outro há também a resistência ao coletivo por parte dos assentados e um desejo de possuir a terra da família.

1.2. Interpretação da motivação dos assentados na luta pela terra: reprodução da condição camponesa.

O campesinato não é homogêneo, ele apresenta diferenças em todo o mundo e também não existe fora do contexto de uma determinada sociedade, ao contrário, ele difere - em relação ao seu relacionamento e à interação com as outras classes sociais - de uma sociedade para outra e mesmo dentro desta. Enfim, o campesinato é um processo dentro de uma história social mais ampla e não se caracteriza enquanto categoria homogênea, na medida em que somente podem continuar sendo camponeses pelo processo de diferenciação interna e de adaptação à sociedade circundante. (GALESKI, 1972; SHANIN, 1979, 1980).

Partindo desse entendimento, compreendemos que as disposições dos assentados do “Pátria Livre” devem ser buscadas dentro das especificidades sócio-históricas da sociedade regional na qual se reproduzem.

Antes da segunda metade do século XX, com cerca de 70% dos brasileiros residindo no campo, o mundo rural era a referência de existência da maior parte da população. As regiões das grandes lavouras de cacau na Bahia, de cana-de-açúcar de Pernambuco e as de café em São Paulo e no Rio de Janeiro ainda não formavam um circuito econômico integrado e articulado. Essa segmentação territorial regional, voltada para um porto específico, lembra a imagem metafórica de Hervé Thery, (2000), (apud GARCIA, JR. e PALMEIRA, 2001) do território nacional como um “arquipélago” que só após a industrialização, entre 1930-1980, transformou-se em continente.

Durante este período, alteram-se radicalmente as características demográficas brasileiras: chegamos ao final da década de 1980 com mais de 70% da população vivendo nas cidades, uma verdadeira inversão do cenário.

O mundo rural tradicional caracterizava-se por organizações sociais em que as identidades pessoais e coletivas estavam intimamente associadas aos laços mantidos com locais específicos. A classe dominante era definida pelo seu pertencimento a uma família proprietária, centrada em torno da casa grande. As

relações de trabalho semi-autônomas ou de escravidão, subordinadas ao proprietário da fazenda (patrão), também se constituíam enquanto referências identitárias em relação às classes subalternas. O destino pessoal, familiar ou coletivo desses trabalhadores pertencia ao dono da terra que, em troca dos serviços e da “lealdade” pessoal, fornecia-lhes proteção contra outros patrões ou contra o próprio Estado. Tal contexto social de relações próximas, praticamente sem mediações externas e marcadas por obrigações morais de ambas as partes, é caracterizado por Palmeiras, (1976), como de “dominação personalizada”.

A vida e as relações sociais são guiadas por um conjunto de valores desenvolvidos ao longo do processo histórico e que conformam o “modo de vida” de uma sociedade em um determinado tempo. Na realidade, o “modo de vida” pode ser entendido enquanto sentimentos e práticas que compõem uma mentalidade dominante/hegemônica, protagonizada por uma classe social específica, desenvolvida e configurada pelos condicionamentos definidos pela relação dialética com as demais classes sociais.

O desenvolvimento e o domínio de um modo de vida, portanto, processam-se por meio da luta por hegemonia²⁵ entre as classes que compõem a formação social. Nesse sentido, vale retomar Bourdieu (1994b, p. 25) ao dizer que “o reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o desconhecimento social do espaço onde se trava, simbolicamente, a luta de classes”.

O espaço estruturado, no qual os sujeitos atuam, Bourdieu denomina como “campo”. Neste *lócus* travam-se as lutas pelos interesses específicos e as relações de poder se expressam. Em cada campo específico, os agentes, dominantes e dominados, operam disputas arbitradas baseadas numa forma de convivência “consensual”, que esconde a existência do mundo social enquanto espaço de conflito. Este desconhecimento está ligado à existência de uma crença coletiva cujo poder faz com que os agentes não questionem as hierarquias das diferentes posições sociais. Deste modo, o *campo* é o *lócus* de consenso. E os valores estabelecidos em cada campo específico provêm de um consenso geral

²⁵ Gramsci (1984)

dominante, que acaba moldando todos os campos da vida social. Compreendemos este consenso geral hegemônico como sendo o “modo de vida”.

Ao adotar tal sentido, Bourdieu percebe que “as classes sociais não existem (...). O que existe é um espaço social, espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer,” (BOURDIEU, 1996b, p. 26, 27). Neste sentido classe social é uma noção que se refere a uma camada ou grupo de atores sociais que compartilham condições, posição e um determinado *habitus*, isto é, um *quantum* de capital de natureza diversa.

Assim, quando Bourdieu, (1996b), fala de “estratégias de reprodução camponesa”, ele não atribui um cálculo racional ou uma ação estratégica, mas indica que há capitais que poderão ser utilizados ou não nas ações, porque as classes ou os grupos sociais pautam sua vida pelo *habitus*, definido como:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou de domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizada de um maestro. (BOURDIEU, 1994 p.15)

O *habitus* pode ser compreendido como um sistema de valores, adquirido no curso das experiências sociais passadas, que condiciona todas as escolhas dos sujeitos. Dessa forma, gostos, valores, percepções e crenças não são frutos de escolhas individuais e subjetivas, mas sim da objetividade interiorizada e que aparece aos nossos olhos como escolhas próprias. Isto explica a relativa homogeneidade do *habitus* de um determinado grupo ou classe: cada indivíduo interioriza a objetividade que está a sua volta, aquilo que faz parte do cotidiano da sua posição social.

Entendido desta maneira, o *habitus* tende mais a reproduzir as práticas já conhecidas do que possibilitar a elaboração de novas, embora estas não sejam descartadas, porque as possibilidades de mudança estão inscritas dentro de um

“espaço de possíveis” e os agentes vão optando pelas escolhas já conhecidas, legitimadas pela tradição e por sua posição social. Portanto, o ajustamento das esperanças subjetivas às condições objetivas resulta da existência de disposições sociais duradouramente inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades, pelas liberdades e necessidades e pelas facilidades e proibições inscritas nas condições objetivas que marcam e definem o sujeito, fazendo-o recusar o impensável e o evitável, isto é, as práticas que não condizem com a sua posição de classe. No entanto, também novas escolhas não predominantes e com potencial de mudanças poderão ser mobilizadas e provocar novas percepções e novas práticas. (BOURDIEU, 1994).

O modo de vida da sociedade rural tradicional ocidental é caracterizado por Mendras, (1976), como o de uma “autonomia relativa” em relação à sociedade ampla, pela “importância estrutural dos grupos domésticos”, pela “autarquia relativa de seu sistema econômico” - baseado na agricultura, pelas relações de interconhecimento e pela existência de “personalidades de prestígio” com a função de estabelecer conexões entre a sociedade local e a sociedade ampla.

Segundo Mauss, (2003), as sociedades tradicionais são depositárias de instituições que precederam o contrato individual, o uso do dinheiro e, acima de tudo, a noção de preço calculado em moeda. Nestas instituições, reconhecidas como “sistema de troca de dádivas”, imperava o princípio de “dar, receber e retribuir”, ou seja, as trocas não tinham a mesma finalidade que o comércio de nosso tempo, elas tinham, antes de tudo, o objetivo moral de produzir um sentimento de amizade entre as pessoas envolvidas. Como decorrência disso, a circulação de coisas era identificada como a de direitos e de pessoas, porque as coisas trocadas possuíam a alma de seus proprietários. É nesse sentido que as trocas “misturavam as vidas” e teciam relacionamentos a partir das existências contidas nas coisas. Tais instituições, perdidas nas brumas da história, originaram nossas formas de direito e nossas economias atuais e, apesar de todo utilitarismo vigente, ainda podemos encontrar resquícios desta forma de viver no meio rural, onde ainda se conservam alguns traços desse sistema antigo no qual “nada é

indiferente, (...) tudo é levado em conta, (...) a natureza e a intenção dos contratantes e a natureza da coisa dada são indivisíveis”. (MAUSS, 2003, p. 287). Ainda segundo o autor, nessas sociedades primitivas todos os fatos sociais, todas as instituições se misturavam e constituíam a vida social em um “fato social total”.

De forma semelhante, Thompson, (1998), ao propor o conceito de “economia moral” para compreender os “motins da fome”, entre os trabalhadores ingleses do século XVIII e começo do XIX, proporciona pistas interessantes para o estudo do campesinato. Segundo o autor, essas revoltas foram reações populares ao desrespeito com os “costumes em comum”, durante o período de transição para a economia de mercado capitalista. No entendimento do autor, os motins, provocados pelo aumento dos preços dos alimentos, devem ser interpretados como um consenso popular sobre as práticas de mercado consideradas legítimas e ilegítimas, fundamentadas em uma visão tradicional das normas, das obrigações e das funções econômicas específicas de cada grupo social da comunidade. Portanto, “consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres”. (THOMPSON, 1998:152).

Bourdieu, (1979), ao estudar as aldeias Cabilas, na Argélia, percebe formas de sociabilidade específicas fundamentadas em um *ethos* camponês diverso daquele permeado pela racionalidade do cálculo econômico capitalista. Compreende que os Cabilas praticam uma “economia em si e não para si”, expressa pela valorização do trabalho não devido à sua função econômica, mas pelo que ele possa significar em termos de possibilidade de integração dos sujeitos à comunidade.

No que diz respeito ao *habitus* do campesinato, descrito na literatura sobre o tema, encontramos caracterizações bastante consensuais entre diversos autores. Para Chayanov, (1974), a unidade de produção camponesa caracteriza-se pela íntima relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo da família. Neste sentido, o trabalho familiar não é quantificável e passível de avaliação em termos de lucro porque objetiva produzir “valores de uso” e não “valores de troca”.

Em síntese, uma definição consensual sobre o campesinato pode ser obtida em Shanin, (1979): grupo constituído de pequenos produtores agrícolas, que trabalham com suas famílias utilizando tecnologias simples, primordialmente para o auto-consumo e para o pagamento de obrigações com o poder econômico e político local. Além de se organizarem em uma “unidade de produção familiar”, os camponeses também mantêm relações sociais caracterizadas como “comunidades camponesas” - entendidas como grupos de pessoas, com elevada auto-suficiência, localizados em um território, unidos por laços de integração social e de interdependência baseados em um sistema integrado de normas e valores e percepção da sua singularidade em relação aos outros grupos sociais. A isso podemos integrar outras características, destacadas pelos autores acima abordados: praticam uma economia “moral” voltada para a reprodução da família e associam “moradia e trabalho” na terra.

Na interpretação do campesinato em relação ao mundo rural contemporâneo, Lamarche, (1993), adota o conceito de “unidade de produção familiar” por conta de sua operacionalidade metodológica quando se leva em conta a amplitude de situações.²⁶ Para o autor, apesar dessa diversidade, elas têm em comum a característica de serem “unidades de produção agrícola onde **propriedade e trabalho** estão intimamente ligados à **família**” e nas quais as interdependências destes três fatores geram “noções mais abstratas e complexas, tais como a **transmissão do patrimônio** e a **reprodução da unidade de produção**”. (LAMARCHE, 1993, p.15). Campesinato, portanto, é um “conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de produção agrícola perfeitamente descrito e analisado por A. Chayanov”. (LAMARCHE, 1993, p.16).

A caracterização ampla, discutida acima, nós reconhecemos como “modo de vida rural tradicional”, no qual se desenvolverá o campesinato brasileiro com suas especificidades regionais. Mas, apesar das especificidades, segundo Duran,

²⁶ A produção familiar pode ser a “ponta de lança” da agricultura de mercado ou, pelo contrário, permanecer arcaica e voltada para a subsistência, em outros casos será mantida como “forma social de produção” capaz de garantir a segurança alimentar, ou ainda, ela é excluída e desacreditada como forma viável de produção agrícola. “Estas situações particulares (...) revelam a enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a unidade de produção familiar”, (LAMARCHE, 1993, p. 11-13).

(2004), podemos perceber semelhanças entre as comunidades rurais brasileiras em relação às condições de acesso à terra, às técnicas tradicionais de produção, às características das unidades produtivas, compostas de famílias e organizadas em grupos de vizinhança. “Encontramos sempre as mesmas técnicas produtivas, as mesmas formas de cooperação e auxílio mútuo, os mesmos laços de solidariedade e, principalmente, as mesmas condições precárias de existência”. (DURAN, 2004, p.134). Para a autora, tais condições formam a cultura e a população a quem chamamos de caipira, cabocla, sertaneja e, de forma geral, tradicional do Brasil.²⁷

Woortmann, (1990), encontra no Nordeste brasileiro uma “ética camponesa”, ou seja, uma lógica camponesa de ser e de viver - entendida como a forma pela qual os camponeses percebem “as relações entre si e as coisas, notadamente, a terra”. (p.11). Os camponeses, mesmo produzindo para o mercado, reiteram valores herdados, como o “valor-família”, que traz ao trabalho um sentido ético de reprodução cultural da família. Da mesma forma, os camponeses sustentam “concepções morais” acerca do uso da “terra como valor-de-uso”.

É nesse mesmo sentido que Brandão, (1999), percebe nas populações idealmente denominadas camponesas uma “lógica da natureza” e uma “ética do ambiente” diferentes e opostas ao modo moderno de pensar sobre os valores dos cenários naturais. Os camponeses expressam um

“afeto pela terra”, uma relação “de amor” e “gosto”, não pelo valor econômico do lote, mas pela “terra próxima, física, qualificável segundo um código de atributos naturais avaliados pelo seu poder de produção. A terra real sobre a qual se trabalha; a terra que se planta. (BRANDÃO, 1999, p. 62).

²⁷ Martins, (1981), salienta que a adoção do termo “camponês” ou “campesinato” no Brasil tem um sentido político e não necessariamente uma vinculação à teoria da “feudalidade” do mundo rural brasileiro. Esses termos são “importações políticas” que tentaram compreender a realidade brasileira no contexto do avanço das lutas pela terra. Neste intuito, os sujeitos destas lutas - que até então eram conhecidos como caboclos, caipiras, caiçaras e colonos, conforme a região - foram denominados pelo termo comum de “campesinato”, na tentativa de se criar uma identidade política comum.

Partindo de tais considerações, é possível indicar que as disposições e as manifestações dos assentados do “Pátria Livre”, na defesa do trabalho autônomo familiar e voltados às necessidades da reprodução familiar e das relações de parentesco, são expressões herdadas do modo de vida rural tradicional e de seu *habitus* camponês. São relações de reciprocidade, de trocas de presentes (“dádivas”) fundamentadas numa “economia moral”, nos mesmos termos que Meneses e Wolford, (2005), perceberam em assentamentos rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco e no Brejo Paraibano.

Desta forma, conforme as premissas estabelecidas acima por Bourdieu, ao longo do domínio do “modo de vida” “rural/tradicional/latifundiário”, desenvolveu-se o *habitus* camponês que tende a reproduzir-se no contexto do modo de vida atual, idealmente concebido como “moderno/capitalista/industrial/urbano”- no caso brasileiro desenvolvido sem grandes rupturas a partir da estrutura social, política e cultural do “modo de vida” anterior, como veremos adiante. É desta forma que compreendemos a luta dos assentados do “Pátria Livre” pela terra e a recusa do modelo de produção pretendido pelo MST.

Mas se os assentados orientam suas ações pelas noções de “economia moral” e “de reciprocidade”, por que se rebelam contra o MST, que lhes possibilitou o acesso à terra? Por que não reconhecem o trabalho dos militantes que não podem trabalhar na produção, pois estão lutando para que outros também possam ter terra? Liberá-los do trabalho e partilhar com eles os frutos do assentamento não seria uma forma de devolução de uma dádiva, o pagamento de uma dívida moral? Seria essa recusa fruto da dominação burguesa, do individualismo, como entendem as lideranças locais entrevistadas? Ou esta forma de divisão de trabalho pretendida pelo movimento é estranha para seu *habitus* camponês?

Souza, (2008), interpreta esta recusa como uma reação dos assentados à situação de dependência ao latifúndio, vivida durante sua história de vida. A terra representa uma “dimensão concreta de libertação (...) dos esquemas de exploração a que foram historicamente submetidos” (p.498).

Observamos que, na sua ética e visão de mundo, os assentados compreendem que todos da família participam e são beneficiados pelos frutos do trabalho, ou seja, todos encontram uma forma de serem úteis na produção, inclusive crianças, velhos e doentes. Nessa lógica, o problema gira em torno do “fazer corpo mole”, do não doar todo seu potencial de trabalho ou ainda de não trabalhar diretamente com o grupo e, depois, querer participar da divisão dos frutos do trabalho. Nesse último caso inclui-se o trabalho dos assentados militantes: mesmo sendo uma atividade importante para a sobrevivência do assentamento, dificilmente será aceito e compreendido, pois a perspectiva que norteia os assentados é a do trabalho enquanto algo familiar, local, concreto e, portanto, produtor de “valores de uso”.

Se atribuirmos, no entanto, a recusa da cooperação proposta pelo MST enquanto expressão do modo de vida campones, como explicar a disposição ao trabalho assalariado temporário? Esta questão, a nosso ver, deve ser respondida através da análise da formação sócio-econômica e das especificidades do modo de vida rural tradicional da região, o que condicionará também o desenvolvimento de um *habitus* particular de tais camponeses.

1.3. Configuração original da Região do Planalto da Conquista: padrões, vaqueiros e lavradores.

A origem das características sócio-econômicas atuais do Sudoeste da Bahia deve ser buscada no tipo de função relegada a esta Região do Brasil no processo geral de acumulação do capital. Sabe-se que historicamente o comércio exterior condicionou a organização da sociedade e da economia brasileira para propósitos voltados exclusivamente para fora do país, proibindo todas as atividades que não estivessem em consonância com esse objetivo.

Segundo Prado Junior, (2004), Correia de Andrade, (1964) e Ribeiro, (1995), a ocupação econômica do Nordeste do Brasil foi iniciada e orientada pela produção monocultora e escravista da cana-de-açúcar nas áreas férteis do litoral. Como o objetivo fundamental era a produção de açúcar, as áreas mais remotas e áridas do sertão foram destinadas as demais atividades complementares como a criação de gado e a produção de viveres.

A criação extensiva do gado, só permitida a uma distância de 10 léguas da costa, foi um dos principais vetores de penetração e povoamento do sertão nordestino. Assim, cana-de-açúcar e pecuária conformaram o sistema de exploração agrária do Nordeste em dois sistemas socioeconômicos diversos e complementares. Entre estes dois, nas áreas periféricas e marginais, desenvolveram-se as pequenas propriedades policultoras, produtora de gêneros alimentícios em pequena escala, visando o auto-consumo e a venda de excedentes.²⁸ A economia de subsistência foi a única forma possível de trabalho livre para esse grupo social, seja como produtores independentes ou como “agregados”²⁹ ao latifúndio. (CORREIA DE ANDRADE, 1964, BUARQUE DE HOLANDA, 1995, FURTADO, 1961, GARCIA JR, 1983 e HERÉDIA, 1979).

No período colonial a expansão da pecuária dava-se pela dispersão dos currais em sesmarias cedidas pela Coroa a quem tivesse os pré-requisitos

²⁸ Ou excepcionalmente em áreas destinadas à imigração, a exemplo de alguns espaços da Região Sul, como atestam os estudos de Seyferth, (1974) e Santos, (1978).

²⁹ Entendidos como formas dependentes de acesso a terra como moradores, parceiros, meeiros, arrendatários, etc.

políticos e econômicos necessários para torná-las produtivas. Devido às condições ambientais áridas os currais só podiam ser estabelecidos perto das raras “aguadas” naturais. Como as sesmarias eram imensas, os currais ficavam a grandes distâncias um dos outros, sendo necessários vários dias de viagem. Por estas características as fazendas de gado, isoladas no sertão, tinham que desenvolver estruturas produtivas auto-suficientes. Os núcleos habitacionais compostos da família do vaqueiro e a das de seus ajudantes, alimentavam-se da carne de gado, do leite e de seus derivados como a coalhada e o queijo - obtido de algumas vacas amansadas para este fim - e do cultivo dos roçados nas áreas úmidas. Alguns produtos como o sal, pólvora e ferramentas eram obtidas dos boiadeiros/tropeiros que passavam de vez em quando para comprar o gado que seria levado para os centros consumidores do litoral. (RIBEIRO, 1995).

O vaqueiro, homem de confiança do patrão, prestava contas periodicamente do rebanho, recebendo uma rês a cada três marcadas para o proprietário. O vaqueiro quando juntava um rebanho ideal, deslocava-se para regiões ainda não alcançadas pelas sesmarias e estabelecia seu próprio curral. Seus ajudantes provavelmente esperavam um dia poder alcançar esta mesma condição. (RIBEIRO, 1995).

Segundo este autor, as condições de vida nas fazendas do sertão nordestino eram melhores do que qualquer outro núcleo rural brasileiro da época, pois as relações entre proprietários e vaqueiros, apesar de rigidamente hierarquizadas, eram menos desiguais do que as existentes nos engenhos. Posto que, entre patrão e seus vaqueiros desenvolviam-se relações de compadrio e de respeito mútuo baseados na honra e na fidelidade. Afora isso, as atividades da lida com o gado eram mais valorizadas do que a de lavrador e as do serviçal; a coragem, a perícia e o prestígio pessoal dos vaqueiros eram tidos como elementos de honra e valorização social.

Segundo Ribeiro (1995), ainda que prevalecessem as condições de isolamento que tornavam os currais autárquicos e voltados para si mesmos, desenvolviam-se formas de sociabilidade baseadas na convivência vicinal entre

currais de uma mesma “ribeira”. Como exemplo, cita as vaquejadas surgidas da necessidade de cooperação entre os vaqueiros das fazendas para a recuperação e apartação do gado de vários donos que se misturavam nos campos. Estas atividades conjuntas, com o passar do tempo, foram transformadas em festas regionais em que são testadas as habilidades dos vaqueiros. Outra forma de sociabilidade que promovia convívios regulares entre as famílias eram os cultos dos santos padroeiros e as festividades do calendário religioso, centralizados nas capelas e seus respectivos cemitérios.

Mas à medida que o sertão ia sendo ocupado pela pecuária ia também sendo recortado por estradas pelas quais, de pousada em pousada providas de água e pastagens para a recuperação dos rebanhos, as boiadas eram conduzidas até o mercado consumidor do litoral. Também com o passar do tempo a multiplicação das famílias vaqueiras gera um excedente de mão de obra que permite ao patrão não mais pagar em reses, mas com salários e, por outro lado, utilizar o trabalho das famílias dos vaqueiros no cultivo de culturas associadas ao pastoreio como a do algodão mocó. (RIBEIRO, 1995).

Os plantadores de algodão mocó ingressavam no latifúndio pastoril como “meeiros”: recebiam uma “quadra” de terra para fazerem seus roçados para o cultivo de seus alimentos e para plantarem o algodão do qual tinham que entregar metade ao proprietário. Esta prática dava ao fazendeiro a vantagem de obter alimentos para o gado nos restos culturais destes roçados. Assim, com o tempo, essa nova forma de acesso e trabalho na terra fez surgir nas fazendas, além da casa grande e dos ranchos dos vaqueiros, as “palhoças miseráveis” dos lavradores meeiros. (RIBEIRO, 1995).

Ainda segundo esse autor, no sertão nordestino, nos lugares onde prevalecia a agricultura confinava-se o gado, e onde dominava o pastoreio, cercavam-se os roçados. Nesta configuração, em algumas manchas de terras úmidas dos brejos, serras e várzeas desenvolveram-se, ao lado da criação, algumas lavouras comerciais. Caso típico da zona do agreste, mais úmida e mais perto dos centros urbanos consumidores. Neste sub-espço a economia mais

intensiva promoveu uma maior concentração demográfica, com a população aglutinada em vilas donde saíam para cultivar terras arrendadas em regime de meação e também para trabalhar nos engenhos da zona da mata. (RIBEIRO, 1995).

Com a decadência dos engenhos, a partir do final do século XIX, acontece um afluxo da população do litoral para o sertão, capaz de absorver este acréscimo populacional pela auto-suficiência no abastecimento. Esta expansão da economia de subsistência pela transferência de trabalhadores de regiões mais produtivas para menos produtivas, Furtado, (1961), denomina de “processo de involução econômica”. O aumento populacional levará a ocupação de áreas de pouca fertilidade, irá intensificar a agricultura de subsistência pelo sistema de meação e arrendamento, posse, subdivisão das fazendas e ocupação de novas áreas no cerrado e da Amazônia. A Estas populações, dependentes dos grandes proprietários - pois a propriedade da terra só era concedida aos membros da classe dirigente³⁰ - cabia a tarefa de “abrir as terras”, cultivá-las, deixando-as em seguida para o gado. As culturas permanentes como bananeiras, cafeeiros e árvores frutíferas, que poderiam melhorar as condições de vida, eram proibidas, reiterando assim a provisoriedade das condições de sua existência. (FURTADO, 1961).

Nas condições de “domínio despótico”, as relações dos “sertanejos” com seus patrões são revestidas de grande respeito e deferência. Temendo serem excluídos da terra e de ficarem sós, sem patrão que os proteja do arbítrio dos agentes do Estado, esforçam-se em bem servir e serem leais. Assim, vaqueiros, agregados e pequenos proprietários, relacionavam-se com os grandes proprietários por direitos e deveres mútuos baseados na fidelidade e na proteção. Para os “senhores” latifundiários, possuir muitos agregados, para além das evidentes vantagens econômicas, conferia-lhes *status* social e poder político, principalmente a partir da instituição da República no final do século XIX.

³⁰ No sertão da Bahia as sesmarias concedidas variavam de 20 a 50 léguas (enquanto que no Sul do País elas chegavam no máximo a três léguas) esta concentração de terras em poucas fazendas prejudicou a ocupação e o desenvolvimento do território baiano, caracterizado como lento e disperso. (CAR, CEI, CEPA, apud FERREIRA E RIBEIRO, 2001).

(PRADO JR., 2004, CORREIA DE ANDRADE, 1964, NEVES, 1998, RIBEIRO, 1995).

O desligamento pela emigração para outras terras era a única forma do sertanejo libertar-se da opressão. No entanto, como a terra “sempre tem dono”, estão destinados a serem “eternos itinerantes”, a abrir novas terras e abandoná-las em seguida. Impossibilitados de poder pensar a vida no longo prazo, cultivam somente plantas de ciclo anual e moram em choupanas provisórias. (RIBEIRO, 1995).

Um retrato complementar das condições de vida dos camponeses do sertão baiano na segunda década do século XIX nos é dado por Spix e Martius. Descrevem como uma população que vive em (...)

(...) uma palhoça imunda, tendo em volta uns pés de banana maltratados, uma roça de feijão e mandioca, umas cabeças de gado e alguns cavalos magros, que buscam eles próprios a subsistência, eis a mais alta aspiração desses matutos. Alimentam-se com ervas, carne-de-vento, leite, requeijão e, durante o tempo das frutas, sobretudo as do imbuzeiro (...), (V.2, 1978:139).

Estas condições gerais de ocupação e desenvolvimento do Sertão Nordeste e do Semiárido baiano serve de pano de fundo para a compreensão da ocupação da região localizada no Centro-Sul da Bahia e do Norte de Minas Gerais, denominada por Neves, (1998) de “Alto Sertão”. Esta iniciou-se na passagem do século XVII ao XVIII pela tomada dos territórios indígenas e o estabelecimento de fazendas de gado no vale do Rio São Francisco pelos baianos e, concomitantemente, nas margens dos Rios Verde, Pardo, Doce e Araçuaí pelos paulistas, (PRADO Jr. 2004, NEVES, 1998 e SOUZA, 2001).³¹

Segundo Neves, (1998), a maioria das povoações do Nordeste surgidas no século XX tem origem nas grandes fazendas desmembradas das antigas sesmarias. Ele exemplifica este processo com o estudo da Sesmaria do “Alto

³¹ Para esses autores, os dois “vetores de povoamento” que se integravam pacificamente na caatinga passaram a se confrontar nas áreas de mineração no século XVIII. O embate mais significativo deste encontro foi a “Guerra dos Emboabas”.

Sertão”, propriedade da família do “mestre de campo” Antonio Guedes de Brito, denominado “Conde da Ponte”. Esta área passou a ser loteada e comercializada pelos herdeiros do “sexto” Conde da Ponte a partir do século XIX quando os metais e pedras preciosas começam a escassear definindo assim a estrutura agrária da região: predomínio das pequenas e médias propriedades permeadas de alguns grandes latifúndios remanescentes.

Percebe-se neste autor uma leitura da região como um espaço – mesmo que ainda dominado pelas relações de dependência formadas nas condições iniciais de grandes concentrações de terra – caracterizado pela preponderância da pequena e média propriedade. Os dados da estrutura agrária atual comprovam isso.

O movimento de ocupação e expansão econômica da região Sudoeste da Bahia (espaço em que se localiza nosso “campo” de pesquisa) está intimamente ligado com a descoberta de ouro nas “minas novas”, nas cabeceiras do Rio de Contas e do Rio Itapicuru (Jacobina), no Centro-Sul do Estado da Bahia, no início do século XVIII. O esgotamento destas jazidas no início do XIX iniciou o movimento de seguir rios e afluentes a procura de novas jazidas dando origem a ocupação da região. O bandeirante português João Gonçalves da Costa, após ver frustrada sua tentativa de encontrar ouro no “Sertão da Ressaca” ³², estabeleceu fazendas de gado e fundou o Arraial da Conquista depois de combater e subjugar os índios Mongoiós, Pataxós e Aimorés que viviam nessa região. Os nativos que sobreviveram à conquista foram escravizados. Os conflitos entre colonizadores e nativos, marcaram todo o processo de ocupação. Isto é, por não ter ouro e não ter valor comercial por estar ocupada por povos nativos e hostis, a terra passou a ser doada aqueles que a conquistassem. Assim, a resistência indígena dificultou e retardou significativamente o início da ocupação e a exploração econômica da região. (CAR, 2000).

Desde os primórdios da ocupação até o início do século XX, devido sua localização na rota de escoamento de gado do “Alto Sertão” para o litoral, as

³² Hoje conhecida como Região do Sudoeste da Bahia e situada entre o Rio Pardo e Rio de Contas.

fazendas do “Sertão da Ressaca” desempenharam a atividade de entrepostos comerciais. Foram estabelecidas pousadas de tropeiros que comercializavam gêneros alimentícios cultivados na região e forneciam os pastos e a água para a recomposição das boiadas. “A atividade comercial se confundia com a agropastoril, uma vez que o proprietário rural se encarregava também de fazer chegar ao mercado consumidor o seu produto”. (GARCEZ e FREITAS, 1979, apud CAR, 1999, p.47).

Da maneira análoga ao interior da Região Nordeste a pecuária foi a atividade que mais promoveu a ocupação e o povoamento da região em estudo. No entanto, só a partir da terceira ou quarta década do século XX, em função da expansão da demanda por carne, ela passou a desenvolver criações próprias, constituindo-se em região de pecuária. Antes disto caracterizava-se principalmente como espaço de circulação. No decorrer do século XIX na região registrou-se também a cotonicultura, produção que era intermediada pelos comerciantes de Vitória da Conquista. (CAR, 1999).

O primeiro registro escrito sobre a localidade que formará a cidade de Vitória da Conquista data de 1780 e refere-se a um “rancho” com cerca de sessenta pessoas sob o comando do português João Gonçalves da Costa. Mais tarde outro registro histórico importante sobre o distrito de Vitória - atual Vitória da Conquista - naquela época ainda pertencente à Vila de Caitité, foi feito em 1817, pelo Príncipe alemão Maximiliano Wied-Neuwied. Em sua descrição o príncipe conta que o “Arraial de Conquista”, com trinta a quarenta “casas baixas”, era quase tão importante como qualquer outra vila do litoral. Os moradores da localidade, (entre 180 e 240 hab.) eram muito pobres e na maior parte trabalhadores. Além da subsistência que a cultura do campo lhes dava, a venda do algodão e a passagem das boiadas lhes proporcionavam outros meios de vida. Observou que em algumas semanas viam-se chegarem mais de mil bois. Ainda segundo o príncipe, a cidade era de “má fama para as pessoas sérias e consideradas que vivem em suas fazendas, espalhadas no entorno” como os “ricos proprietários de terras da família do Coronel João Gonçalves da Costa, do Capitão-Mor Miranda e algumas outras”. (MEDEIROS, 1998).

De maneira geral, a atividade pecuária e policultora em grandes propriedades, controladas por poucas famílias em detrimento da maioria da população que vivia e trabalhava nestas fazendas, comandou o processo inicial de ocupação econômica na região.

Segundo Ferreira e Ribeiro, (2001), no sertão baiano, onde se desenvolveu a atividade pecuária, não prevaleceram relações escravistas, embora as tenha havido. Para os autores, nestes espaços a classe trabalhadora consistia preponderantemente de vaqueiros, posseiros, arrendatários, barqueiros e canoeiros. No entanto, Souza, (2001), contesta este entendimento considerando que a necessidade de produção da auto-suficiência nas fazendas e, principalmente, a possibilidade de comercialização dos produtos cultivados fez com que os escravos fossem largamente empregados nas atividades agrícolas. De qualquer forma, hoje a presença negra é muito marcante nesta região e a escravidão, tanto de índios como negros é um componente importante na sua conformação sócio-cultural.³³

Já para Neves, (1998), a escravidão desenvolveu-se simultaneamente e articuladamente com a meação. Agregados e escravos teriam vivido praticamente nas mesmas condições. As policulturas de pequena expressão econômica não necessitavam de muitos investimentos nem de muitos trabalhadores, por isso predominavam pequenos planteis de escravos administrados pelos próprios senhores ou vivendo sozinhos em pequenas unidades produtoras. Existiam poucos cativos especializados em profissões, exceto vaqueiros. A grande pecuária da região, ao contrário do que a literatura apresenta para as regiões pecuaristas, empregava o trabalho compulsório, revelando que o exercício da prestigiada profissão não era exclusividade de homens livres.

³³ O município de Vitória da Conquista, segundo o Censo 2000 IBGE, possui uma população de 277.659 pessoas, destas, 164.406 (60%aproximadamente) são negros e pardos. No município existem atualmente 20 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, conforme os dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (2009) Assim, podemos deduzir que a escravidão nestas paragens era uma prática relevante.

O estudo de Medeiros, (1977), corrobora com os dois últimos autores acima ao indicar que, no ano de 1875, existia na Vila de Conquista cerca de 1800 escravos. “Certamente” oriundos da região de Rio de Contas, deslocados após a decadência da exploração do ouro. Para o autor, com o tempo, esses escravos tornaram-se, em sua maioria, meeiros, vaqueiros e etc., dando origem a uma população camponesa na região, denominadas genericamente de agregados, sendo mais tarde absorvida pelos fazendeiros em suas fazendas para o trabalho de abertura de novas áreas de pasto. (MEDEIROS, 1977).

De maneira geral, a existência de terras ainda a serem desbravadas dava a essas famílias a tranqüilidade de não se preocuparem com a titulação das propriedades, podiam ainda escolher apenas as melhores terras para o plantio de seus roçados³⁴. Assim, nas terras mais distantes, nas “franjas do latifúndio”, escravos e trabalhadores desenvolviam uma importante produção camponesa em pequenas áreas, garantindo ao mesmo tempo mão-de-obra suplementar aos grandes proprietários. (MEDEIROS, 2003).

Para Souza, (2001), são os descendentes destes que, posteriormente, a partir de 1850, com a valorização e titulação das terras, tornam-se vítimas da expropriação, e desenvolvem um processo de resistência individualizada e localizada na tentativa de não perderem suas terras.

Em decorrência da grande distância dos locais de abastecimento do litoral a ocupação do interior baiano induziu necessariamente ao auto-abastecimento, a geração de excedentes para o mercado regional e interprovincial promovendo, desta forma, a integração regional e a acumulação local. Estes fatores contribuíram para a formação da pequena propriedade fundiária. Por certo, a necessidade de auto-suficiência é ainda mais premente numa zona sujeita a seca e distante do litoral. As pequenas policulturas sertanejas não se submetiam as lavouras monocultoras, embora vendessem seus excedentes a elas. A complementação entre a policultura e a pecuária favoreceu a expansão do

³⁴ Talvez seja oportuno lembrar que o processo de distribuição das terras no Brasil teve seu início com a divisão em Capitâneas Hereditárias, mais tarde em Sesmarias distribuídas a critério da Coroa portuguesa; somente em 1850, a Lei de Terras passa a regular a propriedade da terra mediante pagamento.

assentamento populacional e pode ser indicada como um dos fatores responsáveis pela dinâmica sócio-histórica mais significativa desta região. (NEVES, 1998).

Segundo o autor acima, as regiões do agreste e do sertão vinculavam-se com o litoral açucareiro pelo capital mercantil que transferia o excedente de alimentos por intermédio das feiras e das fazendas de gado pertencentes a senhores de engenho do litoral. A farinha, a rapadura e a aguardente destinavam-se ao consumo local; o feijão, o milho, o arroz e outros mantimentos eram vendidos para outras regiões e o fumo, a mamona e o algodão atingiam o comércio internacional. Já no alto sertão desenvolveu-se principalmente o algodão consorciado com milho e feijão.

Em síntese, nota-se que a procura de ouro, a conquista das terras, a escravização dos indígenas e dos africanos, a pecuária extensiva permeada pela policultura camponesa, a abertura de estradas, a circulação das boiadas pela região e o comércio foram os fatores que contribuíram para a integração da região à economia colonial. (NEVES, 1998 e SOUZA, 2001).

Para Domingues, (2001), os elementos da dominação personalizada, caracterizada pela valorização da lealdade e dos laços permanentes baseados na honra, foram tão significativos na sociedade tradicional brasileira que ainda hoje condicionam a constituição da identidade dos sujeitos.

Estas referências culturais, originárias do modo de vida rural tradicional fundamentado na pecuária extensiva, estão inscritas no *habitus* do grupo social do qual provém os atuais sem terras do sertão da Bahia. No Assentamento Pátria Livre observamos que saber “lidar com o gado”, atividade essencialmente masculina, ainda é muito valorizada e fonte de referência identitária importante, posto que, suas histórias de vida, como veremos adiante, na maior parte dos casos têm início na relação de trabalho vaqueiro/morador. Outra manifestação cultural local diretamente relacionada com a pecuária extensiva são as festas de “vaquejadas” e “derrubas”, muito apreciadas pela população local. Obviamente o

tempo se encarregou de mudar muita coisa, mas as referências da ação humana são feitas de memória, reprodução e alguma inovação.

Um fator crucial na conformação do *habitus* do “camponês do sertão” é a necessidade de convivência com as oscilações dos regimes de chuvas. A natureza árida com chuva e umidade somente durante quatro meses e seca nos demais, e, algumas vezes, com secas prolongadas que dificultam a permanência na terra, tem forte influência na conformação do “modo de ser” destes camponeses. Assim, à insuficiência e à provisoriedade somam-se as ameaças constantes da fome e das retiradas temporárias até que a chuva volte ao sertão. Estas dificuldades promovem estratégias coletivas de sobrevivência singulares, o desenvolvimento de laços de solidariedade e técnicas de manejo e de compartilhamento de recursos escassos como a água. (CORREIA DE ANDRADE, 1964 e CARON e SABOURIN, 2003). A ameaça constante com o flagelo da seca, apesar da amenização promovida pelo desenvolvimento dos meios de transporte, ainda influencia as estratégias e o planejamento da reprodução familiar, porque, fora alguns espaços modernizados, a agricultura regional não sofreu transformações significativas nos três últimos séculos. (NEVES, 1998).

Como percebemos, o campesinato regional é marcado historicamente pelas relações de dependência e de acesso precário à terra. Como os atuais assentamentos não conseguem promover uma inserção social satisfatória dos camponeses e apenas reproduzem as precariedades anteriores, evidentemente também recriam a necessidade destes assentados continuarem trabalhando “para os outros”.

O modo de vida rural tradicional foi profundamente afetado pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo e, conseqüentemente o próprio *habitus* dos camponeses proveniente desta sociedade teve que se adaptar aos novos tempos. Aos poucos, sobre a antiga base social, inovações foram se sedimentando. No entanto, apesar das mudanças, ressalvamos que a grande maioria dos agricultores familiares brasileiros mantém viva ou latente, inclusive os de maior inserção no mercado, os traços culturais de um tempo em que o

trabalho, a vida e o mercado eram partes de um todo. Um tempo em todas as esferas da vida tinham um sentido concreto não dissociado da vida como totalidade.

Percebemos que a maioria dos assentados do “Pátria Livre” provem da condição inicial de vaqueiros, condição que os poucos foi sendo substituída pela relação de trabalho assalariado (diaristas), depois, como veremos adiante em suas trajetórias de vida, migraram para as cidades e adotaram determinados aspectos do *habitus* dos trabalhadores urbanos. Desta forma, mesmo que muitos deles em suas práticas expressem aspectos de *habitus* não camponeses, continuam sendo camponeses em sua percepção de mundo e perspectivas para o futuro e é este sentimento que os fez voltar para a terra.

Como vimos até aqui, autonomia familiar relativa, “pluriatividade”, dominação personalizada são elementos que constam no *habitus* dos camponeses da Região do Sudoeste da Bahia conformado em relações de acesso precário à terra. Da mesma forma como a fidelidade aos patrões, a percepção da legitimidade da propriedade latifundiária e da autoridade do patrão. Mas, se os assentados guiam suas ações pelo *habitus* camponês, como é possível ousarem “ocupar” (“invadir”, como compreendem os patrões) a terra de seus “protetores”? Esta é uma das questões que pretendemos analisar no tópico seguinte.

1.4. Modernização e reconfiguração socioeconômica da Região Sudoeste da Bahia.

Os clássicos da sociologia, Durkheim, Marx e Weber, compreendiam que a modernidade levaria a um processo inexorável de decomposição do mundo rural tradicional. De fato, a realidade do “mundo rural” nas sociedades de capitalismo central tem apontado para importantes transformações, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Essas transformações surpreendentes fundamentaram, na década de 1960 com base nos clássicos acima, a interpretação de que o capitalismo ao subordinar a agricultura ao mercado estaria dissolvendo as heterogeneidades sociais rurais em um *continuum* dominado pelo

mundo urbano-industrial. Por conseguinte, a racionalidade produtiva capitalista destruiria a cultura tradicional camponesa e suas formas históricas de reprodução social, processo que culminaria no “fim do rural”. Assim, o camponês tornar-se-ia um agricultor referenciado na profissão e não mais em um “modo de vida”.

Segundo Ferreira, (2002), as teorias sobre o desaparecimento do rural foram gestadas no auge do processo de modernização europeia quando se percebeu a diminuição da população rural, da participação da agricultura no Produto Interno Bruto, sua crescente subordinação à agroindústria e a proletarianização dos agricultores. De sorte que, a permanência da agricultura familiar era vista como resquício do passado, algo em vias de extinção. “A idéia de esgotamento e a generalização da cultura urbana desqualificavam a pertinência do rural como espaço portador de singularidades” (FERREIRA, 2002, p. 30).

Mas, no final da década de 1980 e início de 1990, evidencia-se um processo de “recomposição dos espaços rurais” nos países centrais. As principais evidências são percebidas na revitalização demográfica do rural e na dissociação entre o rural e o agrícola. Nesse sentido, o campo passou a ser espaço de residência para trabalhadores urbanos, de crescente pluriatividade juntamente com o surgimento de movimentos preservacionistas que propunham o rural como “território do futuro” - espaço alternativo para os problemas da sociedade urbano-industrial. Também como reação aos influxos crescentes de outras categorias sociais de origem urbana que diversificavam e descaracterizavam cada vez mais estes espaços surgiram movimentos sociais em defesa das tradições camponesas e do meio ambiente, (FERREIRA, 2002). Desta forma, com o destaque feito as

potencialidades do rural como espaços para reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade. (...) As ciências sociais passaram a analisar esse fenômeno falando de novas ruralidades, renascimento do rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, emergência de novos atores sociais rurais, espaços rurais como territórios do futuro (FERRERA, 2002, p. 30 e 31).

No entendimento de Ferreira (2002) os estudos sobre a “nova configuração do rural filiam-se a duas interpretações controversas. Uma que entende o rural como uma realidade que permanece em declínio e com papéis cada vez mais delimitados pelo mundo urbano-industrial. Nesta a ruralidade é vista como um conjunto de representações integrantes de identidades rurais, mas em processo de transformação, compondo um *continuum* rural-urbano.

Mas o processo sócio-histórico não se efetivou desta forma, Wanderley, (2000a), aponta que nos “países centrais” o rural não acabou e nem permaneceu como antes. O que ocorreu foi um processo de redefinição e de reafirmação das particularidades culturais e políticas das sociedades locais. Para a autora, os agricultores familiares, mesmo os modernizados, mantêm fortes elos de identidade com a tradição camponesa. Por tudo isso, o recorte rural/urbano continua sendo pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas; neste sentido, o mundo rural não está acabando, mas gestando uma “nova ruralidade”.

Na modernização do campo não há somente uniformização das heterogeneidades locais, mas também uma interação dos produtores e populações locais a este processo. Por conseguinte, apesar das mudanças significativas, o rural permanece vivo e com vitalidade. Prova disso é a capacidade adaptativa da agricultura familiar que rapidamente incorporou o uso de técnicas modernas e tem mostrado capacidade de enfrentar a crise recente da agricultura moderna com formas alternativas de reprodução social como a pluriatividade. (FERREIRA, 2002).

Segundo Shanin, (1980), no que diz respeito ao destino dos camponeses sob o capitalismo, ficou provado que as teorias da “diferenciação/polarização”³⁵ que propunham o fim do campesinato pela acumulação do capital por poucos capitalistas rurais e a conseqüente proletarianização da grande maioria não condiz exatamente com a realidade. Visto que, em primeiro lugar o declínio de uns não produziu a ascendência de outros, pois a mais-valia não permanecer nos locais em que é produzida, ela é acumulada bem longe do campo, nos grandes centros

³⁵ Proposta pelo marxismo.

urbano-industriais; e por fim, a proletarização da maioria não formou um “exército industrial de reserva”, mas uma força de trabalho jamais necessária.

Desta forma, para (SHANIN, 1980), o campesinato não desapareceu completamente e tampouco permaneceu como era antes. Ele continua existindo ao mesmo tempo em que passa a se vincular, de “forma marginal”, à economia capitalista dominante e perder importância nas economias nacionais. Mantendo-se atrasado em relação à produção moderna de mercadorias agrícolas, passou a desempenhar a função de espaço de “acumulação primitiva permanente” fornecendo mão-de-obra e alimentos baratos e consumidor de bens industriais.³⁶

Mesmo considerando as ambigüidades na definição do rural³⁷, algumas tendências e características da agricultura e do espaço rural brasileiro da atualidade começam a ser identificadas na década de 1990: a diminuição das migrações entre as regiões; a retração do número de estabelecimentos rurais; o pequeno aumento da população ativa ocupada na agricultura entre os anos de 1996 e 1999; a predominância dos agricultores familiares na composição da população ativa da agricultura; a desproporcionalidade entre o expressivo número de estabelecimentos rurais familiares e o tamanho reduzido de sua área territorial e persistência da agricultura “camponesa tradicional” em escala superior a européia, (FERREIRA, 2002).

³⁶ No caso brasileiro, em relação aos aspectos econômicos do processo de modernização da agricultura, autores como Pinto (1981) e Delgado (1985a), dentre outros, mostram que o avanço da modernização sobre o setor agrícola da economia, a partir da década de 1970, caracterizou-se pela subordinação das atividades agrícolas ao capital industrial e financeiro por meio da constituição dos Complexos Agro-industriais (CAIs). Este processo provocou significativas transformações no espaço rural brasileiro, todavia, não atingiu de forma homogênea todas as regiões e tampouco todos os tipos de propriedades e de produtos. Esse modelo de desenvolvimento, apesar do incremento inegável da produtividade, gerou sua própria crise: aumento da concentração da terra e da renda, desemprego rural, problema populacional das cidades e degradação ambiental.

³⁷ No Brasil administrativamente é considerado rural todos os espaços que não são aglomerações dotadas de alguns serviços. Os equívocos dessa definição foram apontados por Wanderley (1997) e Veiga (2002). Pequenos vilarejos que não proporcionam nenhuma experiência urbana são considerados como tal e com isso as estatísticas encontram 80% da população do país no meio urbano, ultrapassando, inclusive, o índice de alguns países europeus. Veiga (2002.), utilizando critérios de análise mais condizentes com a realidade, a partir dos dados censitários, verifica que mais de 30% da população, 80% do território e 90% dos municípios brasileiros estão na área rural. (FERREIRA, 2002).

Para a mesma autora, a “vitalidade” do rural brasileiro fica evidente nos dados que apontam que no final da década de 1990, cerca de 25% da população ativa brasileira ainda se encontrava na agricultura. No que se refere à pluriatividade, apenas 6,8% da população ativa na agricultura possuía uma atividade secundária e, destes, mais da metade desempenhava a segunda atividade também na agricultura e apenas 2,3% dos pluriativos tinham uma segunda atividade não-agrícola. Assim, a pluriatividade, característica marcante nos espaços rurais dos países centrais, no Brasil é uma prática incipiente. O fenômeno do uso do espaço rural para a residência e o lazer dos cidadãos, no caso brasileiro, ainda está circunscrito apenas em áreas próximas às grandes e médias cidades. Por outro lado, percebe-se uma nova e crescente preocupação com o meio ambiente nas ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de Movimentos Sociais Rurais como o MST. Assim, a perspectiva de se pensar o rural brasileiro como um “território do futuro” pode ser fundamentada na mobilização dos sem-terra e nos assentamentos rurais, pois, “o caráter cada vez mais grupal e coletivo dessas estratégias, gerando uma apropriação das especificidades do espaço rural para seu uso, permite pensar em novas territorialidades em construção”. (FERREIRA, 2002, p. 39).

Assim, para a autora, o rural brasileiro hoje não pode ser mais definido apenas enquanto espaço da agricultura, pois apesar de continuar sendo o lugar dela, o espaço rural tem se recriado e revitalizado na relação com o meio urbano, apropriando-se de determinados aspectos deste.

Os agricultores brasileiros estão pondo em prática uma grande diversidade de estratégias de reprodução social - entre elas, a luta pela terra - que dão certo sentido à nova ruralidade em construção no país. Os demais processos observados naqueles países também existem no Brasil, mas ainda são incipientes, (...). Temos no Brasil uma ruralidade em reconstrução sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades (FERREIRA, 2002, p. 41)³⁸.

³⁸ Como contraponto, Silva (1995) interpreta esta dinâmica do “rural” brasileiro como uma decorrência do processo homogeneizador da modernização, que estaria reduzindo as distinções rural-urbano em um *continuum* dominado pelo urbano.

Portanto, para Wanderley, (2000a e 2000b) e Ferreira, (2002), mesmo que hoje em dia não possamos mais falar em isolamento e oposição nas relações entre rural e urbano, o meio rural ainda expressa uma escolha por um modo de vida com muitas especificidades. As autoras identificam este espaço como “nova ruralidade”.

O campesinato inserido na sociedade ampla, sob a hegemonia do modo de vida e de produção capitalista assume características específicas desta relação, mas mantêm muitas das características desenvolvidas na relação com a formação social anterior. No geral, o campesinato perpetua características culturais de homens do campo provenientes de formas de produzir fortemente condicionadas pela natureza. A influência do meio ambiente é particularmente importante na agricultura e será mais forte quanto menor for o nível tecnológico do trabalho.

Por outro lado, quanto maior o nível tecnológico, maior é a influência do mercado e, conseqüentemente menor a autonomia do produtor. Por isso mesmo, para Lamarche (1993), os que têm maiores possibilidades de sobrevivência no mercado capitalista são os produtores familiares que não se afastam completamente do modelo camponês original³⁹, mas também não se aproximam inteiramente do modelo de produção agrícola capitalista.

A abordagem de Lamarche, (1993), centra sua reflexão sobre a produção familiar pelo grau de integração à economia de mercado, integração concebida “tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural”. Assim, concebe uma escala que possui como extremidades o “modelo original” e o “modelo ideal”. As unidades de produção familiares posicionam-se nesta escala segundo suas próprias histórias e o ambiente específico em que estão inseridas. Ou seja, o lugar ocupado nesta escala corresponde aos níveis de influência provenientes, por um lado, do seu patrimônio sócio cultural e, por outro, das políticas, expectativas e funções destinadas a ela pela sociedade ampla em que está inserida.

³⁹ Para a compreensão dos vários modelos de produção familiar, Lamarche (1993) formula uma metodologia segundo a qual o passado camponês comum é denominado de “**modelo original**”; as projeções para o futuro e as estratégias para atingi-las, entendidas como “modelo de referência para o futuro”, são definidas como “**modelo ideal**”, (1993, p. 17). Cada produção familiar particular projetará para si um futuro no qual permanece como um produtor familiar.

“O funcionamento da produção familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os produtores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (LAMARCHE, 1993, p. 19).

As possibilidades dos produtores familiares atingirem o “modelo ideal” dependem, segundo Lamarche (1993), da “complementaridade” entre seus projetos e os projetos que a sociedade em que estão inseridos tem para eles. Desta forma, o autor explica as diferentes realidades vividas por eles nas diversas sociedades: em algumas sociedades ela domina a produção agrícola e em outras, está estagnada e diminuindo sua participação na produção agrícola ou mesmo sofrendo a eliminação de certos modelos de exploração familiar.

Com base neste entendimento, o autor reforça que neste método de análise não existe um sentido de evolução histórica que inexoravelmente as levaria ao mesmo destino. Em vez disto, propõem que a análise sobre as diferentes realidades deva adotar as noções de “**bloqueio**” e “**ruptura**”. Bloqueio, nesta concepção, corresponde a uma situação em que, devido as restrições da sociedade ampla, a produção familiar não consegue desenvolver as estratégias que a levariam ao “modelo Ideal”. Caso da Polônia, onde a produção familiar não usufrui do direito de acumulação fundiária. Também seria o caso dos “pequenos produtores” franceses, canadenses, brasileiros e tunisianos, que, devido a falta de garantias financeiras, não têm acesso ao crédito para investimentos na melhoria de sua produção. Ruptura é a noção que corresponde a um “profundo antagonismo” entre o modelo ideal, desejado pela exploração familiar, e o modelo dominante, imposto pela sociedade na qual está inserida. Este processo é característico de algumas sociedades industrializadas que rompe com as possibilidades de reprodução da produção familiar camponesa, assim como também nas sociedades socialistas onde haveria uma ruptura para a produção privada.

O autor também compreende que a consequência dos bloqueios pode ser um ponto de ruptura. O ponto de ruptura para um determinado modelo de produção familiar depende da sua capacidade de adaptação à realidade. A capacidade de adaptação é, para Lamarche (1993), uma das principais características da produção familiar e, por ter esta capacidade, ela está presente em todas as partes do mundo. Segundo sua hipótese, nas economias de mercado, quanto mais próximas as explorações familiares estiverem dos extremos da escala, mais dificuldades terão em assegurar sua reprodução.⁴⁰ Como exemplo demonstra que nos países industrializados muitas explorações familiares desapareceram porque não conseguiram se adaptar as novas exigências do mercado e por terem permanecido muito dependentes do “modelo original”. Por outro lado também mostra produtores familiares em sérias dificuldades porque já não conseguem mais encontrar alternativas fora do padrão de produção para o mercado, que poderiam ser buscadas no patrimônio sociocultural fornecido pelo modelo original, se não o tivessem renegado ou esquecido. (LAMARCHE, 1993).

Já foi apontado que a modernização do rural foi e está sendo um processo diferenciado nas diversas regiões do país e o mesmo processo se dá dentro de uma região específica. Mas no geral, todas são atingidas e tornam-se espaços de produção e consumos de mercadorias e fornecedoras de força de trabalho para os espaços modernizados.

Como vimos, desde o início de sua ocupação, a região do Sudoeste da Bahia foi um importante entreposto comercial da economia colonial. Na passagem do século XIX para o XX, com a desestruturação da economia agro-exportadora tradicional baseada na cana-de-açúcar, no couro de bovinos, no fumo e no algodão o cacau passou a ser o produto mais importante das exportações baianas. Este fato solidificou a concentração econômica no litoral, aprofundou dicotomias sociais, econômicas e culturais entre o litoral e o sertão. (CAR, 1999).

A partir de 1940, com o início da construção da rodovia BR 116 (Rio-Bahia) a Região começa a ser integrada aos fluxos comerciais do país, tornando

⁴⁰ Modelo Original – Modelo Ideal

a cidade de Vitória da Conquista o principal pólo comercial da região. Concluída no início da década de 1960 e cortando a região de Norte a Sul, a BR 116 contribuiu para o intenso processo de mudanças na região, exemplo disto foi a criação de 22 novos municípios neste período. No mesmo período outra rodovia, cortando a região de Leste a Oeste também auxiliou na dinamização e estruturação do espaço regional e, sobretudo, consolidaram Vitória da Conquista e Jequié como centros comerciais.

O desenvolvimento econômico brasileiro experimentado nas Regiões Sudoeste e Sul, entre os anos 1950 e 1970, sobremaneira no setor urbano industrial, contribuiu para a migração de um enorme contingente da população rural do país. A Região Sudoeste da Bahia permaneceu praticamente com a mesma base produtiva anterior fundada na pecuária, na agricultura de subsistência e no comércio, caracterizada pelo baixo progresso tecnológico, baixa incorporação de valor nos produtos e pela baixa capacidade de absorção de mão-de-obra. (CAR, 1999).

A característica demográfica do semi-árido é a ocupação desordenada, apresentando grandes vazios populacionais e também área de grande concentração demográfica. Economicamente o semi-árido baiano pode ser definido como essencialmente agropecuário, produtor de milho, feijão, mandioca e pecuária de pequeno porte. (FERREIRA e RIBEIRO, 2001).

A Bahia atual é caracterizada por três realidades distintas: o litoral úmido, espaço inicial da ocupação; o Oeste do cerrado com regularidade climática e topografia plana, ocupado recentemente por agricultores do Sul do país; o Semi árido na faixa central com baixos índices de pluviosidade, temperaturas médias anuais elevadas e vegetação de pequeno porte, representando 70% do território do estado. A agricultura baiana vem nos últimos tempos crescendo principalmente no litoral e no cerrado, já na semi-árida o crescimento está restrito as área irrigadas. (MENDONÇA, 2001).

Couto Filho, (1999) aponta que na agricultura baiana percebe-se uma distinção estrutural entre duas regiões: ilhas de modernização, caracterizadas

pelo uso intenso da tecnologia; a outra, vasto território com uma baixa incorporação de tecnologias produtivas e sem conexão com os complexos industriais, localizadas preponderantemente no Semi-árido.

Por certo, muito mais pelas características socioeconômicas do que pelas ambientais temos na região Sudoeste muitos dos municípios com os mais baixos Índices Gerais de Desenvolvimento Socioeconômico (IGDS) do estado da Bahia, segundo Ferreira e Ribeiro, (2001), concentram-se no semi-árido . Há que se notar que, dos 415 municípios baianos, 258 estão situados no semi-árido, perfazendo uma área de 373 km², cerca de, 66% da superfície territorial do estado.

Segundo o estudo do INCRA/FAO (2000) a Bahia possuía o maior número de "estabelecimentos familiares" da Região Nordeste, região que por vez tem o maior índice de agricultores familiares do Brasil. Também, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2009), a Bahia detém a maior população residente na zona rural do Brasil: dos cinco milhões de habitantes da zona rural do estado, mais da metade trabalha em atividades agrícolas.

A permanência desta população no meio rural é possível principalmente pela disposição da estrutura agrária do Estado, caracterizada pela coexistência de latifúndios e um grande número de minifúndios, ocupados por uma população fortemente identificada com o cultivo da terra e que se assalaria em tempo parcial no campo, (COUTO FILHO e SCHMITZ, 2001). Assim, segundo Couto Filho, (1999), a pluriatividade é um dos aspectos que caracterizam todos os espaços da Bahia, tanto os modernizados como os de agricultura tradicional.

Percebemos que, a pluriatividade, no que tange “trabalhar para os outros”, é uma necessidade histórica que tem origem na precariedade de acesso à terra para os camponeses da região. Os assentamentos atuais são a reprodução da precariedade e a recriação desta mesma necessidade de continuar trabalhando para o patronato.

No Sudoeste baiano o causador de profundo impacto sócio-econômico foi a implantação da cultura cafeeira durante a década de 1970 pelos incentivos governamentais do “Programa Nacional de Revitalização da Cultura Cafeeira”⁴¹. O estímulo estatal na cafeicultura levou a capitalização da produção gerando forte impacto na produção agrícola e nas relações de trabalho rurais e urbanas da região. Outro fato com relativa importância foi a implantação de distritos Industriais no município de Jequié e de Vitória da Conquista.(PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009)

A modernização da agricultura desta região ficou basicamente restrita as novas propriedades produtoras de café, mesmo assim, gerando grandes impactos nas relações de propriedade e de trabalho. As pequenas propriedades policultoras das áreas úmidas, paulatinamente foram transformadas em lavouras cafeeiras. O destino de muitos destes camponeses foram as cidades da região, de onde passam a ser trabalhadores temporários dos cafezais em terras que antes lhes pertenciam. (MEDEIROS, 1998 e SOUZA, 2008).

Desta forma, como em todas as demais áreas inseridas no mercado capitalista, nesta região o monocultivo do café simultaneamente proporcionou a modernização econômica da região, o êxodo rural e o crescimento das periferias das cidades. Além disso, o café também suscitou a migração permanente ou sazonal dos camponeses da caatinga para o trabalho no café. (SOUZA, 2008).

Na Região Sudoeste, localizada no Semi-árido, a utilização da tecnologia na agricultura restringe-se a lavoura cafeeira do Planalto de Conquista e a adoção de raças bovinas e pastos melhoradas na região pecuarista de Itapetinga. De resto, pratica-se uma agricultura e uma pecuária tradicional com baixa incorporação tecnológica. (COUTO FILHO, 1999).

A região Sudoeste pode ser subdividida em três sub-áreas : A) **Jequié** - com densidade demográfica de 26,3 h/km², concentra o maior número de municípios com as menores superfícies e apresenta os maiores índices de

⁴¹ O café foi introduzido e disseminado na região no final do século XIX, chegando a ser a atividade econômica mais importante de alguns municípios, no entanto eram “plantações de fundo de quintal”. (CAR, 1999).

densidade demográfica. Estas características provavelmente provêm do tipo de ocupação baseado nos desmembramentos sucessivos das antigas fazendas em pequenas propriedades policultoras, favorecendo o aparecimento de vários núcleos de povoamento e conseqüentemente de municípios pequenos; B) **Planalto de Conquista** - possui a mais antiga e populosa cidade da região, Vitória da Conquista, razão pela qual apresenta a maior densidade demográfica, 31,1 h/km², embora possua a maior superfície regional, 42,9%; C) **Pastoril de Itapetinga** - tem o maior número de municípios com grandes extensões territoriais e baixas densidades demográficas. Estas características conformaram-se em decorrência de sua ocupação recentemente pela pecuária extensiva. (CAR, 1999).

Para caracterizar o espaço, em suas diversas características geográficas, sociais, culturais, políticas e ambientais, em que se encontra o “Assentamento Pátria Livre”, adotamos o recorte denominado como “território de identidade”⁴². O Território da Região de Vitória da Conquista (TRVC)⁴³ é composto por 24 municípios que têm como identidade o processo histórico de formação do Sertão da Ressaca e suas relações de dependência com o principal centro urbano, a cidade de Vitória da Conquista. (SANTOS, 2008).⁴⁴

⁴² Território de identidade “é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial,” (MDA/SDT/CONDRAF, 2003).

⁴³ O território da Região de Vitória da Conquista é uma nova regionalização federal que superpõe outras classificações territoriais como a regionalização econômica do Estado da Bahia (SEI) e das micro e meso regiões geografias do IBGE. Do ponto de vista da regionalização econômica instituída pela SEI, dos 24 municípios territoriais, quatorze fazem parte da Região Econômica Sudoeste da Bahia e dez integram a Região Econômica Serra Geral. (Santos, 2008).

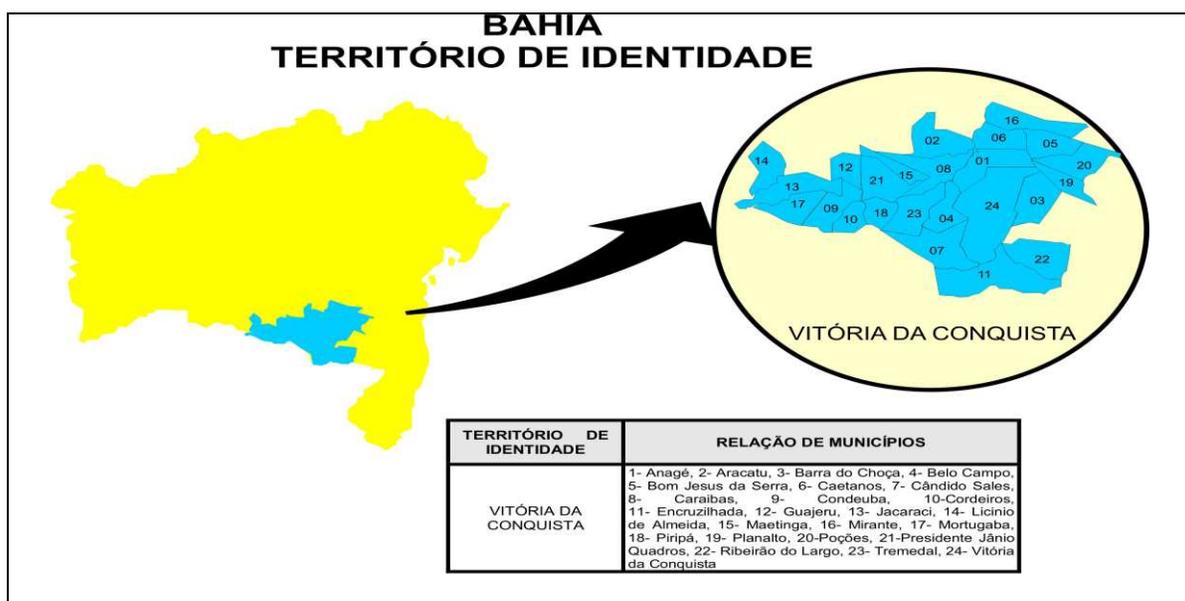
⁴⁴ Vitória da Conquista, município vizinho ao de Barra do Choça, onde se localiza o Assentamento Pátria Livre, é a terceira cidade da Bahia em número de habitantes, em torno de 300 mil. É um importante centro de comércio e de serviços que estende sua influência econômica sobre 118 municípios da meso-região do Centro Sul Baiano e o norte do Estado de Minas Gerais, incorporando em torno de 2,5 milhões de habitantes, (IBGE, 2004 e Projeto Municipal Habitar Brasil, 2001).

Quadro 01 - T R V C - Bahia: composição e informações gerais

Centro Urbano Principal: Vitória da Conquista
Sub-centros: Poções e Condeúba
Área da Bahia: 564.693 km ²
Área do Território: 26.808 Km ²
População Bahia (2000): 13.070.250 - Urbana: 8.772.348 - Rural: 4.297.902
População do Território (2000): 710.191 - Urbana: 376.801 - Rural: 333.390
PIB (R\$ milhões) Territorial (2004): 1.993.89 – 3,16 % do PIB da Bahia

Fonte: Santos, (2008) e SEI (2009).

Figura 01 – Território de Identidade



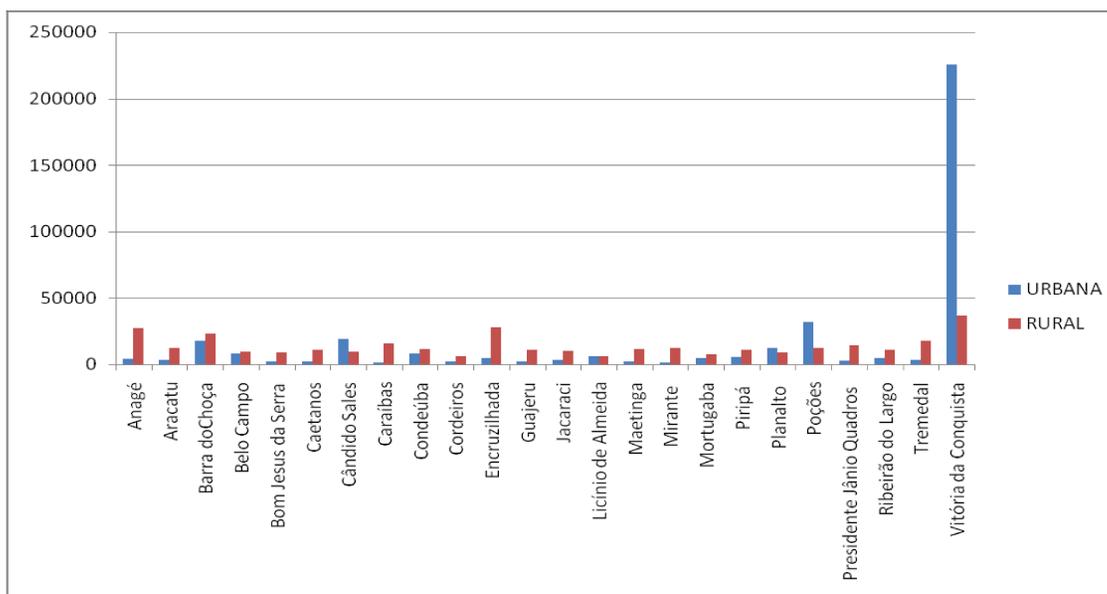
Fonte: MDA/SDT/CONDRAF, 2007.

Como nas demais regiões do País, verifica-se um vertiginoso crescimento da população urbana a partir da segunda metade do século XX. O município pólo, Vitória da Conquista, dos iniciais 8.644 habitantes em 1940 passou para 85.959 em 1970, atingiu 151.287 em 1980. No ano de 2000 a população urbana já atingia aproximadamente 240.000 habitantes e atualmente, segundo as estimativas do poder público local, sua população beira os 300.000 habitantes.

Na década de 1960 a população urbana ultrapassa a população rural, resultante da migração de pessoas de outras regiões e do campo para a cidade. Para Medeiros (1977), parte significativa dessa população vivia em condições de

extrema pobreza em seus locais de origem e na cidade se estabeleceram nas áreas periféricas, transformadas em loteamentos populares.

Figura 02 - População urbana e Rural – Ano de 2000



Fonte: Santos, (2008).

Como é possível perceber no gráfico acima, a maior parte da população deste “Território”, 53% segundo Santos, (2008), concentra-se no espaço urbano de Vitória da Conquista. Já nas demais cidades há um predomínio da população no meio rural. Além de Vitória da Conquista, somente outras quatro cidades possuem mais de 20.000 habitantes: Barra do Choça (40.816 hab.), Encruzilhada (32.924 hab.), Poções (44.213) e Cândido Sales (28.516 hab). Porém, a maior parte do espaço do TRVC é rural, composto de municípios com pequenos centros urbanos. Quase a metade da população deste território mora na zona rural.

Outra característica importante do “Território” são os baixos indicadores sociais e econômicos, entre os municípios baianos com os piores índices, 12 deles pertencem ao TRVC (Anagé, Aracatu, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caraíbas, Mirante, Ribeirão do Largo, Tremedal, Guajeru, Maetinga, Piripá). (Santos, 2008).

Figura 03 - Cidades pólos e suas zonas de influência



Fonte: Santos, (2008).

O TRVC está localizado na zona de transição entre a Zona da Mata e o semi-árido, por este fato suas características físicas são bastante diversas. Possui uma grande área inserida no semi-árido, sua área setentrional e central, com algumas porções, a leste, amenizadas pela altitude e pela umidade vinda do oceano. Esta faixa estreita mais propícia à agricultura é ocupada pela lavoura cafeeira. No entanto, apesar de mais úmida, também é afetada pela condição semi árida preponderante. As condições edafo-climáticas fazem com que as

atividades agropecuárias enfrentem dificuldades e sejam de baixa produtividade. A produção da maior parte dos estabelecimentos agrícolas é prioritariamente destinada ao consumo e a comercialização dos excedentes é totalmente condicionada ao regime de chuvas, não raras vezes havendo perda da produção. (SANTOS, 2008).

Em 2004, no TRVC o setor Primário da economia representou 23,46%, o Secundário 13,90% e o Terciário 62,20%. O setor terciário envolve muitos “pequenos negócios”, quase sempre informais que atuam como uma válvula de escape para os altos índices de desemprego, sobretudo nas maiores cidades do Território (Vitória da Conquista, Condeúbas e Poções). No entanto a agricultura é a atividade econômica que mais ocupa força de trabalho. Dos 24 municípios do território 16 deles têm um percentual de estabelecimentos rurais familiares acima de 95%. A agricultura familiar predomina em número de propriedades, pessoal ocupado e área. Existe uma assimetria em relação à distribuição das terras: os estabelecimentos patronais possuem em média 178,7 ha e 30,39 ha por trabalhador; já os estabelecimentos familiares possuem 30 ha e a relação média área/pessoas é de 7,97 ha por pessoa. A divisão das propriedades ao longo das gerações tornou-as muito pequenas a ponto de não mais proporcionarem a sobrevivência das famílias. Em resumo, a agricultura familiar do TRVC registra 90,2% dos estabelecimentos, ocupa 85,7% do pessoal e ocupa apenas 61,2% das terras da região. (Santos, 2008).

Quadro 02 - TRVC - Municípios: relação entre tipo de estabelecimento e área.

Municípios	FAMILIAR		PATRONAL	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
* Barra do Choça	38,2	17,1	61,8	82,9
B. Jesus da Serra	86,6	64,4	13,4	35,6
Candido Sales	82,7	37,6	17,3	62,4
* Encruzilhada	61,7	27,3	38,3	72,7
L. Almeida	95,2	71,9	4,8	28,1
Mirante	97,2	79,8	2,8	20,2
* Planalto	82,4	49,9	17,6	50,1
* Poções	81,1	38,8	18,9	61,2
* R.do Largo	63,3	21,7	36,7	78,3
Tremedal	96,5	72,9	3,5	27,1
* V. Conquista	71,6	28,4	28,4	71,6

Fonte: IBGE, (2004) e SANTOS (2008).

As mesmas características, entre o tipo de estabelecimento e área correspondente, se repetem em todos os municípios do TRVC, exceto no de Barra do Choça, onde os estabelecimentos patronais perfazem a maior parte do total. Este fato pode ser explicado pela grande expressão da lavoura cafeeira neste município com terras e clima mais adequados da região para esse tipo de cultivo, (SANTOS, 2008). O quadro abaixo esta organizada em ordem de importância na produção agrícola e informa o principal produto do município:

Quadro 03 - TRVC - Culturas agrícolas município 2005 por ordem decrescente.

Município	Valor Produção (em 1.000 R\$)	Posição	Tipos de cultivo
Barra do Choça	53.853	1º	Café, banana
Cândido Sales	27.458	2º	Mandioca
Vitória da Conquista	24.254	3º	Café, banana
Encruzilhada	11.791	4º	Café, banana
Ribeirão do Largo	9.282	5º	Café, banana
Planalto	8.916	6º	Café, feijão
Poções	8.808	7º	Café, tomate
Mortugaba	5.080	8º	Mandioca, cana
Licínio de Almeida	4.237	9º	Mandioca
Jacaraci	3.488	10º	Mandioca, cana
Belo Campo	3.171	11º	Mandioca
Caraíba	3.007	12º	Feijão, algodão, cana
Anagé	2.790	13º	Diversificado
Tremedal	2.513	14º	Mandioca
Condeúba	1.993	15º	Mandioca
Aracatu	1.841	16º	Algodão
Presidente Jânio Quadros	1.280	17º	Mamona, milho
Cordeiro	1.102	18º	Cana
Piripá	1.075	19º	Mandioca
Guajeru	686	20º	Feijão, mandioca
Mirante	615	21º	Mandioca
Maetinga	613	22º	Mandioca
Bom Jesus da Serra	609	23º	Feijão, mandioca
Caetanos	339	24º	Feijão, milho

Fonte: SEI, (2009).

O café é o produto de maior importância comercial do território, cultivado nos municípios com clima mais amenos, como os de maior umidade e solos mais férteis a leste do território nos municípios de Poções, Planalto, Vitória da Conquista, Barra do Choça, Encruzilhada e Ribeirão do Largo. Conforme os dados

apresentados nas tabelas acima a agricultura patronal domina a cultura do café, pois nos municípios onde essa cultura se destaca, existe maior incidência de explorações patronais e maior concentração de terra. Estas mesmas terras eram antes ocupadas por pequenas propriedades familiares policultoras de alimentos. (SANTOS, 2008).

Mas, como já dito anteriormente, o desenvolvimento da lavoura cafeeira na região foi protagonizada pelo Estado com o “Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais” nos anos 1970. Com este incentivo o café passou a ser plantado em grande escala comercial, levando o Planalto da Conquista a liderar o plantio no Estado da Bahia. A introdução desta cultura foi responsável pela necessidade de mão-de-obra e pelo expressivo crescimento urbano no período. A valorização das terras adequadas ao café promoveu sua concentração nas propriedades com acesso aos financiamentos estatais, (SANTOS, 2008).

A exemplo disto, o município da Barra do Choça, hoje o maior produtor de café da região não tinha atividade econômica expressiva anterior, sua economia era caracterizada pela agricultura familiar de subsistência. Em Vitória da Conquista, como a pecuária já estava consolidada, o café não pôde avançar sob todas as áreas férteis destinadas ao gado, mas avançou sob as áreas ocupadas pelas pequenas unidades de produção agrícola e as capoeiras na zona da mata. Assim, onde a cultura do café foi introduzida ela tomou o espaço da agricultura de subsistência e transferiu a propriedades da terra nas mãos daqueles que tinham acesso aos incentivos do Estado, principalmente comerciantes, profissionais e técnicos oriundos da classe média urbana. Por outro lado, a valorização da terra impossibilitou a continuidade das relações de “agregação” e “meiação” e aumentou os conflitos com os posseiros. De maneira geral, as propriedades de produção do café são predominantemente médias. (MEDEIROS 1998 e SOUZA, 2001).

De forma geral, com a introdução da lavoura cafeeira, houve uma redefinição no domínio e na posse da terra. A força de trabalho utilizada nesta lavoura é predominantemente assalariada e, na sua maioria, de ex-pequenos proprietários que se fixaram na periferia dos núcleos urbanos da região. Também

trabalham nesta lavoura pequenos produtores que se assalariam temporariamente e de migrantes sazonais provindos da caatinga. O pagamento por produção ou por empreitada são as principais formas de remuneração.

Enfim, a concentração do capital nas atividades cafeeiras destruiu a pequena produção de alimentos pela incorporação de suas terras, promoveu e direcionou o deslocamento espacial da força de trabalho temporária para as periferias das cidades, onde, nos períodos em que não há trabalho nos cafezais, ocupam-se das mais diversas atividades, (PIRES, 1989).

Aqui na região nós temos a pequena, a média e grande propriedade. O café, por conta dos incentivos estatais, foi um grande concentrador de terra. A crise do café levou novamente ao fracionamento da propriedade, **(Liderança estadual do MST, Julho de 2007).**

Na década de 1980, com a queda dos preços internacionais do produto, a atividade tornou-se praticamente inviável e, somente em meados dos anos de 1990, quando o grão teve uma leve recuperação de preço, o café voltou novamente a ser objeto de investimento econômico, inclusive por parte dos agricultores familiares. Atualmente, a produção familiar é responsável por 30% do café produzido. Isso porque, mesmo sujeita a crises constantes causadas pelos preços internacionais, a lavoura do café permanece como atividade que mais gera emprego e renda na região. (SOUZA, 2001 e MEDEIROS, 2003).

O cultivo da mandioca é realizado em todos os 24 municípios, por não exigir solos férteis e pela baixa necessidade de investimentos, é o produto de subsistência mais cultivado. Ela também está relacionada com a pecuária de subsistência, servindo de alimento para os animais. A sua transformação em farinha é a alternativa de renda para milhares de pessoas. Além da farinha, da mandioca também se produz o beiju, a fécula, a goma, entre outros. A goma é matéria-prima para a produção de biscoitos que em Vitória da Conquista (quarta produtora do território) assume grande proporção, abastecendo não só o mercado local, mas também outros municípios e Estados. Nos municípios de Cândido

Sales, Condeúba, Licínio de Almeida, Maetinga, Belo Campo e Tremedal, a mandioca representa o principal produto da agricultura. (SANTOS, 2008).

A importância da pecuária bovina para a região não é recente, tendo em vista que historicamente o povoamento das áreas mais distantes do litoral foi feita com base na agropecuária. Até os anos 1970 a pecuária extensiva era a principal atividade econômica da região. Segundo Santos, (2008), a pecuária praticada na região gera poucos empregos, em média apenas um por uma propriedade de 100 a 500 hectares.

Quadro 04 - Pecuária no TRVC em 2004.

Tipo de animal	Quantidade (unidades)
Bovinos	604.416
Caprinos	197.611
Ovinos	193.137

Fonte: SEI 2009, apud Santos, (2008).

Até o início do século XX, a pecuária foi feita de forma “ultra-extensiva”, com o gado solto na caatinga. O processo de melhoramento do sistema pecuário avançou apenas com o desenvolvimento da cultura do algodão, do milho, do feijão e da fava, que permitiram a diversificação da alimentação do rebanho, concomitantemente também se verificou uma melhoria racial e sanitária. Pelo fato da área de TRVC estar majoritariamente localizada na caatinga, a pecuária ainda é praticada, em grande medida, extensivamente, de forma tradicional e para a subsistência. Além da carne vendida “in natura” nas cidades da própria região o leite é transformado em queijo, manteiga, requeijão e outros, também vendidos no mercado local. A pecuária extensiva continua tendo um peso significativo na economia da região, ao lado da agricultura familiar de subsistência. (SANTOS, 2008).

Quadro 05 - TRVC: Municípios, *ranking* em criação de animais

Municípios	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos
Anagé	5º	1º	1º	2º
Aracatu	9º	2º	7º	6º
Barra do Choça	10º	21º	17º	11º
Belo Campo	13º	3º	4º	20º
Bom Jesus da Serra	22º	10º	14º	21º
Caetanos	21º	8º	11º	23º
Cândido Sales	12º	14º	23º	17º
Caraíbas	16º	11º	5º	12º
Condeúba	7º	9º	12º	13º
Cordeiros	19º	22º	22º	19º
Encruzilhada	4º	17º	16º	16º
Guajeru	17º	12º	13º	15º
Jacaraci	14º	23º	21º	3º
Licínio de Almeida	18º	20º	20º	5º
Maetinga	24º	15º	15º	8º
Mirante	23º	6º	6º	22º
Mortugaba	15º	24º	24º	7º
Piripá	20º	16º	9º	9º
Planalto	6º	19º	19º	18º
Poções	8º	13º	18º	14º
Pres. Jânio Quadros	11º	7º	8º	10º
Ribeirão do Largo	3º	18º	10º	4º
Tremendal	2º	4º	3º	24º
Vitória da Conquista	1º	5º	2º	1º

FONTE: SEI, (2009).

Ao relacionarmos os dados apresentados pelos autores selecionados podemos depreender que a criação extensiva de gado ocupa a maior área de terras da região, no entanto, com poucas exceções, esta atividade está localizada nas áreas mais áridas, acompanhada da agricultura familiar de subsistência, totalmente condicionada pelo regime das chuvas. A estrutura agrária, mesmo que se encontrem grandes propriedades, caracteriza-se pelas pequenas e médias

propriedades originárias das sucessivas subdivisões das propriedades ao longo das gerações. O café é a cultura que mais gera empregos e renda para os atores envolvidos na produção: produtores intensivos; pequenos produtores familiares; trabalhadores volantes residentes nas cidades da região, juntamente com os produtores familiares, assalariam-se temporariamente nestas lavouras. A atividade comercial das maiores cidades da região, apesar de empregar um grande contingente de trabalhadores, com destaque ao comércio informal, no fim do processo de circulação acaba gerando a concentração financeira nas elites comerciais da região. A atividade comercial concentrada na cidade de Vitória da Conquista representa um dreno dos excedentes produzidos pelos agricultores familiares da região.

Assim para Santos, (2008) a principal atividade da região do TRVC, como um todo, é a agro-pecuária associada à atividade comercial e prestadora de serviços principalmente estabelecidas nas cidades pólo dos sub-espacos (Condeúba, Poções, Vitória da Conquista). Na atividade primária predomina a pecuária (ovinos, caprinos e bovinos) de forma extensiva, a produção da mandioca e do café e o cultivo de produtos diversificados como milho, feijão, palma, andu, e outros. A indústria, além de ser embrionária, elabora principalmente produtos de primeira ordem com tecnologias simples como a panificação, a destilação de cachaça e o fabrico de farinha de mandioca.

Conceição, (2006), em pesquisa realizada em 300 propriedades rurais do município de Vitória da Conquista chegou a seguinte caracterização da agricultura deste município: a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção agrícola; 92,2% das propriedades são administradas pelos proprietários; 88,9% delas utilizam o trabalho familiar e destas, 42,9% contratam mão-de-obra no período do plantio e da colheita; 35,47% dos indivíduos das propriedades pesquisadas buscam atividades externas a propriedade familiar para aumentar a renda familiar; 31,8% das famílias têm algum membro que migrou para grandes centros urbanos; as famílias são numerosas, 38,5% são constituídas por mais de sete pessoas; aproximadamente 65% das propriedades têm menos de três hectares intensamente utilizados, as principais culturas, por ordem de percentual

de área ocupada nas propriedades são a mandioca, o feijão, as frutas, as gramíneas, as olerícolas e o café; a agricultura é predominantemente de subsistência, em 57,1% das propriedades a renda média mensal varia de R\$ 250,00 a 400,00; 45,9% vendem sua produção para os atravessadores e 20,3% diretamente ao consumidor.

A pesquisa acima, (CONCEIÇÃO, 2006), percebeu que estes agricultores desconhecem técnicas agrícolas básicas como a rotação de culturas, 70% deles não a utilizam e desconhecem também a necessidade de “quebra ventos” e o plantio em curva de nível. Em contrapartida, em 69 % das propriedades as queimadas ainda são usadas no preparo do solo para o plantio por acreditarem que esta prática deixa o solo mais fértil. Ainda segundo a mesma pesquisa, a assistência técnica beneficia somente 4,5% das propriedades. Apenas 31,4% delas participam de associações ou cooperativas e justificam esse baixo interesse por conta da ineficiência das entidades. A reserva legal de 20% não é respeitada e 13,9% responderam que fazem a derrubada de mata nativa para obterem lenha como fonte de energia. Do total das propriedades pesquisadas 35,8% utilizam fertilizantes químicos e 37,5% utilizam inseticidas.

O campesinato da região, fortemente condicionados pelas condições semi-áridas do ambiente, caracteriza-se pela prática da policultura com métodos tradicionais, voltada para a produção do autoconsumo, pela venda dos excedentes, tanto dos produtos como da força de trabalho que excede a capacidade de absorção da propriedade. Neste sentido, a migração sazonal, o trabalho nas propriedades maiores da vizinhança e a busca de trabalho urbano fazem parte de suas estratégias de complementação da renda familiar e de sobrevivência.

Em síntese, podemos afirmar que a região do TRVC e a Sudoeste da Bahia que a contém, a partir da década de 1970 sofreu uma reconfiguração sócio-econômica pela ação modernizante do Estado, expressa pela PNRC. Verifica-se que com o desenvolvimento da cafeicultura comercial e a “modernização” das “relações de trabalho” na pecuária e modernização efetiva da produção

principalmente na região de Itapetinga, muitas famílias camponesas foram excluídas do acesso a terra e migraram para as periferias das cidades onde sobrevivem do trabalho temporário no meio rural, de “bicos” no meio urbano e dos programas assistências do Estado.

Enfim, o processo de configuração sócio-espacial da região sudoeste da Bahia pode ser sintetizado como o processo histórico que se inicia com uma estrutura fundiária extremamente concentrada em poucas e grandes fazendas, cuja principal atividade era servir de entreposto/pousada para os comboios de gado vindos do sertão em direção ao litoral. Nestas fazendas escravos e agregados realizavam as tarefas relacionadas à produção de alimentos nos baixios úmidos, produção destinada à subsistência e venda do excedente aos viajantes.⁴⁵ Paulatinamente a terra foi sendo dividida em fazendas menores em virtude das subdivisões por herança. Chegou-se ao final do século XX com uma estrutura agrária composta por grandes fazendas intercaladas de pequenas propriedades familiares, cujos membros vivem da pecuária em pequena escala, da policultura de subsistência e da venda da força de trabalho familiar excedente. A cultura do café, introduzida pelo Estado, produziu uma redefinição significativa nas relações de trabalho e propriedade na região: expropriação, êxodo rural, proletarianização, urbanização. Com a crescente degradação da vida nas cidades, estas famílias perceberam no MST uma oportunidade de voltar à vida na terra, ao modo de vida inscrita em suas memórias e em seu *habitus*.

1.5. Ocupação “o caminho” da roça.

Para Martins, (2003), os atuais “sem terras brasileiros” são os descendentes das populações escravas descartadas pelo sistema sócio-econômico que substituiu a escravidão. São os povos da floresta amazônica, as populações de agregados do Nordeste, os parceiros e posseiros do Sul e do

⁴⁵ A criação do gado era uma atividade secundária já que as pastagens se destinavam preferencialmente para alimentar o gado das tropas em passagem.

Sudoeste, todos vivendo instavelmente em terras alheias tendo que freqüentemente abandoná-las a qualquer momento e procurar o próximo patrão que os deixasse morar e viver em seus domínios. Mas, todas essas formas de acesso a terra, embora dependentes, sempre permitiram uma autonomia familiar “relativa” para produzir para a subsistência e relacionar-se paralelamente com o mercado.

Para o mesmo autor, uma rara exceção a este sistema de propriedade brasileiro foram as formações de núcleos coloniais no Sul e no Sudoeste que, amparadas na lei de terras de 1850, abriu espaço para a pequena propriedade agrícola familiar. No entanto, pela reduzida área de terras pertencentes a cada família, sua reprodução requer recomeços cíclicos a cada nova geração, acarretando migrações em busca de terras baratas nos novos espaços das fronteiras agrícolas.

No Brasil, os sistemas de pequenas explorações econômicas familiares começam a entrar em crise com o novo modelo de desenvolvimento econômico iniciado na década de 1950. Por consequência da ampla valorização da terra como meio de produção, o acesso a ela, que o sistema pós-escravista havia proporcionado de forma precária e instável, com o advento da modernização, foi dificultado ainda mais aos pobres do campo.

Nas décadas de 1950 e 1960 reflexo do início da modernização da produção agrícola os conflitos pela terra, constantes na história da ocupação do território brasileiro aumentaram e a resposta do patronato, respaldada por parte da população, foi o golpe militar de 1964. Os militares, “testas de ferro” do capital nacional aliado ao internacional, esforçaram-se para demonstrar que a modernização do campo seria a forma mais eficiente de aumentar a produtividade da agricultura e resolver o problema agrário. Auxiliados por uma conjuntura internacional de juros baixos, não deixaram faltar recursos subsidiados para a monocultura de exportação, tornando o país uma potência agrícola em pouco mais de duas décadas.

Os beneficiados e os lesados da “modernização conservadora” podem ser claramente percebidos. Existe uma vasta literatura⁴⁶ que mostra que as maiores propriedades e os produtos de exportação receberam a maior parte dos financiamentos subsidiados, muitas vezes a juros negativos.

Enquanto o país mantinha o crescimento econômico financiado pelos baixos juros do contexto internacional, os militares mantinham-se no poder e sufocavam, com muita força e poucos argumentos, qualquer movimento contestador. Enquanto o país crescia as classes beneficiadas mantinham-se leais. Mas, no final da década de 1970, com o fim da oferta de dinheiro barato e “combustível” do crescimento brasileiro, os militares não frearam a máquina desenvolvimentista, pois sabiam que sem crescimento seu poder não se sustentaria.

No final da década de 1980, em crise de endividamento, consequência da saída de cena tardia e, apesar de tudo negociada do grupo no poder, a sociedade brasileira começa a reagir com “diretas já”, “fora FMI”, seringueiros, atingidos por barragens, o MST com o seu mote “Ocupação é a única solução” e o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, o processo de transformação da agricultura nas diversas regiões brasileiras produziu a massa difusa dos atuais Sem Terras. Eles são o que restou de um conjunto grande de descartes sociais do sistema econômico latifundiário e agro-exportador implantado entre o fim da escravidão e o início da modernização. Assim, para Martins, (2003), o sujeito efetivo que luta pela terra tem uma identidade difusa, complexa, apolítica e, sobretudo, familística e vicinal: a sua luta não é primariamente pela terra, mas sim contra a desagregação das relações sociais tradicionais, imposta pelo processo de transformação do rural. (MARTINS, 2003).

Como exemplo destas relações sociais tradicionais, Wanderley, (2004) encontra em assentamentos da “zona da mata” de Pernambuco a reprodução do “sistema de morada” nas motivações dos que lutam pela terra. A produção

⁴⁶ Destacamos Pinto, (1981) e Delgado, (1985).

determinada pelo mercado lhes é estranha porque que o mercado é lateral e não central nos seus planos de vida. Da mesma forma Quinteiro, (2003), encontra as mesmas disposições de recuperar as relações sociais tradicionais num assentamento em Goiás, para estes camponeses possuir a terra significa, antes de tudo, viver no lugar onde se trabalha.

Também em relação aos Sem Terra da Zona da Mata de Pernambuco, no espaço dos engenhos de cana, Sigaud, (2006, p. 6), afirma que, “embora a reforma agrária fosse uma reivindicação sempre presente na agenda do movimento sindical, não se cogitava ocupar as terras para obtê-las”. A autora sustenta que a ocupação de engenhos com uma vontade prévia de possuir terra não faz parte do repertório das estratégias de luta dos trabalhadores canavieiros desta região, porque eles são originários do sistema de morada e nunca foram proprietários. Desta forma, buscar terra representa uma aposta a mais para melhorar de vida, assim como ir para o Sul do país, mudar de patrão, etc. Eles compartilham a crença

[...] de que uma vez debaixo da lona preta poderiam no curto prazo, melhorar suas condições de vida: ter terra para plantar e criar animais, e crédito do governo pra construir uma casa e produzir e, sobretudo, poder estabelecer-se por conta própria sem depender de um patrão. (SIGAUD, 2006:8).

Para a autora, nesta região não há uma massa de sem-terra ansiando pela terra, o que existe é a criação desta possibilidade pelo MST e pelos Sindicatos. Para esses trabalhadores a terra significa um espaço para morar e viver com parentes e amigos e resolver um problema de sobrevivência momentâneo. (SIGAUD, 2006).

No Sul do País, as análises de Ried e Navarro, (1998), sobre a situação dos Sem Terra antes dos assentamentos, demonstram que a situação “proprietário” não é predominante, com exceção do Estado de Santa Catarina, onde ela é bastante expressiva, (uma rara exceção no contexto brasileiro, como salienta Martins, (2003). A tabela abaixo contém os dados sobre os quais Ried e Navarro teceram suas conclusões sobre a origem dos assentados.

Quadro 06 - Relação de trabalho\produção\situação. Estados da Região Sul e Brasil (%) – 1996.

ESTADO	Agregado	Arendatário	Assalariado	Autônomo	Parceiro	Posseiro	Proprietário	Outros
Paraná	4,0	35,0	12,6	1,6	1,3	8,4	8,0	29,0
Santa Catarina	2,6	30,4	1,0	1,0	1,6	26,3	33,0	3,1
Rio Grande Sul	13,0	15,4	7,3	1,6	26,7	10,0	6,5	5,7
Brasil	11,0	12,2	12,5	6,5	6,3	26,7	16,4	6,2

Fonte: Ried e Navarro, (1998).

Como pode ser verificado pelo quadro acima, em todas as regiões do Brasil, apenas uma pequena parcela dos assentados foram “proprietários” antes de entrar para o MST e começar a luta por terra. Nesses termos, a autonomia familiar não significa necessariamente ser proprietário da terra. “Pegar uma terra”⁴⁷ para os camponeses sem terra significa, antes de tudo, buscar um lugar para reproduzir as relações familiares e vicinais que tinham, antes de serem “espalhados pelo mundo”⁴⁸. Entretanto, a evolução da mercantilização e da modernização da agricultura teve como conseqüência a valorização da terra e, por conseguinte, o aumento das restrições do acesso costumeiro das famílias. Os camponeses são levados a lutar pelo acesso e a posse legal da terra.

Tal situação é bastante compreensível quando se considera que, como nos lembra Martins, (2003), o título de proprietário foi apenas uma convenção criada e imposta pelo Estado brasileiro, via Lei de Terras de 1850, como forma de manter e justificar a exclusão da grande maioria dos pobres do campo.

⁴⁷ Expressão muito utilizada pelos assentados do Assentamento Pátria Livre.

⁴⁸ Pai da assentada 7– que começou a vida como vaqueiro e morador nas fazendas dos patrões.

Compreendemos que a forma de luta pela terra instaurada pelo MST é uma novidade dentro do rol das estratégias de reprodução do campesinato brasileiro. O epíteto de “máquina” de conquista de terras lançado pela imprensa não chega a ser um exagero se levarmos em conta sua organização, amplitude das ações e principalmente sua capacidade de aglutinar pessoas dispostas a lutar pela terra. São características totalmente novas de luta camponesa. As lutas camponesas anteriores são reações ao descumprimento de obrigações morais e tradicionais pelos proprietários, por isto, localizadas e pouco organizadas. Nesse sistema, a reprodução camponesa ficava restrita ao conjunto de possibilidades de dependência que não afrontassem o domínio do latifúndio.

Como vimos, segundo Bourdieu, (1996b), o *habitus*, mesmo que tenda mais a reproduzir práticas já conhecidas do que possibilitar a elaboração de novas, não descarta inovações. Portanto novas escolhas não predominantes e com potenciais de gerar mudanças poderão ser mobilizadas, provocando por sua vez novas percepções e novas práticas. (BOURDIEU, 1996b).

Os camponeses autônomos, isto é, proprietários da terra na qual trabalham inseriam-se na sociedade rural tradicional e continuam inseridos na atual pelo consenso social sobre o direito à propriedade da terra. Já os camponeses dependentes, ou seja, não proprietários, estavam inseridos no sistema social anterior pelo “direito moral” de uso da terra com a respectiva contrapartida de prestação de serviços, fidelidade e obediência aos proprietários da terra. No entanto, em decorrência das transformações econômicas e do modo de vida rural tradicional, os padrões rompem com este consenso moral.

Expulsos da terra e “libertos” das relações de dominação rural e, após um período de itinerância e experiências diversas que imprimiram inovações em seu *habitus*, retornam a terra pela “ocupação”, dispostos a recuperar seu modo de vida perdido. Neste processo enfrentam os seus dilemas éticos remanescentes da configuração social tradicional e o novo consenso dominante sobre a propriedade e o uso da terra, ou seja, a terra com fins voltados para a produção de mercadorias, sem lugar para as relações que não sejam de assalariamento.

No Assentamento Pátria Livre percebemos este dilema ético na preocupação dos assentados com a legitimidade do ato de ocupação da terra, justificam que: "esta terra foi conseguida sem roubo", (**Pai da assentada n. 7, aposentado e chefe da família**) e que "a ocupação foi de acordo com o antigo proprietário que queria se desfazer da terra" (**Assentado n. 1**).

A partir de Bourdieu entendemos que a luta camponesa pela terra processa-se inicialmente no *campo* cultural e político. Eles começam sua luta contra *consenso* dominante que regulam o acesso a terra e pela legitimação do meio que estão adotando para conquistá-la. É uma luta num campo no qual possuem pouco *capital* sendo, portanto, necessário filiar-se ao MST para poder reproduzir seu *habitus*.

Assim compreendemos o ato de "ocupação" da terra, uma nova forma de reprodução camponesa gestada neste "espaço de possibilidades". A "ocupação" é uma forma de acesso a terra não predominante no *habitus* camponês, resultante da mobilização das novas possibilidades históricas que provocam novas percepções e novas práticas sociais. Mas o novo, o acesso a terra pelo conflito organizado, ainda assim, é decorrência do *habitus*, pois é uma reação às transformações modernizantes da sociedade rural tradicional.

Como afirma Garcia Jr, (1983), os camponeses tem a terra como "valor de uso" relacionado à vida que ela possibilita quando cultivada. Ela serve para o trabalho e para a vida familiar. Neste sentido, segundo Sigaud, (2005), a ocupação é uma reação à quebra do contrato moral estabelecido entre patrão e sua clientela. Assim compreendemos que o novo é adotado para reproduzir o antigo, mas neste processo o antigo se renova pela inserção de novas práticas e novas percepções.

Para Fernandes, (2000), os acontecimentos que desembocaram na formação do MST em 1984 devem ser buscados nas ocupações de fazendas por famílias de colonos no Rio Grande do Sul no final da década de 1970, no contexto da crise do regime militar.

Neste contexto, uma convergência de vários atores sociais – os camponeses, os "intelectuais orgânicos" do campesinato e os "intelectuais

tradicionais”, (segundo a acepção de Gramsci, (1968), destacando-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - gestaram o MST na Região Sul do país, cuja principal forma de atuação é a ocupação da terra.

De 1985 a 1990 a organização da luta pela terra do MST difundiu-se e consolidou-se em 18 estados brasileiros. “As experiências vivenciadas na lida foram as referências que os trabalhadores utilizaram para construir o MST Nordeste”, (FERNANDES, 2000, p.97).

Na Bahia em 1986 os sem-terra realizaram o “Primeiro Encontro Estadual” e decidiram fazer a primeira ocupação para construir o MST no estado. A primeira ocupação aconteceu em setembro de 1987 no município de Alcobarça com 450 famílias numa área de 5.100 hectares pertencente a Vale do Rio Doce, e no ano seguinte, cerca de 1.200 famílias ocuparam a fazenda Bela Vista no município de Itamarajú, no litoral extremo-sul do Estado. (FERNANDES, 2000).

Na região Sudoeste da Bahia o marco inicial da luta pela terra pode ser atribuída a instalação do Pólo Cafeeiro na região na década de 1970 alterou profundamente a dinâmica das relações de trabalho no campo.

Com a implantação do pólo cafeeiro as terras da região passam a sofrer um processo de valorização e titulação. Até então, os registros apontam uma ampla produção camponesa que se concretizava, sobretudo, a partir da posse da terra. (...) Muitos conflitos pela terra ocorrem no território, e um número considerável de camponeses – que tinham na terra sua principal forma de reprodução social, são expulsos do campo, passando a vender sua força de trabalho no campo ou na cidade, vivendo na precarização e na marginalidade. A partir daí, inicia-se o processo de ocupações de terras no Sudoeste da Bahia. (SOUZA, 2008, p. 470)⁴⁹

Durante a década de 1980, no quadro da mudança da configuração econômica local que expulsou e proletarizou um grande número de camponeses, inicia-se a gestação de uma reação organizada dos trabalhadores contra a degradação de suas condições de vida. Auxiliados pela Oposição Sindical Rural

⁴⁹ Esta autora demonstra que grupos empresariais, visando apropriar-se dos incentivos da Sudene, passam a se instalar no Sudoeste da Bahia, como é o caso de um grupo de banqueiros armênios que se instalaram em Vitória da Conquista pela aquisição dos 2.700 há de terras da Fazenda Santa Marta pertencente a um oligarca local. Este grupo funda a empresa Santa Marta do Nordeste, produtora de gado leiteiro. Após beneficiar-se dos generosos recursos públicos o grupo fica inadimplente com o Estado e suas terras passam para o domínio público.

e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBES), em 1977 lançaram um movimento reivindicatório que desencadeou a primeira “Greve dos Catadores do Café” em maio de 1980 e uma seqüência de conflitos como o dos posseiros da Fazenda Pau Brasil e dos atingidos pela barragem do rio Gavião no município de Anagé, (SOUZA, 2008 e PIREZ, 1989).

Como já dito anteriormente, a queda dos preços internacionais do café na metade da década de 1980, corolário da crise financeira global e da exaustão do modelo de modernização agrícola brasileiro, afetou profundamente a produção cafeeira local, gerou prejuízos, aumentou significativamente os índices de desemprego e deu fôlego ao surgimento das primeiras ocupações de terras em Vitória da Conquista, ocorrida em 1987. A organização e coordenação desta ocupação foi obra do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Bahia (FETAG/BA), CPT e outras forças políticas da região. Trata-se da Fazenda Santa Marta que foi ocupada por 200 famílias e transformada no Assentamento Amaralina no contexto do II Plano Nacional Reforma Agrária (PNRA) do Governo Sarney. Neste espaço foram assentadas 131 famílias em lotes de 20 ha. (SOUZA, 2008).

O MST começou a organizar-se efetivamente na região Sudoeste da Bahia somente no início da década de 1990 com a fundação da “Terceira Secretaria Regional do Estado da Bahia”, antes disso havia apenas atuado conjuntamente com outras entidades. Somente a partir de 1994 o “Movimento” começou a atuar de forma sistemática na ocupação de terras e na organização dos assentamentos já existentes, o Amaralina, Etelvino Campos (Paixão), Vale Califórnia e União. A primeira ocupação propriamente do MST foi a Fazenda Mocambo em 1994. (SOUZA, 2008).

O MST surgiu na Região Sudoeste em um contexto de aprofundamento da concentração de terras e da crise de empregos. Por certo, a vida na cidade começava a se tornar um fardo insuportável e a busca de uma vida mais tranqüila na terra passou a ser visualizada como possibilidade pela vinculação ao MST. Segundo Souza (2008), 43% das famílias assentadas na região Sudoeste da

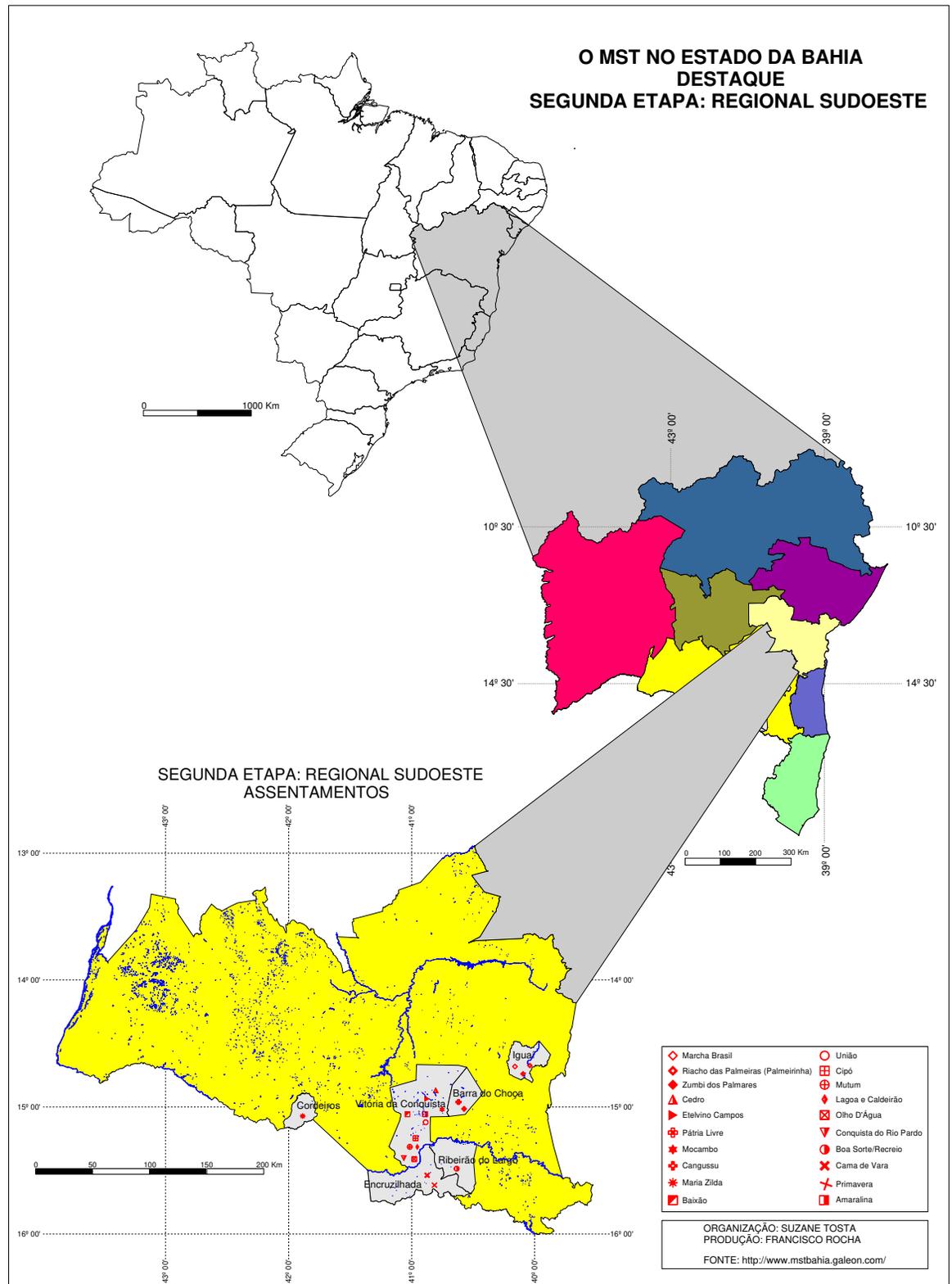
Bahia provem das cidades e os demais 57% provem de comunidades de trabalhadores rurais, pequenos povoados do entorno da cidade.

Em carta aberta à população, as 90 famílias de trabalhadores rurais sem terra destacaram que o principal motivo que repercutiu na ocupação foi o fato de viverem na periferia da cidade, desempregados e com medo de terem os filhos adentrando o mundo da marginalidade e da prostituição, (SOUZA, 2008, p. 492).⁵⁰

Atualmente existem na região do TRVC cerca de 20 assentamentos rurais, somando algo em torno de 2.000 famílias assentadas conforme os dados do INCRA. Mas como a subdivisão dos lotes com familiares e parentes é uma prática muito comum, o número de famílias nos assentamentos está próximo de 2.500, somando um total de 15.000 pessoas. (SOUZA, 2008).

⁵⁰ Trata-se dos assentados do Assentamento Etelvino Campos também conhecido como Assentamento Paixão por ter sido ocupado na Semana Santa de 1991. (Souza, 2008).

Figura 04 - Presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra



Os quadros abaixo, elaborados por Souza e Santos, (2002), nos dão uma visão geral sobre as características gerais dos assentamentos de reforma agrária no Sudoeste da Bahia.

Quadro 07 - Aspectos estruturais e infraestruturais dos assentamentos de Reforma Agrária da Região Sudoeste da Bahia – 2002.

Emissão de Posse	75% efetuadas a partir do ano de 1995.
Tamanho dos lotes	20 a 60 hectares (20% dos assentamentos) 10 hectares (67% dos assentamentos) 3 a 5 hectares (13% das áreas)
Casa de farinha	66% das áreas possuem (destes apenas 43% estão funcionando). 34% dos assentamentos não possuem casas de farinha coletivas.
Trabalhos coletivos	47% dos assentamentos realizam freqüentemente, em 7% ocorrem parcialmente, em 40% os trabalhos estão parados. Os outros 6% nunca realizaram este tipo de trabalho.
Água Encanada	47% dos assentamentos possuem, 13% dispõem deste serviço mais não está funcionando no momento. Já 40% das áreas não possuem este serviço.
Energia Elétrica	59% das áreas dispõem do serviço, 7% têm parcialmente. Os outros 34% não possuem.
Sistema de Moradia	34% dos assentamentos são organizados no sistema de casa no lote. 60% dos assentamentos são organizados em agrovila

Fonte: (SOUZA e SANTOS, 2002)

Quadro 08 - Aspectos socio-econômicos e ambientais das áreas de assentamentos da Região Sudoeste da Bahia, 2002.

Origem dos assentados	43% das famílias assentadas vieram das cidades. 57% são desempregados ou mão-de-obra volante do campo.
Grau de parentesco dos assentados	50% dos assentados da região possuem parentes nas áreas de Reforma Agrária
Área de reserva florestal	20% da área total do assentamento (a exceção do assentamento Amaralina)
Posto de Saúde	12% dos assentamentos possuem posto de saúde funcionando em prédio específico. 70% funcionam em escolas ou em casas improvisadas. 18% não possuem.
Atendimentos médicos	Ocorrem de 15 em 15 dias, ou mensalmente.
Principais problemas de saúde	Adultos: dores de cabeça, gripes e resfriados e verminoses. Crianças: diarreia verminoses e gripes.
Tratamento das enfermidades	Utilizam-se tantos remédios industrializados quanto caseiros. Os remédios industrializados são disponibilizados pelo agente de saúde – existente em cada área.
Educação	Todos os assentamentos (e acampamentos) possuem escolas. 85% das áreas oferecem o ensino até 4ª série do ensino fundamental. 15% das áreas também oferecem o ensino até 8ª série do fundamental. 45% das escolas funcionam em prédios. 55% funcionam em casas ou em antigas sedes das fazendas.
Dificuldades na alfabetização de adultos nos assentamentos	Dificuldades em conciliar com as atividades do campo; Deficiências na infra-estruturais (energia elétrica) Nos assentamentos sem agrovilas há uma grande distância da escola.
Produção Agropecuária	Baseada na subsistência da família ou do tipo mista
Principais Produtos	Café, mandioca, feijão, cana, verduras e outros.
Formas de comercialização	CEASA, demais feiras livres, Feira da Reforma Agrária. Destaca-se ainda a presença de atravessadores.
Modelo agrícola	Predominantemente baseado na agricultura tradicional, sem utilização de produtos químicos.

Fonte: Souza e Santos (2002).

Como as desapropriações de terra para a reforma agrária são somente reações estatais para extinguir conflitos, a ação do MST consiste, em primeiro lugar, em organizar o máximo de sem-terras possível em acampamentos. A

obtenção da terra depende de um longo e perseverante processo de luta uma recompensa pelo “sofrimento” nas ocupações e acampamentos sucessivos. Este processo é um dos fatores da formação das redes de interconhecimento entre os futuros assentados. Os acampamentos são formados por pessoas que já se conhecem e na vivência da ocupação vão tecendo novas “malhas”, inserindo pessoas e ampliando sua rede. Loera, (2006), detecta este fenômeno também no estado de São Paulo e o denomina de “espiral de ocupações”.

Nos assentamentos da região sudoeste da Bahia, conforme as observações de Souza e Santos, (2002) há uma grande incidência de relações de parentesco e de interconhecimento entre as famílias assentadas. As famílias que excedem a capacidade de assentamento das áreas ocupadas vão para outros acampamentos até conseguirem seu “pedaço de terra”. Esses autores também perceberam no Assentamento Amaralina, com terras férteis e localizado próximo da cidade de Vitória da Conquista, a ocorrência da fragmentação dos lotes e a formação de novos núcleos familiares pelos filhos que casaram e pela chegada de parentes na área, aumentando significativamente sua população. Estas novas famílias geralmente partem para o processo de luta de um lote próprio.

Também no assentamento “Vale da Califórnia” foram assentadas 54 famílias, no entanto Souza e Santos, (2002), encontraram 75 famílias morando na área. As novas famílias geralmente são parentes dos assentados que chegaram depois e se agregaram aos lotes já existentes.

Amaralina, o primeiro assentamento da região completou 20 anos de luta árdua pela permanência na terra. Cultivam principalmente mandioca, café, feijão, milho, cana de açúcar, urucum, batata, melancia e outros. O café é o principal cultivo comercial, seguido do urucum e da farinha da mandioca. Seu principal local de venda dos excedentes produzidos no lote familiar é a Feira Central de Abastecimento da Cidade. Também criam gado, galinhas e muare. Além da produção agrícola outro fator importante para a reprodução familiar é o trabalho fora do assentamento, pois cerca de 75% das famílias entrevistadas por Souza, (2008), têm membros trabalhando fora do lote, principalmente seus filhos. Outra

fonte importante de recursos para a subsistência das famílias são as aposentadorias e os programas sociais do Governo Federal.

Parte II

Sociabilidade e configuração social do espaço de vida assentamento Pátria Livre.

2.1. A ocupação: o *habitus* camponês e a elaboração da legitimidade para o ato de “pegar a terra”.

Os assentados do “Pátria Livre” enfatizam que a ocupação da terra foi pacífica e feita com o consentimento do fazendeiro que queria vender a terra. A fazenda foi ocupada no dia 11 de outubro de 2004:

Esta terra aqui não foi roubada não. Nós tava no sítio dele, (no “Acampamento Zé Rainha”, no lote da Liderança n.1), e aí caiu esta terra daqui e eu perguntei pra ele: - como é aquela terra lá, a gente entra livre ou é pra fazer briga? - Não, é pra entrar livre. Ele falou pra mim. **(Pai da Assentada 7)**.

Sua esposa, que do fogão acompanhava a conversa, irrompe dizendo: “Livre nada, tava só conversado, ocupar!” **(Mãe da assentada 7)**, fechando e levantando o punho ao pronunciar a última palavra.

Com isso ela quis dizer que a terra não foi conquistada com a facilidade com que o marido estava relatando, e faz referência ao ato político e ritual da ocupação da terra, mostrando encontro de duas mentalidades: a formada nas relações de dependência camponesa e a outra, apreendida na ação de conquista da terra. Nessa reação percebemos que esta senhora de idade já muito avançada vivia e expressava um dilema: um sentimento ambíguo de quem vive entre a concepção moral e política de enfrentamento do latifúndio e a moral camponesa local de respeito e lealdade aos patrões.

Outro assentado também relata que “a ocupação foi boa, não teve confusão, o dono queria vender a terra para o INCRA,” **(Assentado 1)**, fato também comprovado por uma liderança do MST: “teve uma negociação com o

secretário do INCRA, aí viemos para cá, previamente negociados.” (**Liderança 2**).
Porém, havia outros movimentos sociais interessados na área:

la vir outras pessoas de outro movimento. Aí o MST soube que o fazendeiro tava negociando e queria que as pessoas viessem para cá, para que ele pudesse vender o mais rápido possível. Aí o MST foi lá, se informou certinho e veio ocupar. (**Assentado 5**).

Nas falas acima percebemos alguns elementos constitutivos da mentalidade dos assentados. Fica evidente a necessidade em deixar claro que a terra que “pegaram” não foi “roubada” e este é um sentimento expresso por praticamente todos os assentados entrevistados. No entanto, ao mesmo tempo em que a terra foi obtida sem conflito com o fazendeiro, “que até hoje é amigo dos assentados”, conforme o **Assentado 10**, para ser “merecida” ela deve ser conquistada pela luta, pelo “ocupar”, pronunciado com a mão em punho por uma assentada e pelo “sofrimento debaixo da lona preta”.

Na prática os assentados são condicionados ao mesmo tempo por duas concepções de mundo. Esta ambigüidade, a nosso ver, é uma das principais características dos camponeses da região que entraram no processo de luta pela terra própria. Pois vejamos:

O fazendeiro queria que o acampamento não fosse naquele lugar que era a manga dos cavalos, queria que fosse em outro lugar da fazenda, aí o pessoal disse: - ‘se você tivesse falado antes! É a norma do movimento! Agora não dá mais porque nós já fincamos o mastro da bandeira e já cantamos o hino!’ Não teve desavença e nem nada, os funcionários ficaram mais 90 dias para resolver as coisas e arrumar a vida deles. Este pessoal da fazenda virou nosso amigo, então foi um acampamento pacífico. (**Assentado 10**)

A entrada aqui na fazenda foi amigavelmente, até hoje o fazendeiro é amigo da gente, ele ficou com uma parte da fazenda, mas foi cortado o arame, porque falaram que tem que cortar o arame, (**Marido da Assentada 6**).

Pra quem não tinha nada, posso dizer que estou no céu, não teve conflito, foi tudo na paz, o fazendeiro é nosso amigo, vem aqui tomar cafezinho. Ele tem uma fazenda ainda aqui do lado, é nosso vizinho. (**Assentado 11**).

A fazenda do atual assentamento Pátria Livre foi ocupada depois de receberem um “sinal” do proprietário “solicitando” a ocupação. *O fazendeiro tirou suas coisas e nós começamos a plantar dentro do café.* (**Assentado 8**). O

procedimento seguinte, após a instalação do “conflito”, foi o pedido de reintegração de posse. O INCRA vistoriou a área e encaminhou o processo de desapropriação e de assentamento.

Parece-nos que em áreas ocupadas sem o consentimento do proprietário a legitimidade do ato é produzida por argumentos baseados na “justiça, nos direitos humanos, na função social da terra e geração de emprego” elaborados pelo MST e que aos poucos vão sendo interiorizados pelos novos Sem-Terra. Mas, por outro lado, “lutar”, “sofrer debaixo da lona preta”, aspecto da luta pela terra já tratado por muitos trabalhos sobre os sem-terra, é uma justificativa moral camponesa importante para o ato de ocupação da terra “alheia” (dos ex-patrões).

Conseguir a terra é o grande objetivo, alcançá-la sem conflito e sem os riscos implícitos de uma ocupação é uma exceção à regra e os assentados se sentem confortados por ter sido assim. “Por aqui já morreu muita gente, pai de família, na luta, (**Assentado 5**). Assim, não tiveram que confrontar a autoridade do “patrão”, ele continua tendo outra fazenda do lado do assentamento e é um vizinho, um conhecido, um “amigo” do qual ainda dependem e que pode “ajudá-los” arrumando-lhes trabalho temporário.

São expressões das relações entre pequenos proprietários camponeses, vaqueiros, moradores, agregados e latifundiários, configuradas ao longo do processo histórico. São estas relações de dependência e complementaridade que ainda orientam seu modo de representar e agir no mundo em que vivem.

Mas, também o MST traz consigo um modo de pensar e agir, formas de sociabilidade: uma consciência social e política conformada no processo de organização e luta pela terra, (COMERFORD, 1999). Esta aprendizagem política e cultural produz novas identidades e percepções de mundo e promovem a formação de novas lideranças, preparando a continuidade do Movimento. Estes são conhecimentos e práticas necessárias que se adunam à mentalidade destes assentados de forma dialética: ao mesmo tempo a necessidade de negação da dependência, um meio para atingir a terra e a autonomia familiar e, por outro lado, temor em romper os laços subjetivos e objetivos com o patrão.

Esta ambigüidade camponesa, fruto da necessidade de sobrevivência precisa ser superada segundo as lideranças regionais do MST:

O MST tem três objetivos gerais: o primeiro é a luta pela terra, e este é o objetivo que está no sonho de todos que compõem o MST, que são os trabalhadores a margem da sociedade, é este objetivo que entra em consenso com as lideranças na hora da mobilização pela terra; o segundo objetivo é a luta pela RA, aí começa a contradição, porque ele já conquistou o sonho de terra e para ele basta isto, mas os que conseguem avançar na consciência percebem que é preciso avançar para a luta pela reforma agrária, fazer mobilização, lutar contra os transgênicos, ocupar órgãos públicos, então é uma luta mais ampla, uma luta mais política, uma luta contra tudo que é inimigo da Reforma Agrária; o terceiro objetivo é a luta pela transformação social, a luta pela sociedade socialista, isto é um estágio de luta mais avançado, mas este terceiro objetivo guia os dois primeiros, por exemplo: a organização da produção pela cooperação, a agroecologia, a produção de alimento barato e de qualidade. Então tem um grupo de sem terra que adquiriu consciência do projeto político para a nação e para a América Latina, mas outros não, esta deficiência é de cunho cultural, político e social. No entanto, nem um assentado é mais o mesmo, porque a luta que ele travou já transformou ele, o conhecimento que ele adquiriu, a luta é o processo de transformação. Por isto nos temos o setor de formação, por isso nos estamos ocupando as universidades, nós temos cursos em várias universidades. Não existe só o latifúndio da terra existe também o latifúndio do conhecimento, nós tomamos por definição que todo sem terra precisa estar na escola, para melhorar seus conhecimentos. **(Liderança 1).**

Como vimos, os assentados agem com referência a duas concepções de mundo, a tradicional e a nova, com possibilidades de mover-se pragmaticamente nos entremeios dos dois pólos para, de um lado, garantir a terra e, do outro, manter as relações sociais referendadas pelo *habitus*.

A sobreposição de mundos, segundo Martins, (2008) é uma das características fundamentais da sociedade brasileira contemporânea. Há que se notar, entretanto, que essa conjunção não ocorre sem conflitos porque, guiados pelo mesmo *habitus*, moralmente eles também percebem uma “dívida” com o Movimento que lhes possibilitou o acesso a terra. Este, em contrapartida, espera deles novas posturas e práticas, como vimos na primeira parte deste trabalho. Mas não querem romper com o patronato que no passado lhes “ajudou” e pode continuar a ser útil na viabilização de sua subsistência, fornecendo-lhes trabalho. Também não querem abrir mão de sua autonomia familiar negando a adoção de formas de organização propostas pelo MST.

Pontuamos que o MST consegue organizar tantos camponeses sem terra porque sinaliza com a possibilidade de conquistar o sonho de uma vida inteira, a terra. Esse é o objetivo dos assentados quando vão para a ocupação e neste ato fazem um grande esforço para vencer barreiras morais e psicológicas inerentes ao *habitus* camponês. No entanto, o discurso político e a prática do MST ajuda-os a reelaborar o sentimento de abandono produzido pela negação de acesso à terra e à morada, pela quebra do contrato moral por parte dos patrões em sentimento de justiça e de legitimidade do ato de ocupação da terra. É uma fase de “travessias”, de sofrimentos, de luta e de provações que os fará merecedores da terra prometida. É o período da necessária liderança forte e centrada, da organização eficaz.

Sigaud, (2000), nota que para "pegar uma terra", o camponês, preso a moral do patriarcalismo agrário precisa convencer-se de que seu ato é justo e legítimo, que é uma reação contra o patrão que descumpriu o pacto social original. Esta consciência é produzida na convivência da luta pela terra junto com o MST que detém o conhecimento dos trâmites e das formas mais eficientes de ação para a conquista da terra. Percebemos também que na fase da luta pela terra os trabalhadores sujeitam-se com mais facilidade às regras e aos métodos do MST porque conhecem sua eficiência. Nesta fase, a ação e a resistência organizada são cruciais e extremamente necessárias. Neste momento a "mística" dos sem-terra gera coragem, perseverança e a “consciência da justiça do ato” da ocupação. (SIGAUD, 2000).

É o período em que as lideranças do MST estão mais presentes e em que também se formam os novos líderes dos futuros assentamentos. No período da luta pela terra conforma-se entre os sem-terras e o MST uma convergência instável. Turati, (2005), concebe que neste estágio da luta pela terra os camponeses convivem nas condições de uma “sociabilidade forçada”.

A continuidade da direção e condução política do MST nos futuros assentamentos depende do período de aprendizado e formação dos acampamentos porque, com a terra garantida, é possível para os assentados reverem os pactos anteriores, firmados na luta pela terra. Geralmente nesta fase é

que se estabelecem os conflitos entre os ideais e as perspectivas do MST e dos camponeses sem-terras como foi percebido por Brenneisen, (2004), em um assentamento do estado do Paraná.

Mas, quem são estes assentados? Suas origens e trajetórias de vida justificam a nossa interpretação de que suas vidas refletem uma “condição camponesa”? Procuraremos responder esta questão no próximo tópico.

2.2. Trajetórias camponesas: experiências entre a “roça” e a “rua”.

Por meio das trajetórias dos sujeitos e das famílias assentadas no “Pátria Livre” e pela utilização o método “história de vida”, pretendemos captar os condicionamentos sócio-históricos aos quais o grupo social em estudo estão submetidos.

“História de vida (...) se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu.” (QUEIROZ, 1988, p. 20).⁵¹

A pesquisa com os assentados foi realizada basicamente de duas formas, uma mais formal, com entrevistas previamente marcadas e gravadas, nas quais procurávamos fazer com que os entrevistados falassem de temas que nos interessavam de forma direta. Noutros momentos, sentados à sombra de uma árvore para descansar e “merendar”, perguntávamos sobre temas que haviam surgido durante as entrevistas e que mereciam ser coletados ou aprofundados.

Nas entrevistas para a “história de vida” perguntávamos: conte para nós um pouco da sua vida, onde nasceu e como vivia sua família, quando saíram do local onde moravam, para onde foram e como chegou aos Sem Terra, etc.? Deixávamos o entrevistado falar livremente e dar ênfase aos fatos por ele considerados importantes para, somente no final de sua fala, aprofundar os pontos

⁵¹ Para a autora, “história de vida” é uma dentre o quadro amplo da técnica que se denomina de “história oral”. Ressalta também que esta técnica demanda um longo tempo e que nela o pesquisador não deve interferir para estabelecer cronologias.

que mais nos interessavam e retornar ao eixo pretendido. Não procuramos estabelecer um relato cronológico, mas de vez em quando, entre uma pausa e outra, intervínhamos, guiando para os temas ainda não tratados.

Constatamos entre os assentados uma necessidade muito grande de falar, e contar suas histórias. Causava-lhes satisfação que alguém de fora, um estudante de tão longe e tão diferente deles, se interessasse por suas vidas tão desprezadas e “que não valiam nada”⁵².

Queiroz, (1988), salienta que os “relatos orais” devem ser utilizados para completar fatos não registrados por outros tipos de fontes. A “história de vida” é uma

narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. (QUEIROZ, 1988, p. 20)

Neste sentido, procuraremos desvendar a história de vida particular de atores sociais e suas famílias pertencentes a um grupo social específico num contexto de transformação social induzido pela modernização das relações de produção.

Para Bourdieu, (1996a), só podemos compreender uma trajetória quando estabelecemos o “campo” e o conjunto de “relações objetivas” em que ela se desenrola, só quando unimos o agente ao conjunto dos agentes envolvidos no mesmo campo, confrontado com o “espaço de possíveis”.

Não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e com totalidade (...). Sem dúvida, podemos encontrar no *habitus* o princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, da unificação das práticas e das representações. (BOURDIEU, 1996a, p.185,186).

Entendemos que as “trajetórias de vida” das famílias assentadas são simultaneamente eventos particulares e sociais. Para que se possa interpretar as escolhas e as possibilidades dos sujeitos dentro das estruturas sociais,

⁵² 7A – Conforme nos disse o pai de uma assentada.

recorremos ao conceito de “experiência” de Thompson, (1981). Na sua percepção, os sujeitos que:

(...) experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, tratam essa experiência em suas consciências e sua cultura das mais complexas maneiras. (THOMPSON, 1981, p.182)

A noção de experiência ajuda a perceber nas trajetórias, além de dos condicionamentos do habitus de classe, as possíveis escolhas destes sujeitos perante as possibilidades que a vida oferece. Em outra obra, Thompson (1987), argumenta sobre a possibilidade da classe trabalhadora “formar-se a si mesma tanto quanto ser formada”, porque as relações de produção não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres.

Pretendemos perceber como os assentados e suas famílias viveram até chegarem ao assentamento via MST. As indicações preliminares eram de que no Assentamento Pátria Livre muitos assentados provinham de condições bem distantes daquilo que se possa conceber como camponês. Por exemplo, os estudos de Souza, (2008), apontam que em torno de 43 % dos assentados da região do TRVC provem do meio urbano. No entanto nosso objetivo é averiguar, não só a última proveniência, o último estágio de sua trajetória, mas abarcar o conjunto da experiência para depreender uma interpretação de suas histórias.

Um grande número de pesquisas indica que as populações que compõem os sem terras têm origem rural e camponesa. Assim devemos averiguar como a experiência de desenraizamento agiu sobre seu *habitus*.

Uma caracterização inicial do grupo de assentados do “Pátria Livre” nos é fornecido por uma das lideranças locais do MST:

Nós temos aqui pessoal urbano, daqui e de outras cidades, também rural. Pessoal de São Paulo, então é muito variado. A maioria do pessoal, se não tem passagem pela roça, mas o pai é da roça, então tem este vínculo, sempre ele sabe plantar, ele sabe colher e alguns talvez não sabem, mas vão aprendendo e tem pessoas mesmo sendo da cidade gostam da roça, moravam 20 anos na cidade mas o pai dele ou o avô eram da roça, (**Liderança 3**).

Seguindo as orientações de Queiroz, (1988), e os alertas de Bourdieu, (1996b), sobre o que é a técnica de “historia de vida” e sua validade como fonte de dados, pesquisamos a trajetória de vida de 23 pessoas do assentamento, um membro de cada família assentada nos contou sua história e a de seu grupo familiar, também entrevistamos parentes e familiares dos mesmos para a obtenção de relatos paralelos e complementares. Os depoimentos a seguir são recortes de entrevistas e agrupamentos de informações obtidas ao longo da pesquisa.

O pai da assentada 7, em 71 anos, é o mais idoso do assentamento. Aposentou-se por ter perdido um dos braços numa máquina forrageira, mesmo assim, maneja a enxada e a foice com uma habilidade espantosa. Está no assentamento por intermédio da filha que é a assentada signatária do lote, mas sem dúvida nenhuma, é o chefe da família. Nasceu em um povoado chamado Lage do Gavião, município de Anagé -BA e saiu de lá menino, “enrolado nas fraldas”, junto com a família para morar em Itambé-BA, onde o pai foi ser vaqueiro. Seu pai e sua mãe morreram cedo e ele foi “criado” por um cunhado, que era vaqueiro noutra fazenda no município de Itapetinga-BA, ali cresceu “ajudando” o cunhado na lida com o gado. Anagé fica localizado na área da Caatinga e Itambé/Itapetinga é a região das grandes fazendas de pecuária extensiva modernizada com pastos plantados e gado melhorado geneticamente. Nas fazendas onde trabalhava, “tinha muita gente morando lá na fazenda, agregado, morador. Não tinha roça, só gado e o povo morava espalhado na fazenda”. Sobre sua infância diz que

quando eu me conheci por gente já trabalhava, trabalhava mais meu cunhado. Naquele tempo nós não valia nada moço. Eu tinha muitos irmãos, um bocado foi comigo, outros acolá e outros pra lá. Quando eu era um rapazinho, já com uns 15 anos de idade eu fui trabalhar por minha conta. Trabalhava de empregado, trabalhava num, não dava certo, saía. Rapaz solteiro não tem contas a dar. Aí eu vim aqui para o São Paulinho, (fazenda no município de Vitória da Conquista), meu tio me trouxe, meu cunhado veio ser vaqueiro aí também, outro cunhado meu também, aí me trouxe, vim trabalhar mais ele. Naquele tempo nada valia nada moço, empregava assim e não acertava preço nem nada, era de todo jeito. Aí eu me casei, (com **7B** cozinheira naquela fazenda), eu era vaqueiro. Depois também trabalhei na feira vendendo arroz, mas não dava nada moço. Hoje tenho uma terra lá na Vereda, (zona rural de

Vitória da Conquista), deixei um filho tomando conta. Lá não plantava nada, tinha roça em terra dos outros, mas era légua de longe, lá no meu é terra do tijolo, só dá tijolo, só véve de tijolo,” (**Pai da assentada 7, com 71 anos de idade**).

A mãe da assentada 7, cuida das criações pequenas como galinhas, porcos, patos, galinhas da Angola, perus, planta a “roça de mantimentos” e cuida do preparo da comida.

Eu mesmo nasci e me criei na Conquista, lá na fazenda, (São Paulinho). Ai eu conheci ele, (7A), lá na fazenda, o patrão **adquiriu** ele para cuidar de gado. De lá nós **adquiriu** uma terrinha na Vereda, mas não dava para a véia, gosto muito de roça e vim para aqui, vim para os Sem Terra para adquirir uma roça aqui e, quando eu não guentá, eu jogo pros neto, os neto vai trabalha para me dar o pão de cada dia. São 28 neto e bisneto já vai para 30. Na cidade mora um bocado, na vereda mora um bocado, tenho um neto e filho de criação que cuida da terrinha lá na Vereda. Essa véia tem gente! Eu tenho um filho que mora na Conquista e já trabalha quarenta anos na Embasa, (Empresa de Saneamento e Água), mora lá em Conquista no tal do ‘Pé Inchado’ que o povo fala, (bairro popular da cidade de Vitória da Conquista, oficialmente chamado de Urbis VI). Já faz quatro anos que nos tamo aqui, (**7B, 68 anos, esposa de 7A, mãe de assentada**).

Assentado 16, 45 anos, é parente da assentada 7, tem dois filhos, um de dois e outro de quatro anos. Ele conta que foi conhecer um assentamento em Itapetinga-BA, gostou do MST e está nele até hoje. Foi vaqueiro durante 14 anos na fazenda do seu tio em Anagé-BA. “Em Anagé é muito seco, chove de ano em ano, para gado é bom, para plantar, só irrigado.”

Suas irmãs moram em Vitória da Conquista, dois irmãos moram em Caatiba-BA, também na Caatinga, eles têm terras próprias. Outros continuam morando no município de Anagé e também trabalham em suas próprias terras. Tem uma irmã que é doméstica e um irmão que mora no Rio de Janeiro.

Sua esposa “trabalhava em casa de família” e nasceu na cidade, mas também já trabalhou na colheita do café. Ele já “*andou*” em São Paulo trabalhando em firmas e também nos garimpos de diamante de Rondônia e Tocantins, ganhava 10% dos diamantes que achava.

Em São Paulo trabalhou de pedreiro, foi para lá quatro vezes, ficava seis meses e voltava. Também trabalhou em Vitória da Conquista. Hoje não trabalha

mais fora, é cozinheiro do “Centro de Formação” do assentamento. Foi coordenador de assentamento em Anagé, onde era assentado e depois veio para o Assentamento Pátria Livre a convite do MST e por intermédio de seus tios assentados. Ele e a esposa estão estudando fazendo “Escolarização de Jovens e Adultos” (EJA) no “Centro de Formação” do Assentamento.

Poder sair da Caatinga e ser assentado no “Pátria Livre” é considerado por este assentado como um grande privilégio. Ele veio pela indicação de 7A e 7B, mas na condição de aceitar a coletivização total (proposta inicial que não se efetivou porque os assentados se rebelaram, como vimos no início deste trabalho).

O **assentado 18** tem 39 anos, nasceu na cidade de Vitória da Conquista, no bairro Alto Marom, é casado e tem três filhos, o mais novo com 15 anos. Sua esposa é de Barra Nova, zona rural do município de Barra do Choça-BA, “*ela nasceu na roça*” também é parente da assentada 7.

Minha mãe foi **criada** por uma família muito rica desde os sete anos, trabalhava de doméstica e só saiu para casar. Meu pai também foi **criado** por outra família rica, ele trabalhava de vaqueiro na fazenda. Aí meus pais foram trabalhar por conta própria na roça. Antes de vir para cá eu morava na cidade e trabalhava de tratorista em fazenda. Minha tia é assentada aqui, e ela disse que estavam precisando de um tratorista e arrumaram um lugar para eu ser assentado, eu tenho minha casa na cidade. Meus Filhos estudam na Barra do Choça. Minha filha mais velha mora na Estiva (povoado rural de Vitória da Conquista) e trabalha na cidade, minha filha casada mora na Caiçara (outro povoado) e o esposo dela trabalha no fabrico da telha. Minha tia falou comigo se fosse ajeitar a terra se eu ia, eu disse que sim, porque eu sempre trabalhei em fazenda com máquina. Eu gosto da roça, apesar de ser criado na cidade, meu sonho era ter um pedacinho de terra.

“Criar”, ou seja, adotar uma criança e criá-la para os serviços da casa é uma prática da qual se houve falar muito nesta região. No modo de vida rural tradicional, ser criado pessoal do patrão era uma posição de privilégio entre os demais moradores da fazenda, tanto é que seus pais conseguiram se estabelecer na roça por conta própria, e ele próprio tornou-se tratorista de uma fazenda.

Talvez reminiscências de práticas ainda mais antigas estejam inscritas na expressão “adquiriu ele” de 7B, anciã, ao se referir como seu futuro marido chegou

à fazenda em que ela era cozinheira, ela usa o mesmo termo para designar a compra de terras realizadas pelo casal.

O **Assentado 12** nasceu em uma fazenda no município de Jequié-BA. Seu pai também era vaqueiro desta fazenda e ele, com seus irmãos e sua mãe trabalhavam de diarista e plantavam suas roças na “terra dos outros”, não só da fazenda onde moravam, mas também de propriedades próximas. Quando a família veio morar na cidade de Vitória da Conquista ele começou a trabalhar de vigia, profissão que permanece até hoje. Trabalha de noite e de dia está no assentamento para cuidar de sua terra.

Seus pais haviam sido assentados no Assentamento Canguçu, município de Barra do Choça e com a morte de ambos ele foi tomar conta da terra, mas como o MST/INCRA não o deixaram ficar, resolveu buscar seu próprio lote. “Tenho sete filhos, morando aqui comigo só um, o resto mora na cidade.” **(Assentado 12).**

O **filho do Assentado 12**, tem 17 anos e nasceu na cidade de Vitória da Conquista. Achou bom mudar-se para o assentamento “porque lá na rua não tinha trabalho, ficava só na rua, aqui fico ajudando meu pai.” Já conhecia o trabalho da roça, só reclama que não tem diversão no assentamento e que ainda está se acostumando e conhecendo os assentados. Estudou até a sexta série do ensino fundamental, mas pretende voltar a estudar. Seus planos para o futuro são ajudar o pai nos trabalhos da terra e, “por enquanto”, continuar morando no assentamento com o pai. Note-se que apesar de nascer na cidade ele é herdeiro do *habitus* camponês da família, trabalhar na roça para ele não é novidade porque já trabalhava na colheita do café. O desafio maior para ele é aprender a trabalhar por conta própria, sem ser mandado por um patrão.

A Assentada 8 nasceu no município de Jacutinga, no Sul da Bahia, conta que seu avô era “jagunço”, (segurança da fazenda) em que trabalhava.

Saí de lá novinha, a gente trabalhava com cacau, cana, arroz. Minha mãe morreu e eu fiquei com minha avó. Minha família era empregada, depois meu avô veio para a rua. Minha família era toda da roça. Meus avós morreram e eu fui morar com meus tios, depois fui trabalhar em casa de família na cidade, também trabalhei na colheita do café, (da região do TRVC), também trabalhava por conta própria comprando e

vendendo fruta na feira. Eu já catei papelão para sobreviver, vendendo ossos no depósito, nunca roubei e nunca usei drogas. Sou solteira e tenho três filhos, tenho 53 anos. Eu tenho oito anos de Movimento, toda vida mexi com coordenação, eu era vice, hoje também sou. Eu viajo muito pelo Movimento, eu mesmo, se não tivesse netos e filhos, não fosse velha e tivesse mais estudo eu queria ser liderança, eu não queria ser assentada,” (**Assentada 8**).

Neste depoimento podemos perceber as influências da crise do cacau e a atração de migrantes para as novas lavouras de café da região Sudoeste. Veio da zona da mata para morar na cidade de Vitória da Conquista, trabalhar no café e nos mais diferentes tipos de trabalho. Uma preocupação expressa por grande parte dos assentados são as drogas e a violência atrelada ao fenômeno. O assentamento, a volta para a “roça” é uma forma de distanciamento deste mundo urbano degradado.

O filho desta Assentada, tem 19 anos, nasceu na cidade de Vitória da Conquista e mora com a mãe no assentamento. Gosta do assentamento, “é melhor que a cidade que tem muita violência e outras coisas”. Parou de estudar na 8ª série do ensino fundamental, mas quer continuar os Estudos na cidade de Barra do Choça. Sobre os seus planos para o futuro, responde: “não sei muito bem ainda”. Mas, no ano que vem quer voltar a estudar para um dia fazer um concurso e trabalhar como funcionário público. Sua diversão no assentamento é pescar e montar animais. Raramente vai para a cidade, só para fazer compras. Quando morava na cidade, antes de vir para o assentamento, não trabalhava. Para ele “foi bem difícil acostumar com o trabalho na roça, é muito pesado, mas é só pegar o jeito”. Disse que gosta de trabalhar na roça.

Note-se que, em todos os casos em que os entrevistados nasceram na cidade, seus pais, no entanto, são do meio rural e é esta herança é a responsável por ele próprio estar ali. Mas conquistar uma posição de privilégio como o de funcionário público, arrumar um bom emprego, “estudar, vencer na vida, ser alguém”, talvez seja o sonho que acalenta boa parte da juventude rural que, por um lado, cientes das dificuldades da vida na agricultura e por outro, seduzidos pela cultura urbana dominante, vêm na cidade, longe da roça, um futuro melhor.

Mas os filhos dos assentados de certa forma já perceberam que a vida na cidade não é aquela que muitos jovens rurais sonham.

O filho da Assentada 6 nasceu no município de Boa Nova - BA, num lugar chamado de Mamoneira, abaixo de Poções.

Mamoneiras era roça, eu morava na roça com minha tia, irmã do meu pai, meu pai mora em São Paulo. Eu fui morar com minha tia e meus primos, plantávamos catador, milho, feijão, mandioca. Meu tio também mora em São Paulo, tem muita gente da família em São Paulo, meus irmãos estão todos lá. Minha mãe morava na cidade, tinha barraca na feira. Lá na minha tia eu trabalhava para sobreviver. Eu tenho 25 anos e há cinco sou músico, toco teclado, meu sonho era ser caminhoneiro, mas Deus me deu o dom da música, tocamos forró e sertanejo. Eu também vou para São Paulo desde 1987, vou trabalho e volto, tenho quatro filhos lá, trabalhei de faxineiro, pedreiro, porteiro, varias coisas. Só não pode roubar né! São Paulo é bom, pra ganhar dinheiro, mas o custo de vida é muito alto, o dinheiro que você ganha fica todo lá. Fiquei pensando que não vale a pena e resolvi ficar por aqui e tocar na cidade de Vitória da Conquista, **(6A, filho de Assentada 6)**.

A **Assentada 6** nasceu em Mamoneira há 58 anos, zona rural do município de Boa Nova - BA, localizado entre Poções - BA e Jequié - BA.

O lugar onde eu nasci era uma caatinga péssima. Nós era cinco irmãos, morreram dois e ficou três. Minha mãe também morreu e meu pai casou outra vez e teve mais três filhos, todos já criados. Meu irmão mora numa fazenda em Poções, e as duas irmãs na cidade de Poções. Um outro irmão casou e não sei onde está agora, a gente demora muito para se ver. Nós sempre trabalhamos na roças dos outros, meu pai já era trabalhador de fazenda dos outros. Nós, quando não trabalhava na roça fazia chapéu de palha. Nós morava na própria roça e já cheguei a buscar água 6 km de distância, era uma seca danada. Nós trabalhava de diária e plantava uma rocinha, mas plantava uma vez por ano quando chovia. Trabalhava na roça de feijão, milho, mandioca dos outros. Meu pai era vaqueiro, trabalhava em troca de moradia e terra para plantar. Nós trabalhávamos de diária na terra dos outros. Fazia os chapéus e vendia. Depois o fazendeiro vendeu a terra, mas nós ficamos morando nela. Ficamos lá naquela fazenda, foi quando eu ganhei minha primeira filha, aos 16 anos. Depois fui morar na cidade de Poções, atrás de uma irmã que tinha ido primeiro. Meu irmão conseguiu comprar um pedaço de terra. Eu viajava muito à São Paulo para trabalhar de empregada doméstica. A vida de São Paulo não era muito boa, a gente trabalhava muito e não dava tempo de vê nada, morava na casa das famílias. Quando voltava para cá trabalhava na roça. Depois eu fui morar em Conquista. Em 2003, eu fui para a Lagoa das Flores, no acampamento durante um ano e pouco e depois viemos para cá.” **(Assentada 6)**

Essa assentada tem 10 filhos, todos estão em São Paulo. Faz tempo que não vê os filhos, exceto sua filha que tinha acabado de vir de São Paulo, com sua

neta para visitá-la e, talvez, ficaria morando com ela. Mas essa filha não gostaria de morar no assentamento e sim na cidade de Vitória da Conquista. O marido dela virá de São Paulo para conhecer o assentamento.

A assentada gostaria de trazer, para morar com ela na roça, todos os filhos que migraram pra São Paulo. Por hora estão em dúvida se pode ou não, pelas regras do assentamento. Por enquanto estão esperando “baixar a poeira” esperando mudar para suas casas nos lotes e, talvez aí, “fazer uma casinha de adobe para mim no lote da minha mãe, se puder, acho que não pode” e tentar trazer a família de volta. **O marido da assentada 6** (falecido em 2008) nasceu

em Itaji (BA), pra lá de Jequié (BA), trabalhava na roça, meu pai tinha um terreninho, plantávamos café e cacau, tinha um gadinho. Sai com 14 anos de idade, vim para Poções (na cidade deste município) e comecei com uma barraquinha, (ponto de venda na feira), trabalhando com bode, depois não deu certo e fui trabalhar de diarista na roça. Depois vim pra Conquista trabalhar com caminhão, (carregador), mas aí fiquei doente, pneumonia, coração e perna inchada. Nós morava em Conquista de aluguel. A minha esposa tava vendendo verdura na feira e conheceu um povo da Lagoa das Flores (localidade de Vitória da Conquista, produtor de hortaliças), onde tinha um acampamento e chamaram ela para vir, ela ficou acampada e quando saiu o Assentamento eu vim com as meninas, (filhas), **(Marido da Assentada 6)**.

Assentado 1, tem 49 anos e nasceu “nas Pedrinhas”, bairro de Vitória da Conquista, reclama da violência da cidade,

Lá tem muito bandido, eu vou lá e volto logo. Comecei a trabalhar na roça com 13 anos, na roça dos outros à meia, a gente ia para a roça ficava uma semana e depois voltava. Também já trabalhei na feira de carregador, depois trabalhava de vigia numa empresa com carteira assinada. Sou casado tenho um filho de 18 anos e minha esposa é dona de casa e mora na cidade na nossa casa. Depois que sair a casa aqui eles disseram que vem para cá por que é mais sossegado. Meu filho trabalha no areal, (extração de areia), por conta própria. As vezes ele vem para cá e fica uns dias mas, diz que não gosta muito. Eu já trabalhei em fazenda em São Paulo, como empregado de fazenda, cuidando de gado, tirando leite, o nome do lugar era Atibaia. Toda minha família é daqui da cidade de Conquista.

Este assentado nasceu e cresceu na cidade, embora trabalhasse na roça como meeiro, muito semelhante àquela condição descrita anteriormente pelos autores que se referem à formação histórica da região. Este assentado é um dos

que, contra a vontade do MST, continua dedicando a maior parte da sua força de trabalho às fazendas próximas como diarista.

O **Assentado 13** está próximo de se aposentar, ainda não teve muito tempo para cuidar do “seu sítio”, o que pretende fazer quando conseguir a aposentadoria. Sua volta à roça é um retorno à memória de quando era criança, antes de se mudar para a cidade de Vitória da Conquista.

Tenho 66 anos, quero me aposentar este ano. Nasci em Nova Canaã, perto de Poções, zona da mata. Lá era terra de herdeiro, todos os tios moravam lá, a terra era de todos juntos, não tinha divisão. Lá a gente plantava milho, mandioca, coisas para comer. Meu pai tinha pouso de boiada, passava uma estrada por dentro da fazenda, meu pai tinha também uma vendinha de sociedade com os tios. Tenho 12 irmãos, saí de casa com 17 anos, minha tia me trouxe para Vitória da Conquista e também foi trazendo os parentes. Comecei a trabalhar com pintura de carros e fiquei neste trabalho durante 43 anos. Mas toda a vida eu gostei de roça e por isto estou a cinco anos no MST para conseguir um pedaço de terra. Sou casado tenho três filhos, minha família mora na rua, nos temos uma casa, eles não gostam de roça e quase não vem, mas eu venho todo dia para o assentamento e quando a casa ficar pronta venho morar, nem que seja sozinho. Minha filha trabalha no shopping, minha mulher também trabalha e o meu filho estuda. Hoje trabalho de vigilante contratado, trabalho uma noite sim e outra não, as vezes também trabalho de dia. Quando sair a casa eu me aposento e venho para cá fazer roça, plantar pimenta e criar umas vaquinhas de leite, a mulher não vem mais eu venho,” (**Assentado 13**).

Percebe-se que da mesma forma como as redes de parentesco e interconhecimento são mobilizadas para o retorno a terra, elas também foram utilizadas para sair da terra e ir para as cidades. Inicialmente vai o pioneiro, abrir caminho, fazer o reconhecimento, instalar-se para, aos poucos, ajudar os demais a se estabelecer.

O relato da história de vida do assentado acima, contém muitos dos elementos apresentados anteriormente na caracterização sócio-históricas da região. Ele parte de uma situação almejada pela grande maioria da população rural, sua família tinha terras, “terra de herdeiro”. Seu pai e seus tios tinham “pouso de boiada e uma vendinha”, plantavam uma roça de “coisas para comer”. Ele saiu muito jovem e foi trabalhar em oficina de automóveis na cidade. Inferimos que por sucessivas subdivisões a fazenda herdada por seu pai e seu tio já tenha

sido insuficiente para todos os filhos do grupo (só ele tinha 11 irmãos) a exemplo do que Neves, (1998) denomina como uma história “das sesmarias ao minifúndio”.

Este assentado construiu uma vida urbana, constituiu uma família no meio urbano. Mas depois de se aposentar ele vai voltar para a terra. Ele reclamou que os assentados o discriminam porque ele só vem ao assentamento de vez em quando. Pelo que percebemos é o assentado denominado de “turista” pelos demais assentados, ele claramente possui melhores condições de vida que os demais, ele começa sua trajetória de vida numa posição melhor, filho de camponeses proprietários, seus contatos na cidade também o ajudaram a arrumar emprego. “Turista” é um termo formulado pelo movimento para designar aqueles acampados e assentados que não deixam seus afazeres fora da luta, que conciliam luta pela terra com suas atividades anteriores. Percebemos que, “turista” é a forma de designar alguém que não precisa da terra e, portanto, deveria ser dada para outra família que realmente dela precise. Talvez este assentado esteja aproveitando uma oportunidade que se mostrou viável, mas sua relação com a terra seguramente é muito diferente com quem não nasceu na terra e nunca trabalhou na terra, como ele quando criança.

Assentado 10, 43 anos, tem quatro filhos. O mais velho deles, com 18 anos, nasceu e se “criou” na cidade e também trabalhava com os pais na colheita de café e em outros “bicos que apareciam”. Esse assentado nasceu na fazenda Pedra Branca, em Barra Nova, município de Itambé-BA zona de agropecuária modernizada como já dissemos anteriormente.

De lá nos fomos de muda a pé para o sertão, eu pequeno, ai chegamos no Bate Pé em Conquista, (povoado rural), meu pai era lavrador e tinha roça, largou lá e voltou embora para a mata, lá pra onde nós era, ai nós ficou fazendo roça de arroz e fazia adjunto no trabalho do arroz, nos vendia arroz, feijão, banana. De lá voltamos para a Caatinga, de novo para o Bate Pé. Aí nos foi trabalhar no café, ai nos tava colhendo café e o fazendeiro pulverizando. Minha mãe, **que tinha cabeça fraca**, intoxicou e morreu. Meu pai casou com outra mulher, hoje meu pai, a mulher dele trabalha na roça dos outros. Ai eu fui para Minas trabalhar na manga, (fazenda de gado) roçar pasto e arrumei família e eu fui embora em busca da minha terra e do meu povo e vim embora trabalhar no café, mas o café acabou, eu não tinha para onde corria e entrei no Sem Terra. Eu nunca trabalhei na cidade, sempre na manga nos Norte de Minas. Meus dois irmãos legítimos trabalha para os outros no café. Meus irmãos de criação, um é assentado no Canguçu. (Assentamento, também no

município de Barra do Choça). Outro trabalha de tratorista numa fazenda e o outro trabalha no café. Eu chamei eles para entrar nos Sem Terra mas eles não querem, tinham medo. Minha esposa tem casa lá em Minas, mas lá não tem ganho, é só dois meses na roça da manga e depois acabou.” (**Assentado 10**).

Ele e sua família sempre foram lavradores e não vaqueiros. O trabalho deste assentado sempre foi limpar o pasto com foice. Ser vaqueiro era ter uma posição de prestígio no mundo rural tradicional da região, como também já apontamos.

A esposa do Assentado 10, nasceu em Macarani-BA e viveu lá até se casar, diz sentir muita vontade de voltar.

Morava na roça, trabalhava mais dentro de casa, era terra do fazendeiro, meu pai era empregado. Das minhas irmãs, uma mora na cidade de Macarani, outra na roça e outra está em São Paulo, trabalhando de faxineira. Tenho saudade da minha terra, se pudesse voltava. É difícil viver no barraco, mas fazer o que, o mais difícil já passou, agora é esperar. Se os filhos não gostam da roça eles tem que procurar outra coisa, mas primeiro é estudar. Tudo que nos come hoje é da terra.

Esta família, pelas nossas observações, é a mais vulnerável social e economicamente dentre os assentados.

O **assentado 14**, 53 anos, tem 11 irmãos ao todo, nasceu na cidade de Vitória da Conquista.

Minha mãe é da cidade de Vitória da Conquista, meu pai é de Amargosa-BA, era sapateiro e também fabricava outros produtos de couro como celas, arreios, chapéus. Comecei a trabalhar em loja de calçados com meu tio e depois eu trabalhei com comércio de couro. Também fui vendedor em outras lojas de eletrodomésticos, de material de construção. Trabalhei como vendedor externo e conheço todo este sertão do Norte de Minas, também já trabalhei de servente de pedreiro em Salvador. Comecei a trabalhar com 10 anos para ajudar meu pai a criar os filhos. De tudo eu trabalhei um pouco para a sobrevivência da minha família, meu pai tinha quatro filhas menores. Aprendi trabalhar na roça porque meus tios tinham fazenda em Caatiba-BA. Eu estudei até a 8ª série, eu que faço as atas das reuniões do assentamento, as contas do banco eu que abri, eu que cuido destas coisas. Sou casado e tenho dois filhos, um com 18 anos outro com 16 anos, que moram na cidade com minha esposa, nós temos casa própria.

Percebe-se no caso deste assentado uma origem urbana e possuidor de um “capital” econômico e cultural que o alça na posição de coordenação do assentamento. De pai artesão tornou-se trabalhador urbano, possui também uma

vida constituída no espaço urbano e no qual mantém fortes laços, retornando para ele muitas vezes por semana.

O **Assentado 2**, tem 58 anos, sua esposa 53, têm cinco filhos, um com sete anos, outro com 12, 18, 23 e 24 anos. O mais velho “é músico, trabalha aqui comigo na roça, mas o celular está sempre ligado, chamado para tocar com a banda dele”. A filha de 18 anos estuda na Barra do Choça a noite. Sua filha, de 23 anos, é esposa do **Assentado 3**. Aposentou-se “por doença”, por problema de visão decorrente do calor dos fornos da padaria comunitária, pertencente a prefeitura de Vitória da Conquista-BA, em que trabalhava. Ele e a esposa nasceram em Nova Canaã-BA. A família deste assentado (**2**) trabalhava nas terras do avô, “toda a família, tios e tias, na mesma terra, tinha 12 casas só da família”. Eles plantavam e trabalhavam em sistema de pousio, o trabalho era familiar individual, cada qual trabalhava para si, exceto o dia que fazia um “adjunto” (mutirão).

O **Assentado 2** tem quatro irmãs, duas moram em Vitória da Conquista e duas em São Paulo, mas, todos os seus irmãos e irmãs já moraram em São Paulo, ele morou lá de 1978 a 1982. Depois casou e ainda voltou para lá mais algumas vezes para trabalhar. Quando o avô dele morreu vendeu sua parte da terra e, em 1985 vieram morar na cidade de Vitória da Conquista onde compraram uma casa e ele começou a trabalhar em uma loja de confecções. Em São Paulo trabalhou como metalúrgico. Depois ficou 12 anos trabalhando na padaria da Prefeitura de Vitória da Conquista e, por fim, aposentou-se por problemas de visão. Após a aposentadoria sua família começou a trabalhar na horta comunitária da prefeitura onde cada família recebia uma pequena área para plantar hortaliças, comercializadas por intermediários nas feiras da Cidade.

A família de sua esposa trabalhava “a meia” na terra dos outros, morava na terra em que trabalhava. Ela tem três irmãos e duas irmãs, todos eles são vaqueiros, uma das irmãs mora em São Paulo e trabalha de doméstica.

O **Assentado 3**, é genro do **Assentado 2**, nasceu em Manuel Vitorino-BA⁵³, na roça, e trabalhava de meeiro e também nas terras do pai onde toda a família trabalhavam junta; quando um filho casava fazia sua roça separada. A terra lá é boa, mas precisa de chuva. Veio para a cidade de Vitória da Conquista onde abriu um bar em sociedade com um amigo, “dava pouco lucro, mal dava para pagar o aluguel, aí parei”. Tem 12 irmãos, dois estão em São Paulo, trabalhando de pedreiro e o resto mora em Vitória da Conquista. Ele também já trabalhou em São Paulo numa transportadora e depois de porteiro de prédio. Hoje, quando tem serviço, trabalha de pedreiro na cidade de Vitória da Conquista. Tem dois filhos em idade pré-escolar. Sua esposa nasceu em Nova Canaã, veio para Conquista com seis anos de idade e trabalhava com o pai, **assentado 2**, na horta comunitária, em terreno cedido pela prefeitura.

A **Assentada 11** nasceu na cidade de Vitória da Conquista, no bairro Conquistinha, tem 54 anos. A partir de 1970 começou a viajar para São Paulo para trabalhar. Ela e o marido têm “barraca” de carne na feira. O pai também era açougueiro e nasceu na cidade de Vitória da Conquista. Sua mãe nasceu na roça perto de Barra do Choça, depois ela casou e foi morar na cidade. Tem três irmãos morando na Cidade de Vitória da Conquista, três irmãs e sua mãe em São Paulo. Dos seus irmãos, um trabalha em oficina, outro é açougueiro e outro trabalha comprando mercadoria dos produtores e vendendo na feira. Tem três filhos: duas mulheres já casadas e um menino. Parou de estudar na sétima série e quer continuar os estudos no assentamento “até o ginásio” e, quem sabe, outro curso que ofereçam.

Essa assentada também tem um “capital” cultural e econômico maior que a maioria dos demais assentados é coordenadora do assentamento e merendeira da escola.

O **Assentado 4**, tem 62 anos, é casado e tem três filhos casados “que moram na rua e são da primeira mulher que morreu” e dois menores do atual

⁵³ Zona da Caatinga, um dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado da Bahia.

casamento que estudam na escola do assentamento. Nasceu em Planalto-BA, na roça.

Meus pais eram lavradores, primeiro tinham terra, mas meu pai jogou tudo fora, ele era muito vaidoso. Ai a gente ficou sem nada e nos fomos obrigados a ir para a mata, Itambé-BA, trabalhar na roça, no campo para os outros, morava na fazenda e o fazendeiro deixava fazer rancho (casa). Uns davam terra para plantar, outros não. A gente amansava a terra e plantava pasto e quando a terra estava mansa ele mandava a gente embora. A gente já sofreu muito, mas graças a Deus hoje acabou o sofrimento. Meu pai morreu quando eu tinha três meses, fiquei com minha mãe até os 18 anos, aí fui para São Paulo fiquei dois anos lá trabalhando de servente, e depois vim embora para cá. Quando voltei eu vim para a rua, fiquei uns 14 anos em Vitória da Conquista de aluguel, hoje eu tenho uma casinha no Alto Marom, (bairro popular). Trabalhava de várias coisas, de ajudante, de vigia, de qualquer coisa que aparecesse. Trabalhei em duas clínicas de vigia, fiquei dois anos e depois eu fui para um assentamento em Anagé-BA, onde eu fiquei 11 meses, fiquei de assentar lá, mas como aqui estavam precisando de umas pessoas de bom comportamento, eles viram o comportamento da gente, e eu vim transferido pra cá, e agora eu já estou uns três anos.

A esposa do assentado 4, nasceu em Itambé-BA, mas acabou de “se criar em Obim-BA”, tem 43 anos. Seus pais eram lavradores, trabalhavam em fazenda. Na juventude:

morei na roça em Obim, meu pai era vaqueiro, eu e minha mãe trabalhávamos de diária, o fazendeiro dava a casa, eu trabalhava também em café. Depois de Obim eu fui para São Paulo trabalhar em casa de família, trabalhava muito para ajudar meu pai acabar de criar meus irmãos. Tive 12 irmãos, agora só tem quatro, os outros morreram. Dois irmãos meus trabalham em São Paulo de ajudante de pedreiro. Depois eu vim para a cidade de Vitória da Conquista.

Nesta fala e na anterior, os assentados relatam que tiveram que trabalhar para ajudar seus pais a sustentar os filhos mais novos, dando-nos mais exemplos da importância fundamental da família como espaço de compartilhamento e obrigações morais para seus membros.

O **Assentado 5**, tem 34 anos, é casado e têm três filhos: a mais velha tem 11 anos, a do meio tem oito e a menor um ano e quatro meses e nasceu no Assentamento Pátria livre. Ele nasceu na zona rural de Caatiba-BA, num local conhecido como Pé-da-Ladeira. Possui 10 irmãos, seus pais ainda estão vivos e moram na cidade de Caatiba-BA.

Meu avô tinha 20 há de terra, cada filho recebeu um pedacinho e meu pai ficou com um pedacinho onde plantava milho feijão, maniva, banana e tinha tudo. A gente também trabalhava de diária no fazendeiro vizinho. Aí a família começou a aumentar as criações encostar uma na outra e aí meu pai vendeu e foi morar e trabalhar numa fazenda. O fazendeiro dava terra para plantar milho feijão mandioca, só não deixava plantar frutíferas. Desde os 10 anos eu trabalhava de diária na fazenda que tinha plantação de cacau. O fazendeiro contratava muitos trabalhadores, mas só nós morávamos na fazenda. Quando eu completei 23 anos de idade eu fui para São Paulo, onde já tinham mais parentes. Fui em 1994 e 1995 trabalhar de ajudante de pedreiro, fui chamado pelos meus primos. A primeira vez que fui fiquei sete meses, depois fui mais quatro vezes. Eu sempre voltava para a fazenda onde meu pai morava. Quando vim para o acampamento eu estava trabalhando de caseiro num sítio. Tenho uma irmã assentada no Mocambo, ela casou com um assentado.

Novamente uma situação típica do campesinato regional, terra insuficiente, chefe da família trabalha como vaqueiro e mora com a família na fazenda e esta tem permissão para plantar um roçado, assalariamento rural ao lado dos trabalhos nos roçados, êxodo rural e assalariamento urbano geralmente no Sudoeste do Brasil. Mais uma vez se reconhece que a posição de vaqueiro é um privilégio na divisão social do trabalho da pecuária.

A **assentada 17** tem 61 anos, agora esta “dando entrada na aposentadoria”, por problemas cardíacos. Nasceu no município de Vitória da Conquista-BA, numa fazenda que atualmente é o Assentamento Mocambo.

Meu pai era vaqueiro nesta fazenda. Minha mãe teve cinco filhos, mas morreu três, meu pai também morreu e minha mãe casou de novo e teve mais cinco filhos. Eu fiquei na fazenda até os quatro anos, quando meu pai morreu, aí eu fui **criada** por uma família muito rica da cidade de Vitória da Conquista, porque minha mãe não tinha condições de me criar, porque ela tinha 20 anos quando meu pai morreu. Com treze anos eu e minha irmã fomos morar com meu tio em Caatiba- BA, ele era vaqueiro do filho do homem que me criou. Com o tempo meu tio conseguiu comprar uma fazendinha de dois alqueires de terra, eu trabalhava em casa e também ajudava na roça. Sou solteira e tenho um filho, que trabalha na Secretaria do MST. Quando sai da casa do meu tio fui para São Paulo e fiquei 15 anos, trabalhava de doméstica. Também morei um tempo no RJ onde tive meu filho e quando ele completou cinco anos eu vim embora para Barra Nova, distrito de Barra do Choça-BA. Logo depois eu comecei a costurar e a vender café na feira aos domingos. Depois eu comecei a trabalhar de merendeira na escola onde meu filho estudava. Aí depois eu comecei a ter amizade com o primo do prefeito que era do PMDB, eu era também do partido, e aí nos fundamos uma associação e conseguimos um monte de coisas para o município, escola para carentes, cursos. Eu trabalhava como professora de corte e costura. Mas aí acabou o mandato e aí ele arrumou uma vaga de merendeira, mas depois me mandaram embora. Eu era dirigente da igreja católica e aí teve

reuniões para chamar pessoas para ir na terra, eu não fui nas primeiras reuniões, eu nem gostava dos Sem Terra, mas depois acabei indo e ficando. Isto foi em 1997 quando acampeei na fazenda Ipanema em Barra Nova, de Carlos Simões, mas a gente levou despejo. Ai a gente saiu ficou por ali, voltou a entrar para a fazenda, novo despejo, ate o fazendeiro conseguir vender metade da fazenda e ai não dava mais para desapropriar. Ai eu ficava sempre visitando a Secretaria do MST e aí consegui ser assentada no Assentamento Arizona, aí eu fiquei morando em barraco durante quatro anos, (enquanto esperavam as casas), e ai fizemos as casas e veio o projeto (verba para começar a produção). Só que lá é muito seco só dá mandioca, eu também trabalhava de merendeira na escola do assentamento, mas ai venceu meu contrato e eu vim trabalhar na Secretaria (do MST no centro da cidade de Vitória da Conquista). Depois eu vim transferida para o Assentamento Pátria Livre, porque era mais perto aqui da Secretaria. Aqui eu faço limpeza e faço de tudo. Eu gosto muito do Pátria Livre, inclusive já foi dividida as unidades familiares, já mandei roçar e arar e já tá tudo prontinho para plantar.

Outro caso de capital cultural e político superior à média, ela trabalha na Secretaria do MST, na cidade, não trabalha a terra e paga alguém para fazer. Ela era uma defensora da coletivização da terra e do trabalho. Esta assentada também sofre certa discriminação por parte dos assentados, é considerada como uma pessoa que não precisa da terra. Como é doente e trabalha na Secretaria do MST, raramente aparece no assentamento. Como não convive com o grupo desperta sentimentos de repúdio, pois ela é uma estranha, é de outro lugar, é de fora. Mas sua história de vida registra um passado de origem e proximidade com a terra e esta história a faz desejar ter terra.

Na busca de uma síntese para as trajetórias de vida acima elencadas podemos destacar quatro pontos centrais: origem e vínculo com a terra; migração para o urbano, feira livre como espaço de interação social; a centralidade da pecuária na conformação sócio-cultural da região.

- Origem e vínculo com a terra: *habitus* camponês.

A maior parte dos assentados nasceu e socializou-se no meio rural e depois migrou para o meio urbano onde passaram um longo período de suas existências realizando atividades variadas, tais como, trabalhos domésticos, como vigilâtes, na construção civil, na reciclagem de lixo, no comércio das feiras, nas lavouras de

café, na pecuária entre outras. Sempre sob a marca da precariedade, da baixa remuneração e ausência de vínculos trabalhistas.⁵⁴

Entre aqueles que não nasceram no meio rural o vínculo com a terra pode ser atribuído a dois fatores: ou tiveram experiências de trabalho como vaqueiro, diarista, tratorista e outros, ou seus pais eram do meio rural e eles vieram ao assentamento acompanhando-os. Desses, todos continuam mantendo seus vínculos com a cidade, onde tem família, casa, trabalho, parentes ou conhecidos.

A condição de origem “camponês não proprietário e dependente” é a características mais importantes desse grupo social. Somente cinco indivíduos dos assentados de origem rural entrevistados, (lembramos que a absoluta maioria dos assentados tem origem rural) provem de famílias ex-proprietárias de terras, que em todos os casos eram de minifúndios, de tamanho insuficiente para sustentar a família.

Todas as demais provieram de famílias sem terra, na forma de agregados em fazendas, sobretudo ligadas às atividades pecuaristas e, em menor grau, cacaueteira. Nesta condição, a família trabalhava de diarista e ainda cultivava “roças de mantimentos” nas terras do próprio patrão, quando permitido, ou na terra de outros proprietários. O Assalariamento, como diarista, é uma prática necessária desde longa data.

Percebe-se que ao longo do processo de intensificação da integração da pecuária e do café à moderna economia de mercado, as relações tradicionais de moradia e arrendamento foram aos poucos extintas. Contribuíram centralmente para o fim desta forma de relação a valorização da terra, consequência da possibilidade de intensificação da produção mercantil.

Quanto aos filhos dos assentados, a despeito de terem nascido no meio urbano, têm um vínculo com a terra por meio das experiências de trabalho como diaristas nas fazendas, mas também como herança recebida dos pais. Demonstrem familiaridade com o trabalho na terra, mas, cientes das dificuldades da vida na roça, alimentam a esperança de retornar os estudos ou ter outro tipo de

⁵⁴ Os dados da pesquisa de Silva (2009), sobre o desemprego em Vitória da Conquista, apontam as mesmas características nos participantes do MTD.

atividade urbana. Eles estão fazendo o caminho contrário dos pais, nasceram na cidade, voltaram para a roça, talvez voltem para morar na cidade. Por hora farão os que fazem os pais, morar na roça, plantar os “mantimentos” e trabalhar na cidade ou nas fazendas quando houver serviço e necessidade de trabalhar, por parte deles. A roça é o lugar do sossego da família que cansou de andar pelo mundo, desgarrado e sem morada.

Salientamos que, mesmo que a obtenção da terra tenha sido uma oportunidade a ser aproveitada para incrementar seus meios de sobrevivência - suas trajetórias de vida e suas práticas no assentamento atestam isso, pois recorrem a todos os meios e trabalhos disponíveis, tanto urbanos como rurais - a terra para eles tem um significado fundado em identidade, memória que definimos como *habitus*.

- Trabalho na cidade como estratégia familiar de sobrevivência.

Assim, impelidos pela baixa produtividade do trabalho na terra, reproduzem a prática generalizada no meio rural que entorna Vitória da Conquista, qual seja: a roça da família como lugar de moradia e dormitório dos que conseguem trabalhos rurais ou urbanos. Nessa estratégia de sobrevivência, possuir uma casa ou ser recebido por algum familiar na cidade é muito importante. Estas casas estão localizadas em bairro populares bastantes desvalorizados do ponto de vista imobiliário, a posse de uma casa na cidade serve de suporte e viabiliza suas estratégias de sobrevivência que aliam o trabalho urbano e rural. Estas relações de ajuda não ficam restritas a família nuclear, a casa na cidade, assim como a roça, são espaços da família ampla.

Nesse sentido, percebe-se nas famílias assentadas a vontade de que seus parentes espalhados pelas cidades, principalmente nas mais distantes como São Paulo, possam retornar para junto da morada familiar – a roça do assentamento. Nela há sempre a possibilidade de absorver mais um, até porque os gastos são poucos e existe a possibilidade de haver algum tipo de trabalho que o acolhido possa fazer, e assim, retribuir o abrigo.

O êxodo rural para São Paulo já foi uma estratégia importante para as famílias camponesas da região. Pelos depoimentos dos assentados percebemos que não vale mais a pena ir para o “Sul”, talvez comece a voltar a ser, dependendo da oferta de serviços e salários que valham a pena deixar a morada familiar.

Apesar da distância do Sul é interessante notar que as idas e os retornos são temporários e freqüentes. A decisão de ir ou voltar é tomada pelas necessidades e condições de sobrevivência. De tal forma que, só se permanece em São Paulo quando houver trabalho que garanta minimamente as condições de vida, caso contrário, retornam para suas famílias, pois como havíamos dito antes, na roça sempre tem lugar para mais um da família enquanto se aguarda uma nova oportunidade de “tentar a vida no Sul”. Embora indiquem São Paulo como o lugar de possibilidades, reconhecem que hoje não pode mais ser visto assim, já que as dificuldades de viver em uma metrópole são inúmeras, principalmente para os mais empobrecidos. Em suas falas, São Paulo “não vale mais a pena”, “lá se recebe muito pouco”, “o custo de vida é alto e a violência está muito grande”.

Essas vicissitudes fazem com que os pais assentados que ainda tenham filhos morando e trabalhando em São Paulo ou em outras cidades sonhem em trazê-los de volta para a família, para a terra. O quem tem se tornado cada vez mais freqüente. De acordo com a PNAD (2007) e os estudos da SEI (2009) está acontecendo uma inversão nos fluxos migratórios, pois tem crescido a migração de retorno dos baianos. Se esse retorno pode ser atribuído em parte à crise das cidades, há que se pontuar também a importância dos programas do Governo Federal de Transferência de Renda, que têm melhorado as condições de vida da população rural.

Além de São Paulo, praticamente todos, antes de partirem para a luta pela terra, moraram (alguns ainda moram) nas cidades da própria região do TRVC, principalmente em Vitória da Conquista. Semelhante ao ocorrido com o êxodo para São Paulo, aqui também, as idas e vindas são bastante freqüentes e conformam um fluxo intenso entre o rural e urbano.

Assim percebemos que o rural funciona como um estoque de força de trabalho que, nos momentos de crise urbana absorve e nos de crescimento fornece trabalhadores.

- As feiras livres como espaços de interação social.

Nota-se também a grande importância social, cultural e econômica das feiras para este grupo social. Localizamos as feiras livres enquanto espaços intermediários e de conexão entre dois mundos: o novo mundo urbano moderno e o mundo tradicional, no qual o urbano era apenas uma extensão do rural como centro de comércio e serviços.

A feira é o espaço de trabalho e de convivência entre grupos sociais separados pelo mundo moderno. Neste espaço, nas palavras de D'Incao, (1992), os corpos dos diferentes grupos sociais separados pelo mundo moderno ainda se misturam, as informações circulam, os consumidores tem seus “fregueses”⁵⁵ preferidos, enfim é um espaço em que a relação ainda busca um sentido maior do que a mera troca econômica.

Podemos perceber que muitos assentados trabalhavam na feira, alguns ainda trabalham, ou estavam na feira quando obtiveram as informações sobre os Sem Terra e os acampamentos. Assim a feira é um “campo” de interação social em que diversos “capitais” interagem, são compartilhados, reinventados e também em alguns casos desapropriados/apropriados.

Hoje o espaço urbano desta região, especificamente Vitória da Conquista, alcançou uma certa diferenciação em relação ao rural, mas, por toda parte vê-se uma grande interação entre o rural e o urbano, seja nas feiras, no costume familiar de passar o fim de semana na “roça” de algum parente ou amigo, nas lojas que vendem produtos agrícolas, seja no contato com as empregadas domésticas, na sua quase totalidade, oriundas do meio rural. O espaço urbano de Vitória da Conquista também é o espaço de moradia dos proprietários rurais mais abastados da região.

⁵⁵ Na feira o freguês é o comerciante da banca em que o consumidor costuma comprar, o freguês não é o comprador, mas o vendedor.

O urbano da região é uma “ilha” dentro de um imenso espaço dominado pelo rural, este em grande medida ainda tradicional nas relações de trabalho. A economia das cidades da região esta fundamentada no comércio e na prestação de serviços, ou seja, a fonte primária ainda continua sendo a agropecuária.

- A centralidade da pecuária na configuração sócio-econômica da região.

As trajetórias de vida evidenciam que na configuração sócio-econômica original da região, a pecuária extensiva e a policultura de subsistência a ela associada, predominavam como atividade econômica. Nesta economia, ser vaqueiro era ocupar numa posição de privilégio, pois com vimos anteriormente, esta era uma função originalmente de confiança e de prestígio - o pagamento em rezes possibilitava ao vaqueiro se constituir como um futuro criador independente. Temos exemplos deste fenômeno entre os assentados, mesmo que não recebessem mais em “cabeças de gado”, eles obtinham melhores condições do que os demais trabalhadores. Após trabalharem durante um período como empregados, passam a trabalhar por conta própria na sua terra ou em negócios familiares. Situação bastante diferente dos lavradores meeiros, que diante da impossibilidade de acumular bens, tornaram-se os diaristas “limpadores da manga”, sem moradia na fazenda.

Este mundo criado e dominado pela pecuária permanece fortemente presente no *habitus* das populações de origem rural e ainda influencia fortemente a cultura regional. Pode-se afirmar que existe uma “cultura do boi”, fundada na pecuária extensiva tradicional e seu conjunto de relações produtivas – expressa no cotidiano e sintetizada pelas festas de vaquejadas, rodeios, festa da derruba, comida e feiras livres⁵⁶ – que conforma o *habitus* e configura os espaços de vida e a sociabilidade local.

Do ponto de vista econômico, a pequena criação familiar de gado é a atividade que vem se estabelecendo com mais força no Assentamento Pátria Livre. Isso porque ela aparece como a mais propícia à venda do excedente no

⁵⁶ Emblemático, neste sentido, é a obra artística de Elomar Figueira, nativo de Vitória da Conquista, neto de fazendeiros pecuaristas.

mercado, além de se ajustar às condições ambientais, e culturais locais. A pecuária no assentamento permite a reprodução do *habitus* típico do campesinato local: associação entre policultivo, pecuária e criação de pequenos animais. Tal fato pode ser melhor compreendido quando se considera que a agricultura comercial, em uma região semi-árida, requer investimentos e disponibilidade para enfrentar uma alta margem de risco, o que não pode ser tolerado para um grupo de camponeses que vive no limite da sobrevivência.

A hipótese de produzir para o mercado não é descartada por eles, apenas postergada, na ausência de um projeto que dê suporte e a viabilize. Portanto, a lógica que guia as condutas dos assentados é orientada pelo sentido da sobrevivência: o que sobrar se vende, mas o importante é trabalhar para ter os “mantimentos” da família, aliando cultivo de subsistência e venda do excedente da produção e da força de trabalho. Nas palavras de um assentado “se vamos produzir para o mercado isso a gente vai ver (...) se o sol não montar na planta e queimar elas”.

Há que se considerar que devido à aridez natural do ambiente a produção agrícola fica seriamente limitada, a carência de água para a agricultura foi detectada em todos os assentamentos pesquisados por Souza (2008). Evidentemente, mesmo fugindo do objeto dessa tese, percebe-se que um pleno desenvolvimento da agricultura a ponto de retirar esta vasta população de camponeses do limite da sobrevivência deverá adotar métodos de cultivo adaptadas ao meio ambiente local, pois nem a forma tradicional e tampouco a moderna é capaz de promover um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental e social.

As trajetórias de vida demonstram que esses assentados provem do meio rural e do “modo de vida rural tradicional” atingido pelos processos modernizantes das últimas décadas, como descrevemos anteriormente. Eles guiam suas ações por seu *habitus* caracterizado pela autonomia familiar, (maior ou menor a depender do tipo de acesso à terra: de forma efetiva como proprietário familiar ou pelas diversas modalidades de acesso dependente); pelo pagamento de dias de trabalho como forma de pagar suas obrigações de morador; pelo

interconhecimento e a primazia das relações sociais locais e; pelo trabalho na terra, associando a criação de animais e o policultivo, voltados essencialmente para a subsistência da família, relacionando-se com o mercado de forma paralela e complementar.

Após a saída do espaço rural de origem, suas trajetórias são um constante processo de migrações sucessivas entre o meio urbano e o rural e culmina no retorno ao sossego da morada na terra no Assentamento Pátria livre. Mas isto não significa que eles não irão sair para trabalhar na cidade ou onde quer que haja trabalho, a terra é o lugar de sua almejada morada. Portanto, é uma trajetória fundamentada pelas possibilidades dadas pelo *habitus* e nessa experiência, inovações são produzidas e assimiladas pelo grupo.

Neste sentido, analisando a luta pela construção do espaço de vida Assentamento Pátria livre, verifica-se que a vida social não é só “reprodução”, ela vem permeada de mudanças orientadas pelas experiências de vida dos sujeitos já que, conforme Bourdieu, (1989), os agentes portadores de um “quantum” de capital de diversas naturezas contestam e aceitam certas diretrizes que redefinem a base da sociedade.

Sem dúvida os agentes constroem a realidade social; sem dúvida entram em luta e relações visando impor sua visão, mas eles a fazem sempre com pontos de vista, interesses e referências determinadas pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. (BOURDIEU, 1989, p.8).

Assim, os assentados aceitam novas práticas, como a organização por núcleos, associações formais, agrovilas, mobilizações políticas, etc., contanto que possam continuar vivendo como camponeses.

Por outro lado, falar de estratégias de reprodução camponesa não é atribuir um cálculo racional ou uma ação estratégica, mas sim indicar que há capitais, no sentido de Bourdieu, (1996b), que poderão ser utilizados ou não nas ações. Apesar de serem guiados pelo *habitus* e agirem de forma semelhante em certas situações, não vemos os camponeses como classe social, mas partilhando uma condição social. Então, no caso dos assentados do Pátria Livre, fazê-los reconhecerem-se como “Trabalhadores Rurais Sem Terra” depende de um

trabalho político de formação, cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado estruturalmente como quer a tradição marxista.

Ao que parece, a concepção de classe social que orienta as ações do MST por vezes acaba se chocando na realidade concreta, mas certamente os dirigentes percebem que os assentados são detentores de histórias de vidas singulares que não podem ser reduzidas dentro de um conceito fechado. Quando *habitus* camponês e ideais políticos se encontram os processos de construção dos espaços de vida nos assentamentos são bem mais tranquilos.

2.3. Sociabilidade: embasamentos teóricos.

Uma dimensão importante da vida em sociedade é o fenômeno da sociabilidade, em seu conjunto compreendido como atitudes, comportamentos, práticas, sentimentos, atitudes e representações compartilhadas que conduzem e mantêm as interações sociais. Ou seja, é a maneira como (forma), por que (objetivos) e com quem (grupos) e onde (espaço físico) os atores sociais estabelecem interações sociais.

Os estudos de sociabilidade iniciados no final do século XIX são frutos da constatação das profundas mudanças nas formas de relacionamento e vida nas grandes metrópoles daquele período. Dentre os autores que produziram análises mais aprofundadas sobre o tema da sociabilidade temos Simmel, Park e Wirth, (VELHO, 1973).⁵⁷ Para eles as sociedades urbano-industriais produziram formas de sociabilidade distintas das sociabilidades tradicionais como a fluidez da vida, a heterogeneidade social, a personalidade desenraizada e a fugacidade das construções simbólicas, identidades individuais e coletivas.

⁵⁷ Caccia-Bava, (1999) observa que a sociabilidade não é um tema de importância central para os clássicos fundadores da Sociologia. Segundo ele, Durkheim e Marx consideraram outros objetos como sendo mais importantes no estudo das sociedades humanas. Assim para Durkheim, o objeto da sociologia seria a solidariedade e não a sociabilidade. No mesmo sentido, para Marx a relação de troca seria o aspecto dominante das relações sociais. Dessa forma, tanto para Durkheim quanto para Marx, o conceito de sociabilidade como objeto de análise das relações sociais obscureceria a compreensão das relações sociais fundamentais.

Simmel, (1984, 2006), foi o precursor na realização de estudos mais aprofundados sobre a sociabilidade. Para ele, em cada sociedade, entendida como interação entre indivíduos, é possível diferenciar “forma” e “conteúdo”. A interação social (sociedade) decorre sempre a partir de determinados conteúdos ou materiais de sociação que dão os impulsos na busca de satisfazer certas necessidades.

Para Simmel, estes conteúdos em si não têm nenhuma natureza social, só se tornam sociedade (sociação) quando, de mero fator de agregação isolada entre indivíduos, configuram-se em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro. Ou seja, esses matérias/conteúdos só podem ser elementos da vida quando os homens dão a eles determinadas formas e sentidos.

Mas essas forças e esses interesses se liberaram, de um modo peculiar, do serviço à vida que os havia gerado e aos quais estavam originalmente presos. Tornando-se autônomos, no sentido de que não se podem mais separar-se do objeto que formaram exclusivamente para seu próprio funcionamento e realização, (SIMMEL, 2006, p.61).

Um exemplo dessa “autonomização dos conteúdos” é a transformação do conhecimento prático em ciência. O conhecimento (conteúdo) desenvolvido pela prática ao longo da história da sociedade passa a ter vida própria, um fim em si mesmo e dominado por um grupo social. O mesmo Processo produziu o que conhecemos por arte, direito, jogos, etc. Neste sentido, estas formas, criadas para atender determinadas finalidades e necessidades da vida cotidiana, desprendem-se da subordinação ao cotidiano das pessoas comuns e tornam-se finalidades de sua própria existência, a partir daí, assimilam da realidade somente aquilo que pode ser conformado em sua existência autônoma. (SIMMEL, 2006).

Desta forma esse autor também compreende o fenômeno da sociabilidade como uma “forma autônoma ou forma lúdica da sociação” independente dos conteúdos de interação social. (Simmel, 2006, p.63).

A partir destas acepções sobre a sociação e a autonomização das formas, podemos compreender melhor o que Simmel entende por sociabilidade: uma forma autônoma e lúdica de interação social livre de conteúdos (interesses) que promove o sentimento de satisfação de estar juntos. A sociabilidade ignora as

motivações concretas das finalidades da vida: é forma pura, promovendo a máxima eficácia na inter-relação entre os indivíduos. Ela é uma relação meramente formal, todavia, quanto mais conteúdos ela adquire da realidade transfigurando-os para a forma autônoma, mais perfeita ela é como sociabilidade.

Por possuir esta característica a sociabilidade resolve o problema da diferença de atributos pessoais dos indivíduos que, em tese poderia dificultar a interação. A sociabilidade em suas configurações puras, não tem qualquer finalidade objetiva ou conteúdo fora do instante sociável. Neste sentido, para a sociabilidade as características das personalidades individuais não podem ser enfatizadas, ela requer igualdade entre os indivíduos no “momento sociável”. Por isso, a “discrição” é a primeira condição da sociabilidade, as diferenças devem ser colocadas de lado e as qualidades pessoais de “fino trato” são ressaltadas sem permitir uma exposição demasiada da personalidade, (SIMMEL, 2006).

Para Simmel a relação da sociabilidade com a interação concreta, determinada finalidades, é semelhante à relação do trabalho de arte com a realidade. Nela o artista demonstra a realidade em um objeto concreto (forma) da maneira mais bela que consiga expressar, mesmo que a realidade não seja propriamente bonita ou agradável. Esta analogia mostra que nos processos de interação é o prazer do encontro que comanda e cada indivíduo deve proporcionar ao outro o prazer que sente em estar reunido.

Embora as diversas formas de interação sejam sempre o resultado das necessidades e dos interesses específicos, todas estas formas são sempre acompanhadas por um “sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal”, (SIMMEL, 2006, p.64). Neste sentido, o autor propõe “ondas de sociabilidade superiores e inferiores” nas interações sociais. Nos momentos em que o estar juntos se apóia em conteúdos e finalidades objetivas, nos quais fatores absolutamente pessoais e subjetivos dos indivíduos aparecem sem reserva a sociabilidade não é mais o elemento central, mas, no entanto, permanece como princípio formalista mediador da interação.

Portanto, trazendo esta concepção para o nosso tema de análise, cada grupo social elabora sociabilidades características, modos de conviver sociavelmente retirando seus conteúdos do *habitus*. Neste sentido, mesmo que a sociabilidade seja “pura forma”, “conteúdo despido de si mesmo”, ela só pode ser democrática no interior de um estrato social, “uma sociabilidade entre membros de diferentes estratos sociais se torna algo contraditório e constrangedor”, (SIMMEL, 2006, p.69). Assim, a igualdade entre os indivíduos é uma condição necessária para que a sociabilidade seja possível e, segundo este autor, a igualdade só pode ser encontrada nas comunidades e pequenos grupos.

Simmel, (2006), considera que a forma mais típica de sociabilidade é a “conversa”. Ela é legítima em si mesma, é uma das formas mais puras de reciprocidade. Mas, o conteúdo de uma conversa não pode ser indiferente, ao contrário, deve ser interessante, atraente e mesmo importante. No entanto, o conteúdo não pode ser o propósito da conversa, já que o ator que interage não deverá estar atrás da satisfação de um resultado objetivo.

A sociabilidade é o sentimento de pertencer a uma “comunidade” e por isso o “interesse” é um elemento não tolerado na sociabilidade pura. Para Giddens, (1972), o interesse é a principal característica da “sociedade” e, para o autor, não existe nada mais inconstante do que o interesse e as interações sociais por ele ensejadas.

Comunidade é entendida como grupo social pequeno, fortemente coeso, caracterizado pela simbiose, já sociedade é reconhecida como grupo social mais amplo caracterizada pelo consenso. (WIRT, 1980). Para Tönnies, (1972), a comunidade é como um organismo vivo, nela a vida é comum, verdadeira e durável e, diferentemente, a sociedade é o que é público, é o mundo, um agregado mecânico, artificial, passageiro e aparente onde as relações são mais distantes e fluidas, enfim, a sociedade é o mercado. Para Durkheim, (2004), a comunidade obtém sua coesão social por laços mecânicos de solidariedade entre indivíduos com pouca diferenciação funcional, ao passo que na sociedade os indivíduos, extremamente especializados em suas funções, unem-se por laços orgânicos de solidariedade para poder satisfazer suas necessidades. Weber,

(2000), opera esta distinção nos termos de “relação comunitária”, na qual a ação social esta fundada no sentimento subjetivo de pertencer ao mesmo grupo, e de “relação associativa” em que a ação social repousa no ajuste ou união de interesses racionalmente motivados.

De forma geral, com a ressalva das diferenças terminológicas, os autores clássicos mantêm concordância em torno da idéia de que na sociedade as relações são mais distantes, impessoais, parciais e baseadas no “interesse”. Ao passo que na comunidade as relações são mais próximas e completas, dotadas de um sentimento de satisfação de pertencer à comunidade. Neste sentido, a sociabilidade, tal como definida por Simmel, é um elemento central na comunidade e secundário nas sociedades.

Para Simmel, (1984), na sociedade moderna o dinheiro faz com que os homens se relacionem, cada vez mais, por interesses meramente econômicos e se desprendam dos sentimentos de reciprocidade e de pertença a um grupo. Nesse ambiente, o sentimento de sociabilidade fica cada vez mais difícil de ser estabelecido. E, de fato, como se sabe, as corporações medievais continham em si os homens por inteiro, eram comunidades que, além dos interesses econômicos, cuidavam da vida de seus integrantes, nelas a economia não tinha um fim em si mesmo. Na “sociedade do dinheiro”, os sujeitos promovem associações que visam somente interesses monetários, sem estabelecer ligações pessoais. O dinheiro propiciou a possibilidade de associação entre os indivíduos sem que eles tenham que abrir mão da sua própria liberdade ou individualidade.

Com referencia às transformações que o dinheiro opera ao reduzir toda a qualidade e a individualidade a valor de troca, Simmel observa que a “sociedade” fragmenta a “comunidade” e implementa um tipo de relacionamento baseado no cálculo que visa estritamente os interesses particulares. Nota-se assim, que nas sociedades modernas o “intelectualismo”, a “calculabilidade” e a indiferença prevalecem em oposição às relações baseadas no sentimento de sociabilidade característico das comunidades. O capital destrói a antiga economia familiar, operando uma separação entre família e as atividades econômicas. Por outro lado, surge um novo sentimento - imposto pelo interesse pecuniário da

necessidade de manter o patrimônio indiviso - o “amor pela família” que está na origem do individualismo moderno. (SIMMEL, 1984).

A estrutura familiar no período feudal na Europa era extensa e aberta. Nesses espaços, mesmo que condicionado por uma hierarquia estamental rígida, permitiam que as pessoas mantivessem uma convivência cotidiana próxima, porque a vida e os interesses eram comuns e compartilhados, (ARIÉS, 1981). Neste tipo de sociedade os camponeses ainda não tinham adotado a noção de família nuclear. Os costumes nascidos deste meio coletivo foram abandonados pela burguesia e pela nobreza, mas os camponeses perpetuaram traços desta estrutura, ao mesmo tempo em que também adotaram aspectos da família nuclear burguesa, (ARIÉS, 1981 e COTA JUNIOR, 1999).

De forma similar no Brasil agrário, no ambiente social da casa grande não havia uma separação rígida de espaços entre as diferentes condições sociais, apesar de existir uma hierarquia, como vimos acima. Ainda mais nos espaços da pecuária extensiva do sertão nordestino em que, geralmente, proprietários e vaqueiros compartilhavam condições de vida bastante próximas.

Neste sentido, ainda podemos perceber nas famílias assentadas e nas suas redes de interconhecimento relações da família ampla, remanescentes do mundo social em que se formou o campesinato, mescladas com a estrutura familiar nuclear/restrita.

Nas “sociedades” atuais, os momentos em que se atinge o tipo de sociabilidade proposta por Simmel são raros, pois a interação dos indivíduos é composta por uma gama muito variada de interesses. Por isso, Cetrulo Neto, (1999), compreende que a sociabilidade representa um conceito “tipo ideal”, na acepção weberiana, do qual Simmel se serve para a análise social.

Também percebemos o conceito Simmeliano da mesma forma, porque, mesmo que os interesses concretos sejam os objetivos da sociação na nossa sociedade, a sociabilidade continua sendo a mediadora desta relação, como concebe Simmel. Assim, nas sociações atuais, em que as “ações sociais com relação a fins” preponderam, como pontua Weber, e os princípios de convivência são geralmente expressos por normas formalizadas, mesmo assim, para que o

convívio seja agradável, exige regras de etiqueta, comportamentos de “urbanidade” a serem seguidos.

Em uma formação social (sociedade) a coesão entre as diferentes grupos se dá pela adoção de um modo viver comum e isso é possível pela dominação hegemônica de um grupo sobre os demais. Esta hegemonia é alcançada na esfera das idéias, das representações, sentimentos, atitudes pessoais, ou seja, um conjunto de representações que produzem nos grupos sociais subordinadas a crença de que a melhor forma de vida possível é a que estão vivendo. É o que Sorj, (2000) compreende como um mundo comum de valores, códigos e conhecimentos compartilhados com toda a sociedade e que constitui a “forma de sociabilidade de uma nação, sistema ou subsistema social”.

Para o mesmo autor, além dessa forma ampla de sociabilidade, os agentes sociais são condicionados também por outra, proveniente da posição que eles ocupam no interior do sistema social, ou seja, também são condicionados por uma forma de sociabilidade conformada pelo *habitus*⁵⁸ do grupo a que pertencem. Assim, os agentes podem interagir de forma ativa e criadora com base na sua capacidade de “mapeamento cognitivo afetivo”, no entanto, esta capacidade é condicionada por estes dois níveis de sociabilidade.

Nas formações sociais capitalistas, sob a hegemonia dos proprietários do capital, o *habitus* camponês sobrevive, subordinando-se aos interesses da acumulação capitalista. Nesse processo de adaptação à nova formação social, a condição camponesa sofre transformações, mas persiste em sua essência.

A modernidade produziu sociedades com características novas reconhecidas pela racionalidade científico-pragmática, pela industrialização e pela urbanização. Torna-se necessário ponderar que, mesmo tendo essa a capacidade de “desmanchar no ar tudo o que anteriormente era considerado sólido”, não devemos interpretar o processo histórico como uma ruptura radical entre a tradição e modernidade, mas eivado de avanços, retrocessos e continuidades. Também é preciso fazer a importante ressalva quanto ao modo diferenciado que

⁵⁸ “Interiorização e corporificação” de atitudes e conhecimentos da classe ou grupo social específico a que pertencem, conforme Bourdieu, (1996).

esse se desenvolve de país para país, dependendo das características da sociedade rural tradicional, das formas de ocupação do território e de sua evolução histórica. Assim, como já alertaram diversos autores, devemos atentar para não transplantar esquemas teóricos e aplicá-los como se aqui fosse o lugar onde esses foram formulados. Em cada sociedade específica, a depender do movimento de resistência cultural ou resignação, sintetizam-se diferentes configurações resultantes do encontro entre a modernidade e a sociedade anterior.

Assim, no caso dos países de “capitalismo dependente” como o Brasil, o processo de formação da modernidade revela-se complexo e intrincado. Aqui, como afirma Martins, muito além de uma modernidade híbrida como ressaltado por Canclín, (1990), produziu-se uma “modernidade frágil”, uma “modernidade constituída ao mesmo tempo por temporalidades que não são as suas”, (MARTINS, 2008, p. 20). A sociedade brasileira é constituída de sobreposições de relações sociais modernas e de relações sociais de outras estruturas, mas que ainda são vividas. Estas mentalidades ora se chocam, ora se encontram em praticamente toda a sociedade brasileira, produzindo “O inacabado e o inconcluso, a modernidade que não se completa, (...) uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida” (MARTINS, 2008, p. 22). A modernidade é o mundo social da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital, da ação social que calcula a relação entre fins e meios. “É a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual”, (p.18). Portanto, a modernidade reveste de transitoriedade o modo de vida. Para Martins (2008), a modernidade no Brasil significa mais modernização produtiva, forçada pelo Estado do que o desenvolvimento de uma subjetividade e de um modo de vida moderno, caracterizado pela cidadania e pela racionalidade.

Domingues, (2001), explica a dinâmica da modernização como um processo de libertação dos indivíduos das relações locais, pessoais e estáveis para inseri-los na sociedade do mercado com o status de cidadãos. Nesta acepção na modernidade os sujeitos sociais portam-se como indivíduos e não

mais como membros de famílias ou clãs, pois o pertencimento social agora é fornecido, sobretudo pela origem nacional, embora para os trabalhadores o pertencimento a uma classe ainda tenha um grande significado. Esta nova situação demanda dos indivíduos uma crescente “reflexividade” para a construção de sua trajetória pessoal. Por sua vez, as relações pessoais perdem sua naturalidade e necessidade, as relações de amizade tornam-se eletivas, privadas e utilitárias e não mais pré-determinadas e obrigatórias. Por conseguinte, a identidade se torna um dado aberto, construído racionalmente e com liberdade.

Esta mudança, caracterizado pela sobreposição e pela mesclagem entre os sistemas tradicionais de autoridade e os valores e aspirações individualistas, promove na sociedade brasileira características comuns a todas as sociedades modernas, Sorj, (2000) denomina esse processo social de “individuação.”⁵⁹ No entanto, como adverte o autor, a bibliografia sobre o tema tem repetidamente dado pouca importância sobre o papel que a sociedade nacional continua a desempenhar na orientação prática, cognitiva e afetiva dos indivíduos. Neste sentido, se a tradição deixa de ser um princípio de autoridade, não devemos esquecer que em seu lugar os sistemas nacionais passam a ser fundamentais para distinguir e identificar os sujeitos. (SORJ, 2000).

Para nós, apesar de reconhecê-la como uma das dimensões da sociabilidade dos brasileiros, ela tem muito de invenção político-midiática, composta por materiais ideológicos ufanistas as quais faltam bases reais para substituírem as identidades locais tradicionais fortes. A feição característica da modernidade no Brasil é o produto contraditório de “sobreposições” entre tradição e modernização. Neste sentido, as diversas regiões brasileiras caracterizam-se pela sobreposição das identidades regionais fortes (originárias do mundo rural tradicional) com a identidade nacional. A Modernidade/modernização, manifestada inicialmente no Sudoeste de país, tendo como centros irradiadores os pólos urbanos regionais, atingiu o mundo rural tradicional das diversas regiões com uma

⁵⁹ “Traços gerais apresentados na literatura contemporânea sobre o tema da individuação: desintegração das formas tradicionais de autoridade, incerteza, novas identidades coletivas organizadas fora do mundo do trabalho” (SORJ, 2000, p. 28).

intensidade não suficiente para transformá-los de forma significativa. Analisando a força da dominação das relações capitalistas, em muitas regiões do Brasil é bastante coerente perguntar sobre a influência do mundo rural tradicional sobre as cidades locais. Suponho que este seja o caso da região Sudoeste da Bahia.

D`Incao, (1992), percebe entre os espaços tradicionais do passado e os modernos tipos de sociabilidade distintos. Essa autora utiliza o conceito de sociabilidade como sendo um “modo de ser e de viver” em vigor na sociedade em um determinado período histórico. Trata especificamente de duas formas de sociabilidades relacionadas a dois tipos distintos de sociedade:

a sociabilidade ampla que pressupunha uma convivência com diferentes grupos sociais, uma relação ampla com as ruas e uma ausência de privacidade dos corpos e dos espaços e, a sociabilidade restrita, ou burguesa, a qual, por oposição, afasta os homens e as manifestações sociais da rua relegando os contatos sociais a contatos de classe social, instalando-se o cultivo da domesticidade e a privacidade dos espaços sociais, da mente e dos corpos” (D`INCAO, 1992, p. 95)

Ela cita como exemplos desta sociabilidade ampla as cidades do interior paulista na década de 1950 no qual as crianças brincavam nas ruas, praças, parques, bosques ou em grandes quintais cheios de árvores. As brincadeiras envolviam irmãos, parentes e pessoas de fora da casa e da família, não necessariamente da mesma faixa etária, mas que eram essencialmente vizinhos. Com isso a socialização das crianças e o cotidiano social das pessoas desenvolviam-se no convívio entre as diferentes classes. “Convivência diária, cotidiana, corpo a corpo, entre crianças ricas, de classe média e crianças pobres, brancas, pretas, pardas, mulatas e amarelas”, (D`INCAO, 1992, p. 97).

Para a autora, a sociedade brasileira parece ir na direção de segregar cada vez mais os diferentes estratos sociais e raciais. O processo de exclusão da rua como local de sociabilização elimina a convivência das diferentes classes sociais modificando a “maneira de ser das pessoas” e suas redes sociais, ocasionando ignorância e conseqüentemente medo do outro. Mesmo as cidades pequenas estão segregando cada vez mais a partir dos atributos de renda ou classe social. Este movimento é mais visível em cidades em expansão, nelas prédios de

apartamentos são considerados símbolo de progresso e o estilo de vida urbano é adotado mesmo antes da chegada da industrialização.

Esta segregação pode ser percebida em Vitória da Conquista, cidade em evidente expansão econômica e urbana. Esta acontecendo uma separação entre o lado nordeste, bairro candeias, e os demais, em especial do outro lado da BR 116. O lado nordeste esta se tornando o novo endereço dos ricos da cidade, os prédios de apartamentos estão em moda e estão sendo construídos freneticamente. A cidade vive basicamente do comércio e de serviços para uma população de dois milhões de habitantes do espaço rural do entorno. É cidade comercial e de serviços rodeada por um meio rural pouco modernizado.

Na sociabilidade ampla, ainda segundo D`Incao (1992), o filho do fazendeiro brincava com os filhos dos empregados, a camaradagem e a afeição eram características dessa sociabilidade, bem diferente dos contratos de trabalho capitalista que afastam os corpos entre classes sociais.⁶⁰ Nota-se assim que as classes sociais emergentes, centradas na família, vão assumir para si a tarefa de educação de suas crianças investindo na sociabilidade diferenciada: circulam em lugares pré-determinados pela sua classe, excluindo e sendo excluídos pelo resto da sociedade. A rua e a praça para eles não são mais espaços sociais cotidianos de estar, interagir e se recrear, transformaram-se quase que unicamente em espaços de passagem. No entanto, as pessoas de baixa renda ainda circulam pelas praças, ruas, rodoviárias e bares e os têm como locais de encontro. Por tudo isso é possível dizer que a sociabilidade restrita reduziu a rede de conhecimentos de vizinhança que eram importantes formas de convivência social e nas quais se trocava informações e se passava o tempo.

Os assentados reclamavam da violência da cidade onde moravam antes de vir para o sossego da roça. Diziam que são se podia mais ficar na rua ou de porta aberta à noite por causa da violência e no assentamento sentiam-se mais tranquilos e seguros. Isso para nós é um indício que nas cidades da região a

⁶⁰ Em uma entrevista realizada com uma filha de fazendeiros antigos, hoje uma senhora de 70 anos, falava da vida na fazenda, das brincadeiras com as crianças dos vaqueiros.

sociabilidade ampla era característica do cotidiano bem recentemente, mas esta foi sendo minada pela modernização e suas conseqüências.

Para a mesma autora, a televisão também teve um papel fundamental na modificação da sociabilidade, ela empobreceu as cidades de outras formas de diversão como reuniões e visitas domésticas. No assentamento, a luz elétrica ainda não havia chegado (nem a água encanada), as pessoas reclamam que sem luz é muito difícil viver, que elas não se tinham notícias do mundo de fora. Na cidade elas tinham televisão e agora por falta de luz não tinham mais, “assim que escurece o jeito é ir dormir”, (**Assentado 2**). Quer dizer que a vida urbana que obrigava a se retirar do espaço de convivência que era a rua, fechando as janelas para o convívio, também levou a adoção da televisão. Agora estão no assentamento sem televisão e com dificuldades de retomar as antigas formas de sociabilidade e convívio social.

Pelas considerações de D`Incao, (1992), adotamos o entendimento de que na sociedade rural tradicional brasileira as interações sociais eram do tipo “sociabilidade ampla”. Pois nela os “corpos” das diferentes classes sociais da comunidade “se misturavam” na vida local comunitária e este modo de vida ainda podia ser percebido nas pequenas cidades do interior paulista na década de 1950 e como toda certeza nas cidades do Sudoeste da Bahia. Os assentados são testemunhas deste passado em que nas cidades podia-se conversar nas calçadas e manter as janelas abertas e manter conversação com os transeuntes, que por certo eram moradores do bairro. A perda deste espaço de sociabilidade é um dos motivos elencados pelos assentados para que procurassem pelo retorno ao sossego da roça.

Compreendemos que a sociabilidade como sentimento de pertencimento e partilha, ainda pode ser amplamente encontrado nos ambientes regidos pelo modo de vida comunitário dos camponeses. E este tipo de espaço social que leva os assentados a retornar a terra, no entanto a reconstrução deste espaço inscrito na memória é uma tarefa mais difícil do que o simples retornar, porque as pessoas quando retornam elas não são mais as mesmas, elas retornam cheias de novas experiências. E também o tempo não é mais o mesmo, assim nos assentamentos

precisam aliar memória, experiência no presente pensando no seu futuro na condição camponesa.

As formas de sociabilidade moderna, que basicamente podem ser definidas pelas “relações por interesses ou fins”, (WEBER, 2000), induzem as “**interações sociais secundárias**” nas quais a mediação entre os indivíduos que buscam seus interesses é feita por organizações sociais. Este tipo de sociabilidade é característica das sociedades que separam a vida social em “esferas” restritas, acessadas temporariamente pelos sujeitos. Para Domingues, (2001), nestas sociedades o compartilhamento de sentimentos de pertença está cada vez mais circunscrito a pequenos grupos e relacionado, cada vez mais, a “atitudes” do que a sentimentos de compartilhamento e de pertença. É uma sociabilidade temporária e incompleta, ela é apenas uma parte da vida impossibilitada de ser totalidade, não permite que o sujeito se reconheça nela integralmente porque o grupo que a compartilha também só existe em função de satisfação de interesses parciais e efêmeros. As **sociabilidades primárias** que poderiam surgir do *habitus* comum de uma classe, nas sociedades modernas são impedidas pelo processo de individuação característico das sociedades urbanas.

Para Castel (1998, p.48), as sociabilidades primárias, entendidas como: “sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas”. Para ele estes tipos de sociabilidades são datados, próprias das sociedades camponesas. Já nas sociedades complexas as sociabilidades “secundárias” ou “formais”, “preenchem as lacunas abertas pela complexificação na sociabilidade primária”, (CASTEL, 1998, p.57). Funcionariam como uma ação protetora, preventiva e integradora, uma intervenção da sociedade sobre si, diferentemente das instituições que existem em nome das tradições e dos costumes.

Domingues, (2001) e Sorj, (2000), compartilham a definição de sociabilidade como sendo um “tipo de atitude manifesta pelos sujeitos uns em relação aos outros no curso das interações sociais”. (DOMINGUES, 2001 p. 21). Trata-se de atitudes no sentido genérico, tanto lúdicas, no sentido Simmeliano,

como não-lúdicas. Para eles, a sociabilidade também é um fenômeno que, diferentemente das proposições de Simmel, ultrapassa as relações entre os indivíduos de um mesmo mundo social para constituir-se como elemento de interação da sociedade nacional.

Para ambos, o mundo em que imperavam as formas tradicionais de autoridade foi desintegrado pela modernidade e nela os sujeitos necessitam da “reflexividade” para o enfrentamento das incertezas inerentes a modernidade. Nas sociedades modernas, segundo esses autores, existem sociabilidades diversas que só genericamente podem ser abordadas como um tipo comum. Assim, apesar de ainda considerarem os espaços rurais como espaços formadores de sociabilidades, entendem que na atualidade são os espaços urbanos os locais privilegiados para o estudo da sociabilidade. No entanto, para nós, conforme salientamos em outros momentos, no que concerne a ruralidade contemporânea não devemos supervalorizar os influxos modernizantes e atentar mais para a capacidade de resistência e resignificação destes espaços.

Para Sorj (2000) os indivíduos podem interagir socialmente de forma ativa e criadora com base na sua capacidade de “mapeamento cognitivo afetivo” do conjunto da sociedade. No entanto, esta capacidade é condicionada, por um lado, pela posição que ele ocupa no sistema social, ou seja, pelo *habitus* e por outro, por um mundo comum de valores, códigos e conhecimentos compartilhados com toda a sociedade, que constitui a forma de sociabilidade de uma nação, sistema ou subsistema social. Nesta direção, para Sorj (2000), as principais características da sociabilidade brasileira, desenvolvida no processo de longa duração pela influência de instituições como o patrimonialismo, o Estado racionalizador, o capitalismo e a desigualdade social, são a fragilidade dos componentes cívicos, a religiosidade, o racismo, o autoritarismo, a desigualdade não hierárquica, a violência e, acima de tudo, ludicidade. No entanto, isto não significa homogeneização em termos de classes ou espaciais, porque as “formas compartilhadas de sociabilidade são mecanismos necessários, inclusive para reproduzir as diferenças sociais.” (SORJ, 2000, p.29)

Concordamos com o autor de que exista uma forma de sociabilidade nacional confeccionada com os elementos fundamentais que organizavam as sociedades tradicionais rurais - alçadas a ideologia dominante no período histórico da unificação nacional – e elementos provindos da modernidade. Mas salientamos que as antigas sociabilidades específicas regionais ainda conduzem fortemente as interações sociais em seus espaços. E, quanto mais ampla territorial e culturalmente a nação, tanto mais a sociabilidade nacional é expressão de dominação hegemônica, algo próximo daquilo que na acepção marxiana é denominado de ideologia. Assim, compreendemos que nas sociedades modernas, a coesão social somente são possíveis pela “hegemonia” (GRAMSCI, 1968)⁶¹ de uma forma de sociabilidade provinda do modo de vida e de produção dominante, tornada a forma de sociabilidade nacional.⁶²

A distinção entre sociabilidades “primárias” e “secundárias”, (PEIXOTO, (2000) correlacionada à distinção sociabilidades “informais” e “formais”, proposta por Bidart, (1988), ajuda a resolver alguns problemas decorrentes da diversidade conceitual sobre o tema. Assim, podemos propor que nas sociedades modernas as relações sociais “primárias” ou “informais”, nas quais é possível estabelecer a “sociabilidade pura”, na acepção de Simmel, (2006), estão cada vez mais “restritas” (D’INCAO, 1992) às relações entre pessoas da mesma classe social.

No Brasil, dado a imensidão de seu território e fatores como o tipo de ocupação econômica, a origem cultural dos colonizadores/imigrantes, as características ambientais, entre outros, possibilitaram que se desenvolvessem uma diversidade de regiões, com características e formas de sociabilidade próprios como gaúchos, sertanejos, caipiras, caiçaras e outros. Esses diferentes tipos de tipos culturais mantiveram-se relativamente preservados enquanto o país ainda era um “arquipélago”, mas aos poucos esses espaços foram sendo

⁶¹ Hegemonia é a resultante da luta entre as classes que se desenrola na “sociedade civil”, a hegemonia é uma situação de domínio temporário de uma classe sobre as demais.

⁶² A luta por hegemonia entre classes também é acompanhada pela luta por hegemonia intra-classe. Dessa forma, como o Estado não é um bloco homogêneo de interesses convergentes, ele torna-se foco das lutas intra e inter classes, cristalizando-as em suas estruturas. Por conseguinte, apesar de existir o Estado uma diretriz de poder hegemônica que garanta a manutenção do modo de produção dominante, ele condensa os mais variados interesses de classes da sociedade ampla. No Estado brasileiro a disputa por posições e estruturas podem ser claramente percebidas no que concerne as atuações de instituições como o INCRA, MDA, Ministério da Agricultura.

integrados na economia de mercado e suas formas de sociabilidade específicas começaram ser confrontadas por outra mentalidade de alcance nacional, comandada pelos objetivos da modernização das atividades produtivas.

Esses modelos de sociabilidade ainda se conservam em maior ou menor medida, dependendo da intensidade da inserção regional ao mercado capitalista. Por outro lado, os grandes pólos urbanos regionais são espaços em que os valores modernos foram se desenvolvendo a partir do contexto da cultura regional antiga. Neste sentido, as metrópoles são espaços que promovem um “modo de vida” característico comum a todas as metrópoles, mas cada uma delas é um resultado específico da interação entre o local e o universal.

Retomando D`incao, (1992) que define a forma de sociabilidades praticada no passado como “ampla” e “restrita” a vinculada a sociedade moderna e urbana, concebemos que estas formas hegemônicas costuram a convivência entre as diferentes classes de uma formação social. Na formação social Brasileira anterior, caracterizada pela dependência e submissão da maioria ao poder dos patrões donos das terras - que deixou traços profundos na formação social atual - as classes sociais conviviam, já que “os corpos se misturavam”. Entretanto, essa aproximação não eliminava a hierarquia social, pois cada qual sabia exatamente sua posição. As classes conviviam, compartilhavam um espaço comum, mas os indivíduos de uma mesma classe social tinham seu próprio modelo de interação social baseado em seu *habitus*, mas no conjunto, dominados pela influência conformadora do padrão hegemônico da classe dominante.

Reconhecemos que esse modelo de sociabilidade anterior influenciou profundamente a conformação da sociabilidade nacional atual. Mas também entendemos que ele ainda sobrevive e ainda condiciona efetivamente as relações sociais em muitos espaços brasileiros, com mais ou menos força, a depender da inserção desses espaços na sociedade nacional moderna, diga-se mercado. Acreditamos que esse seja o caso dos espaços rurais camponeses, porque neles encontramos aquelas formas de sociabilidade fundadas no pertencimento local e no interconhecimento, predominantemente formas de sociabilidade “primárias” ou

“informais”. Isso porque, nestes locais a sociabilidade tem como conteúdo o “sentimento” de prazer de participar de um grupo como afirma Simmel (1992).

Mota, (2005), ao estudar a relação entre a sociabilidade e o trabalho em espaços de agricultura moderna de produção de frutas no Nordeste, percebe que a sociabilidade dos trabalhadores, formada nas grandes propriedades pecuaristas e rizicultoras tradicionais, “passa a ser uma qualidade apreciada nesses novos contextos produtivos. (...) funciona como garantia para o emprego e também para uma revalorização dos espaços rurais” (MOTA, 2005, p.11).

Para a autora o desenraizamento dos sujeitos do seu mundo social enfraqueceu os laços com a terra, mas não extinguiu as relações sociais que constituem suas formas de sociabilidade. Muitos dos elementos da sociabilidade camponesa são valorizados pelos empresários pela utilidade que tem no controle social dos trabalhadores. Assim, autora conclui que:

A sociabilidade tem influenciado sobremaneira nos processos de trabalho, seja pela utilização da experiência e das relações pré-estabelecidas entre os trabalhadores que têm contribuído para o controle da força de trabalho, seja para dotar os ambientes de trabalho de uma descontração, no sentido de que o importante é a satisfação decorrente do sentimento de interação, (p.28).

A autora percebe as manifestações de sociabilidade na observação de “que convive com quem”⁶³ e aborda a sociabilidade como “uma condição de *interação social*”, que só pode ser separada da vida real para fins analíticos.

Isto não quer dizer que todos convivem entre si com a mesma intensidade, ainda mais se considero que a sociabilidade no trabalho é **compulsória**, enquanto que nos lugares de residência e de lazer é **eletiva**, (p.61).⁶⁴

Na análise da sociabilidade Mota, (2005), agrega à concepção simmeliana de sociabilidade, fundada no prazer que a socialização proporciona (jogos, brincadeiras, divertimentos), elementos das relações cotidianas concretas dos indivíduos em grupo que revelam seu conteúdo (interesses) como conversas

⁶³ Conforme propõe Baechler, (1995), Apud, MOTA, (2005).

⁶⁴ Grifos nossos.

sobre o trabalho e procura por vagas. O conceito de sociabilidade adotado pela autora é o empregado por Peixoto, (2000, p.48, APUD, MOTA, 2005), ou seja, “conjunto de relações sociais tecidas pelos indivíduos e as formas como estas são estabelecidas”, por considerá-lo como um conceito amplo que pode ser aplicado a qualquer situação.

Vimos que para Simmel a sociabilidade é algo que se estabelece entre os indivíduos que compartilham uma comunidade e se expressa por **formas** lúdicas, isentas de **conteúdos** e interesses, e que na sociedade em que impera o dinheiro e o interesse a sociabilidade praticamente inexistente. Para nós tal definição pode ser útil como “tipo ideal” para nosso estudo, já que os assentados, situa-se em um espaço “intermediário” caracterizado pelas sobreposições de elementos tradicionais e modernos.

Propomos que, a partir do conjunto teórico até aqui apresentado, o conceito de sociabilidade de Simmel pode ser atribuído idealmente a sociabilidade da comunidade camponesa que, segundo Wanderley, (1997), possui uma sociabilidade “específica” baseada no interconhecimento, isto é, no sentimento de pertencimento a localidade, fundado nos relacionamentos de amizade, de compartilhamento do trabalho agrícola, na participação na vida local como festas, cultos religiosos e outros.

2.4 Formas de sociabilidade em desenvolvimento no Assentamento Pátria Livre.

Bergamasco e Norder, (1996) definem assentamentos rurais como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais com o objetivo de ordenar o uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais.

No processo de implantação de assentamentos um fenômeno importante e recorrente percebido por diversos pesquisadores é a oposição e recusa dos assentados das formas de organização propostas pelas lideranças do MST.

Brenneisein, (2004) estuda um caso desses em um assentamento do Estado do Paraná e relata que os assentados se rebelaram contra a instalação de uma Cooperativa de Produção Agrícola (CPA) e de uma Agrovila como proposto pelas lideranças do MST.⁶⁵ Esse grupo, enfrentou a Direção do Movimento e adotou os lotes familiares autônomos. Para a autora, essa foi uma resposta induzida pelas “reminiscências identitárias camponesas” do grupo, levando-os a reproduzir o modo de utilização da terra e da organização da vida que alia trabalho e moradia. Ruschel, (2001), em pesquisa realizada em assentamentos rurais no município de Fraiburgo/SC, percebe esta mesma recusa em adotar as tipologias organizacionais orientadas pelo MST.⁶⁶

Este mesmo fenômeno, reencontrado no Assentamento Pátria Livre, Semi-Árido Baiano, dez anos depois, (como descrito na primeira parte da tese), nos levou-nos a querer compreender as motivações desta recusa. Neste sentido, julgamos que o estudo da “Sociabilidade” nos daria respostas para essa questão.

Vários estudos mostram que nos assentamentos de reforma agrária os assentados pretendem reproduzir sua cultura e suas identidades locais: Moraes, (2003), ao estudar um assentamento no Estado de São Paulo percebe a existência de uma rede de parentesco de família extensa e simbólica, lealdades comunitárias e solidariedades antigas baseadas em deveres de reciprocidade e de troca de favores entre os assentados; Wanderley (2004) e Sigaud, (2005, p.6), encontram nos assentamentos da Zona da Mata de Pernambuco, a reprodução do “sistema de moradia” - característico nas relações de trabalho do campesinato regional - nas motivações dos acampados e assentados. Já Quinteiro, (2003) percebe que para os camponeses de um assentamento em Goiás a terra significa, antes de tudo, viver no lugar onde se trabalha. Assim, os camponeses que buscam a terra buscam sempre, além de aproveitar a oportunidade de ter na terra um meio de sobrevivência, reproduzir práticas sociais a que estão familiarizados.

⁶⁵ A partir de 1990 o MST começa a organizar o seu Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), com a orientação de tornar seus assentamentos produtivos e mostrar para a sociedade a viabilidade da Reforma Agrária. (CONCRAB,1998).

⁶⁶ Deveremos ressaltar que também existem experiências de cooperação e coletivização do MST bem sucedidas, mesmo enfrentando todas as dificuldades resultantes da inadequação cultural camponesa e da desigual e desprotegida forma de inserção da produção familiar na economia de mercado.

Para Mota, (2005), a agricultura familiar atribui um valor ao trabalho que se articula com a valorização das demais esferas da vida cotidiana: vida privada, lazer e descanso, atividade social, intercâmbio e práticas religiosas são partes orgânicas da vida cotidiana. Trata-se de uma “relação específica com a natureza baseada na observação dos fenômenos naturais, respeito à hierarquia, disciplina familiar e maior adaptação ao trabalho a céu aberto,” (MOTA, 2005, p.55).

Pelo exposto, entendemos que as formas de cooperação sugeridas pelo MST são estranhas ao *habitus* camponês e, com dificuldade serão aceitas. Por outro lado, adaptam-se ao mercado e não recusam modernizar suas técnicas produtivas, porque, mesmo que esta inserção diminua sua autonomia, não a nega. A cooperação no trabalho, entendida como uma divisão não familiar do trabalho, quando imposta gera conflitos e aceitação geralmente compulsória.

O assentamento é um processo de (re)construção de um espaço de vida, no qual interagem condicionamentos, representações e sentidos, expressos pelos atores sociais e pelas forças sociais desta interação. Com base nas formulações teóricas sobre a “sociabilidade” tecidas até aqui, propomos que, para analisar esse fenômeno no Assentamento Pátria Livre, devemos levar em conta a interação dos seguintes conjuntos de forças sociais e percepções de mundo: O modo de vida tradicional rural; As novas formas de relações sociais induzidas pela modernização; O *habitus* camponês regional, que contém elementos dos dois primeiros e, por fim; A consciência social e política formada na luta pela terra no MST.

Percebemos as características abaixo nas formas de sociabilidade em desenvolvimento no Assentamento Pátria Livre:

2.4.1. Assentamentos: os espaços daqueles que se (re)conhecem.

Fenômeno característico importantes nos assentamentos, percebidos por Souza, (2008), na região Sudoeste da Bahia, o que Loera, (OP CIT.), denomina de

“espirais de ocupações”, é o da utilização das redes de interconhecimento para acessar a terra.

Praticamente todos os assentados do “Pátria Livre” chegaram aos “Sem Terra” por indicação de amigos ou parentes. São relações construídas durante uma vida inteira de compartilhamento de condições de vida e espaços sociais. No Assentamento essa mesma rede continua ativa, influenciando a conformação social desse espaço de vida.

Nestas redes circulam informações e conhecimentos úteis para a reprodução do grupo social. Nelas as experiências são compartilhadas, costumes são reproduzidos, mas também novas práticas são adotadas e, com isso, vão incrementando e modificando suas concepções e visões de mundo.

Eu trabalhava de vigia e um colega meu era do MST e me convidou para pegar um pedaço de terã. Eu fiquei em dúvida, mas fui e já fazem 8 anos. Antes eu achava que o movimento era coisa ruim, invadir e pegar a terra dos outros não era direito. Hoje, não acho mais, já acostumei. Eu tenho amigos e conhecidos no Mocambo e no Cedro, (assentamentos da região) (**Assentado n.1**).

Como a terra é um bem que tem o objetivo da reprodução familiar, ceder um pedaço de terra para um parente ou familiar plantar uma roça é uma prática recorrente entre os membros de sua rede social. Percebemos isso claramente entre os camponeses assentados da região.

Conheci o MST através da minha irmã que é assentada em Lagoa das Flores (Assentamento Paixão). Eu ia lá plantar uma roça e acabei conhecendo. No principio eu não queria ir para o MST porque eu via na televisão os conflitos, (**Assentado 2**).

A família do assentado abaixo, mesmo provindo das mesmas condições de vida, não conseguiu reelaborar sua moral camponesa e não concorda com a atitude de um membro da sua família participar do “roubo de terras” e por isto quer que ele saia do MST. Este foi a uma reunião realizada pela “Frente de Massas” do MST, mas seu sogro, **Assentado 2** acima, já tinha uma irmã assentada no Assentamento Paixão, no distrito de Lagoa das Flores, onde acamparam provisoriamente no lote da liderança regional (“Acampamento Zé Rainha”) até ocuparem a área do atual Pátria Livre.

Conheci os Sem Terra através de uma reunião que teve no bairro em que eu morava. Eles disseram que ia ter um acampamento na Lagoa das Flores, aí como eu trabalhava na rua eu disse que ia ser difícil ficar direto lá. Mas aí eles disseram que se eu ficasse alguns dias por semana tava tudo bem, aí acampeí junto com meu sogro. Minha família não gosta do movimento e pedem para eu sair, **(Assentado 3, genro do Assentado 2)**.

No depoimento abaixo uma demonstração clara da importância da troca de informações em rede do interconhecimento:

Eu conheci o movimento através de uma amiga de minha mulher. Esta amiga trabalhava na casa de uma mulher que tinha uma filha que era militante do Movimento. Aí ela perguntou para minha esposa se eu gostava de roça, ela falou que eu vivia falando dentro de casa que eu ainda ia voltar para a roça, que eu gostava muito de roça. Aí eu fui para a secretaria (do MST) e pela presença desta menina e da secretaria eu fui para o acampamento em Anagé. Não tenho parentes no assentamento, mas tenho muitos conhecidos de há trinta anos atrás. Eu vim para cá com dois anos de acampamento em Anagé,” **(Assentado 4)**.

O “sofrimento debaixo da lona preta” é uma vivência que legitima e os faz merecedores da terra pela qual lutam, como percebeu Sigaud, (2005) e como pode ser denotado no depoimento abaixo e em muitos outros em que eles expressam a dureza da vida na luta pela terra, afirmando que eles estão agüentando essas atribulações porque querem muito a terra:

Eu tava trabalhando num sítio na Barra do Choça, aí minha sogra disse que tinha uns sem-terra que tinham invadido uma fazenda e que o governo ia dar a terra, só que tem que ir lá e ficar debaixo de um barraquinho de lona, para receber um pedacinho de terra. **(Assentado 5)**.

Este foi o período da Medida Provisória do governo FHC que impedia a vistoria em áreas ocupadas, problema que foi resolvido pela acolhida oferecida pelos “Sem Terras” já assentados, um grupo foi acolhido pelo Assentamento Paixão, como vimos acima e o outro pelo “Assentamento Mocambo” no município de Barra do Choça :

Depois de duas ocupações com despejos a gente fez um acampamento dentro de um assentamento e a gente ia poder ficar muito tempo, tenho uma irmã que mora neste assentamento. E depois de uns seis meses surgiu uma área, que o fazendeiro tava vendendo mesmo e chamou nós para vir, que é onde nos tamos hoje. **(Assentado 5)**.

Os assentamentos são espaços de acolhimento coletivo, de acampamentos provisórios, estratégicos e induzidos pelo Movimento. Assim como também são espaços de guarida para os amigos, parentes e familiares que são agregados por eles de forma “eletiva”. Nesse caso, vivem e trabalham na terra do anfitrião até surgir uma oportunidade de obterem suas próprias terras.

Ao voltar de São Paulo o filho da **assentada 6** foi morar no assentamento com sua mãe, todos os seus irmãos e irmãs moram naquela cidade. “Também tenho o sonho da minha própria moradia e da minha terrinha para tirar o sustento, todo mundo sonha com isso”. A terra é o lugar em que a família sonha em se reencontrar. O desejo de sua mãe, (**Assentada 6**), é o de que todos os filhos que “o mundo espalhou” retornem para morar com ela na roça, “como era antes.”

Minha família são seis pessoas, filhas netas, com uma filha em São Paulo ficam sete. O enteado tem mais seis irmãos em São Paulo, mais dia, menos dia, estão voltando para cá. (**Marido da Assentada 6**).

Ficou evidente que grande parte dos assentados manifesta o desejo de acolher a parentela no seu lote. E essa prática seria impedida caso fosse adotado o “coletivo” e esse foi um dos motivos pela não aceitação da CPA. Mas essa proibição inicial continuou em vigor mesmo depois da implementação do “semi coletivo” e das “Unidades de Produção Familiar”. Segundo os assentados “por enquanto” o MST não estava permitindo a construção de outras casas e a agregação de parentes nos lotes.

Se pudesse fazer uma casa de adobe, (tijolos de barro secos ao sol) eu ia fazer uma pra mim, eu não sei se já pode, eu não sei se podemos fazer casas, eu e meus irmãos. Vamo esperar baixar a poeira (**Filho da Assentada 6**).

Tenho uma irmã mais velha que vem me visitar e me ajuda na roça. Ela um dia queria ter uma casinha onde pudesse criar umas galinhas e ter umas roças, aí eu ofereci que ela poderia fazer uma casinha no meu lote, ela é separada do marido que está lá no Assentamento Cordeiro. (**Assentado 4**).

As famílias dos assentamentos mais antigos da região, estudados por Souza, (2008), como vimos, agregam a parentela aos seus lotes. Visualizamos

que no curto prazo, quando a “poeira baixar”, os assentados irão vencer a resistência e seguir reproduzindo seu *habitus*, acolhendo e cuidando da família conforme podemos ver na foto abaixo.



2.4.2 “Roça de mantimentos”: planos e desejos camponeses.

“Olha, a terra é o sonho de todo mundo que entra para esta luta”.
(Assentado 12).

Como vimos anteriormente no tópico 1.1, após um período de tentativas de adaptação ao novo tipo de organização social proposta pelas lideranças locais do MST, os assentados do Pátria Livre começaram a se contrapor a este intento e aos poucos, da sua maneira, mobilizarem-se pelo tipo de vida que desejavam.

Relataram-nos que nas conversas nos barracos, com muito cuidado, porque segundo eles, “a informação aqui corre muito”, começaram a perceber que a maioria estava descontente com o “coletivo”, mas que “nas reuniões o povo não fala, só ficam reclamando ai pelo mato”.

Quando o descontentamento começou a ficar evidente, alguns assentados começaram a verbalizar o que a maioria pensava e sentia. Com o conflito claramente instalado e após um período de desgastes da coesão do grupo, as lideranças decidiram recuar, reconhecer sua “cultura do meu, meu pedacinho de terra, minha vaquinha, minhas galinhas”, como expressou uma das lideranças. Encontraram uma solução meio termo, o “semi coletivo”, desta forma o assentado poderia ter um lote para morar e trabalhar com a família e outra parte da terra permaneceria para o trabalho coletivo. Interpretamos este episódio como uma manifestação do *habitus* camponês resignificado e adaptado aos novos contextos sociais rurais.

Olha, eu posso te dizer que aqui nesse assentamento todo mundo ficou feliz com os lotes, isso é muito bom, isso é que deixa feliz, agora o passo que nós vamos dar, agora nos vamos começar plantar a pimenta, um cultivo nosso, eu vejo que está todo mundo animado or causa do plantio da pimenta. **(Assentada 11)**.

Pra quem não tinha nada, posso dizer que estou no céu, a vida debaixo de lona não é fácil, mas eu não saio dos sem terra, eu gosto da roça, gosto da fatura da roça e eu vou cuidar da minha. Ta faltando a casa (era em 2008) para nós ir todo mundo para lá, fazer minhas rocinhas. Na cooperação não dá certo, cada um tem que ter seu lote. **(Assentado 10)**.

Vimos que o “coletivo” era rejeitado pelos assentados porque na sua percepção camponesa essa forma de divisão social do trabalho e de seus frutos não era justa. Em seu *habitus*, os membros da família dão de si para o conjunto conforme suas capacidades individuais. O fundamental nesse modo de perceber o mundo é estar presente, não fazer “corpo mole” e se aproveitar do trabalho alheio. O trabalho tem um sentido de promover o bem estar da família e a inserção dos membros no grupo como aponta Bourdieu, (1979).

Então eu não vou criar gado, a gente passa sem o gado, mas não passa sem mantimentos. Em vez de criar gado vou plantar café, vou plantar mantimentos e frutas. Se eu comprar umas vaquinhas eu solto no coletivo, a terra coletiva ficou muita, não tinha necessidade de ficar tanta terra coletiva e nós ficar apertado,⁶⁷ mas fazer o que né? Nós ainda levanta as mão para o céu e agradece a Deus, porque este pedacinho de terra vai dar de a gente acabar de criar os filhos sossegado, porque, como diz o ditado: mais vale o pouco com Deus do que o muito sem Deus. **(Assentado 4).**

Percebe-se que a preocupação fundamental é garantir a produção dos “mantimentos” para a família. Nessa lógica, o café e pimenta serão destinados *essencialmente* para o mercado, separando-se a parte necessária para o consumo da família. De forma inversa, a criação de animais e o plantio das demais culturas destinam-se essencialmente para o consumo, com a venda eventual do excedente.

Agora ficou melhor, trabalhando no que é da gente é outra coisa. Agora a gente pode criar as coisa da gente solto. Pode criar os filhos sem ficar no bolo. (como no acampamento em que eles ficaram mais de cinco anos). A gente pode dar uma educação melhor as crianças, fora dos outros. **(Assentado 4)**

“Criar os filhos fora dos outros”, “sem ficar no bolo”, é mais uma demonstração do desejo de afirmação da autonomia familiar, do controle sobre a educação dos filhos. Fundamental também para eles é poder ter e criar seus próprios animais, “soltos”. Prática que era inviável no coletivo.

Estou satisfeito. Tenho minhas vaquinhas aí, eram três, mas uma morreu, a cobra matou, era cascavel. Tenho minha rocinha de mandioca acolá, agora saiu estes lotes aí e agora é bola pra frente. São 80m de frente com 600m de fundo, muito capim, no meu mesmo tem um capim muito bom. Quero plantar mandioca, cana para fazer ração pro gado, plantar bananeira, também fruta né, umas vaquinhas e tá bom. A luta aqui é boa moço, quando a gente trabalha para gente rica não tem hora para levantar, chova ou faça sol, meia noite. Aqui não, quem manda é nós mesmo. Eu graças a Deus tô muito satisfeito, os filhos vem visitar, os neto vem. **(Pai da assentada 7).**

Talvez para a maioria deles seja a primeira vez que podem plantar frutíferas, pois sabemos que no sistema de moradia as culturas perenes eram

⁶⁷ Cada “unidade de produção Familiar” contem cinco ha de terra

proibidas. Em um dos nossos depoimentos, no capítulo das histórias de vida acima, um dos entrevistados testemunha a proibição do desse plantio.

Gosto muito da roça e vim parar aqui nos Sem Terra para adquirir uma roça e quando eu não agüentar mais, eu jogo os netos, aí os netos vão trabalhar para me dar o pão de cada dia. São 28 netos e bisneto já vai para 30, na cidade mora um bocado, na Vereda (povoado rural de Vitória da Conquista), mora um bocado. Graças a Deus estou gostando muito daqui, estou me dando muito bem, não quero sair nunca daqui, só no caixão. Com fé em Deus, nos vamos lutá **em meu lote**, porque **quem é assentada é a menina minha**, até o dia que eu não agüentar, **vou logo trabalhar no que é meu, no dela**. Amanhã ou depois, quando eu passá, ela vai dizer: **a mãe deixou uma terrinha para nos trabalha, que é só nosso. (Marido da assentada 7).**

As duas últimas falas acima são de um casal de idosos, cuja filha é titular do lote, no entanto a terra é da família, quem organiza a vida familiar é ele o “pai-avô”. A terra é mais que propriedade é a roça que lhes possibilita a vida, a roça é da filha, dela e dos netos e bisnetos, enfim, da família. O que esta senhora vai deixar para a filha e para os netos é o trabalho incorporado na terra, terra “amansada” e produtiva, com pasto e arvores frutífera. Assim interpretamos que quando ela fala minha ela quer dizer, nossa - da família, mas quando ela corrige e diz “dela”, “da menina minha”, sua filha, ela se preocupa com os aspectos legais que regem o acesso a terra, porque o lote está no nome da filha. Há os que dizem: “Lá no lote eu quero plantar um feijãozinho e a pimenta, na Barra tem um camarada que compra pimenta quantos quilos tiver”. **(Assentado 3)**. “Lá nos vamos plantar milho, feijão, mandioca e pimenta para comer, o que sobra vende para comprar açúcar e mantimento. **(Marido da assentada 6)**. “Eu quero plantar pimenta malagueta, onde eu adquiero as coisas que eu quero. Aqui é só plantar e pedir a Deus para mandar chuva”. **(Assentado 10)**.

Lá no meu lote quero plantar milho, feijão, capim para o gado. Tem água direto, é boa para gado, para lavar e cozinhar, para beber não dá, a água é salobra, se molhar hortaliças ela queima a planta. A gente depende do tempo, se chove dá bem, ficamos sempre esperando a chuva, no ano passado a seca queimou o feijão. É o café que dá dinheiro, eu quero plantar umas três mil mudas no meu lote. Plantar pimenta também é bom, dá ligeiro e dá dinheiro, tem mercado garantido. **(Assentado 1)**.

Um dos grandes problemas da produção é a falta de água e a incerteza da chuva. A seca faz parte da vida dos assentados, é perfeitamente previsível, pois há períodos de estiagem e outros de chuva, assim, basta saber escolher o período certo e o plantio adequado, de tal forma que o desenvolvimento da planta coincida exatamente com o período da chuva. Saber prever a chuva é um conhecimento fundamental para quem tem um pequeno período de umidade, sobretudo nesse momento, em que as mudanças climáticas têm tornado cada vez mais incertas as previsões do tempo.

O rapaz, veja só, plantou feijão que era para dar 30 sacos, mas não colheu três, o sol queimou a flor. Nós vamos plantar pimenta ela é mais resistente ao sol, e tem mercado, tem uma fábrica na Barra do Choça, eles disseram que o que plantar eles compram. **(Assentado 12)**.

O rapaz ao qual se refere é o assentado abaixo é um senhor com seus sessenta anos, dois filhos pequenos para sustentar. “Eu plantei meio saco de feijão, era para dar 30 sacos, mas o sol queimou e deu só um saco, mas eu tô feliz”. **(Assentado 10)**. Está feliz porque tem uma terra para morar, da terra sempre se consegue retirar para sobreviver. Quando perdem a produção vão precisar vender mais trabalho ao patronato local, mas ser contratado para trabalhar, nas condições de produção atual do assentamento, é um claro privilégio, apesar da exploração. No entanto só vão trabalhar quando o que a terra dá não é suficiente:

Lá no lote quero plantar aipim, pimenta, café, feijão, milho, cana, capim anapic, criar umas vaquinhas e galinha. Pra mim a terra é tudo, é pra trabalhar e não ter que trabalhar para os outros. O governo deveria facilitar a liberação dos recursos, estamos passando muita dificuldade. **(Assentado 16)**.

Gosto da roça, tenho minhas galinha, minhas mandiocas que já estão madura, planto meu feijão. Depois de fazer minha casa lá no lote, eu vou trabalhar no meu lote mesmo, o fazendeiro ta tirando o coró dos trabalhadores, ta pagando de 15 a 12 reais a diária. **(Assentado 10)**.

Outro assentado, também dois filhos pequenos, atribui as perdas de produção a Deus. Percebe a seca como uma prova de Deus a fé dos homens:

Este ano nas neblina (maio a agosto, quando cai uma chuva fina) todo mundo se perdeu, porque a maioria fez plantação de milho e feijão e não saiu nada. O primeiro ano que eu cheguei, nas neblina e nas águas, (das águas: meses de novembro a fevereiro, período em que chove regularmente), a gente teve mantimento, a gente ainda não precisou comprar um quilo de feijão. Inclusive eu guardei um saco de feijão para plantar, mas por enquanto eu tô plantando na panela, porque este ano não deu (para plantar na terra por causa da seca). Mas com tudo isso eu estou contente, mesmo o sol ter queimado o feijão este ano. Deus viu que nós não merecia esta colheita, porque ele viu que nos ainda tinha e ele resolveu ver que tipo de pessoas nós era, mas este ano ele vai dar. **(Assentado 4).**

Como suas técnicas produtivas são simples e adaptadas aos condicionamentos ambientais, seus recursos para investimento na produção são escassos, eles vivem no limite da sobrevivência, por isso, cada passo, cada decisão de lançar as sementes deve ser muito bem analisada, por vezes é melhor “plantar o feijão (guardado para semente) na panela”, como ensina o **Assentado 4**. Na foto abaixo temos uma roça camponesa cultivada com uso de técnicas rudimentares como a queimada e a destoca com enxada, nela as sementes serão plantadas “no pó” a espera de chuvas.



O período anual seco já é uma condição assimilada pela cultura camponesa local, afinal todo ano ela vem e depois chega a chuva. O problema é quando a chuva não vem ou quando demora muito, por isso, observar os sinais da natureza e descobrir se ela virá, e em quantidade suficiente para já ir plantando “no pó” é um conhecimento fundamental a estas populações.

Lá em Boa Nova que é o lugar de onde eu nasci, onde vivi, Boa Novas era terra de caatinga, e todo ano nos perdia uma coisa, era sempre assim, mas aqui já é zona da mata e chove mais, é bem melhor do que na minha terra.⁶⁸ **(Filho da Assentada 6).**

Eu acredito que tudo esta em torno da cultura, o nordestino tem uma resistência climática cultural, da mesma forma de quem vive na Sibéria, os seres vivos se adaptam ao clima. Nós os sertanejos já nascemos com esta resistência cultural, resistir a seca, ao sofrimento. Claro que é preciso criar alternativas para esta situação, criar condições de melhoramento desta convivência, porque, apesar desta resistência natural do sertanejo não é a toa a migração para o Sudeste do Brasil. A causa disto é a seca e a propaganda da industrialização.**(Liderança 1)**

Na época da neblina, em agosto, é mais certo plantar que na época das chuvas. Depois só planta em novembro e dezembro com as chuvas. Lá na caatinga a gente plantava na terra seca e sabia quando ia chover, a gente plantava nó pó. Tem muita gente aqui que ainda precisa aprender a trabalhar na terra, tudo depende de força de vontade. **(Assentado 3).**

Alguns talvez realmente tenham que reaprender a lidar com a terra, recuperar o conhecimento tradicional perdido ao longo da vida de trabalhador sem autonomia para planejar sua vida, realizando somente tarefas determinadas por outros.

Quando eu for para o lote, eu vou ter uma horta e vou criar galinha poedeira e vou vender ovos. A galinha tem que criar presa para não comer a plantação dos vizinhos. Também quero planta mil pés de café, mil pés de pimenta, duas tarefas de mandioca, quatro piquetes para as vacas. Também preciso plantar anapiê e cana para o gado. Quero fazer silagem para o gado. Têm gente que vai comprar vaca com o dinheiro da colheita de café, mas eu não vou comprar porque ainda tem erva venenosa que mata o gado. **Já tô sabendo** que o feijão e o milho devem ser plantados dentro da mandioca por causa da sombra. Agora o que eu vou plantar primeiro é a maniva e a pimenta. **(Assentada 8).**

⁶⁸ Esta região uma zona de transição entre a zona da mata e a caatinga, chove 900 mm ao ano.

Essa assentada, por exemplo, nasceu na região cacauzeira do litoral de onde saiu “mocinha” e veio para vitória da Conquista para trabalhar em todos os tipos de trabalho precário imagináveis: empregada doméstica, trabalhadora do café, vendedora de hortaliças na feira, catadora de lixo reciclável, catadora (...). Ela é um caso de quem precisa aprender a trabalhar na terra de forma autônoma e aprender seus segredos. Ela explicita isso no “já tô sabendo”, grifado acima. Uma conexão que é preciso fazer é que ela é uma dentre os dois assentados que eram favoráveis ao sistema coletivo. Com certeza no coletivo ela poderia trabalhar sem precisar urgentemente reaprender os conhecimentos camponeses sobre o trabalho na terra.

Como vimos os assentados aos poucos vão compartilhando os saberes relacionados a convivência com a falta d água, mas também anseiam por uma superação destas condições:

A água de beber vem de caminhão pipa, para o gado tem água bombeada do ribeirão que é meio salobra, antigamente todo mundo bebia, mas hoje ninguém quer mais não. **(Filho da Assentada 6)**.

Talvez as soluções sejam relativamente simples, dependendo mais de uma vontade política do que tecnológica:

Dentro das alternativas estão as barragens, captação de água da chuva com cisterna, mas acredito que estas iniciativas são muito tímidas para as necessidades do sertanejo. O Estado não tem interesse porque as oligarquias de todo país se beneficiam com a seca, a seca fornece mão de obra barata para todo o Brasil. **(Liderança 1)**.

Então percebemos que eles estão abertos para inovações que melhore a vida deles, contanto que respeite seu desejo de autonomia familiar. “Se pudéssemos irrigar seria a solução. **(Assentado 12)**. Eu gostaria de irrigar, com irrigação aqui tudo que plantar dá, abóbora, melancia, beterraba, alface”. **(Assentada 8)**. Na imagem seguinte temos um exemplo de busca de inovações produtivas como o plantio de hortaliças em forma de “mandala”.



Percebemos um grande desejo de viver sossegado na terra, cuidando da terra para que ela produza a subsistência da família:

A terra é mãe para nós, sem terra não se vive, temos que cuidar da terra que a gente mora. Meu lote é pequeno e quero plantar de tudo, o mais importante é plantar para a comida, o que sobra vende. O café eu quero plantar para vender, eu sonho com uma roça de café, mais para vender, mas também para tomar, quero comprar umas galinhas poedeiras. **(Assentada 6).**

Quando eu tiver no lote eu vou aproveitar bem a terra, fazer um pomar de fruta, plantar capim que eu já tenho 4 vacas, ai o capim vai ser bom. Ta todo mundo com influência da pimenta eu vou plantar também, vou plantar uma maniva, criar umas galinhas também, de tudo um pouco que é melhor. **(Assentado 2).**

No início de 2010, a plantação de pimenta malagueta, na qual haviam depositado grandes esperanças, estava inviabilizada. Segundo os assentados, “o sol montou em cima”. Para um técnico agrícola em “agroecologia”, que nos

acompanhou numa das idas a campo, o problema foi a falta de rotação de culturas; a repetição do plantio na mesma área propiciou o desenvolvimento de microorganismos, (fungos, bactérias, vírus), que atacaram as plantações. Essa foi a primeira cultura tentada por eles visando o mercado, foi uma grande decepção porque estavam muito animados com a promessa de compra de toda a produção por parte de uma indústria de Barra do Choça. Talvez tenha faltado orientação técnica, já que eles nunca haviam plantado pimenta em escala comercial, somente alguns pés nas hortas e pomares para o consumo próprio.

A produção mais importante e que menos demanda esforços e conhecimentos é a da mandioca, seguida do feijão e por último o milho, que é plantado para os festejos de São João. Quiabo, abóbora, melancia e hortaliças, por enquanto, têm sido destinadas para o consumo familiar. A cana de açúcar, o capim anapiê e a palma são cultivados para alimentação do gado no período da estiagem.

Salientamos que o assentamento está em processo de formação e os assentados, em suas “unidades de Produção Familiar”, estão em fase de adaptação e de experimentações. A tentativa de implementação da Cooperação, a resistência a essa e a indefinição sobre o tipo de organização que se seguiu, protelou o início da consolidação da vida dos assentados por quatro longos anos.

Em relação à comercialização dos produtos dos assentados da região, soubemos que o café, principal cultivo comercial, é vendido aos atravessadores. E os excedentes das demais culturas, de acordo com liderança local, no ano de 2007

os assentados da região vendem seus produtos na feira, eles mesmo comercializam, evitando o atravessador, as vezes as famílias se unem para uma pessoa só vender os produtos de várias. Precisamos criar uma produção permanente para viabilizar a Feira de Reforma Agrária. **(Liderança 3).**

Entretanto, no fim de 2008, a feira deixou de funcionar pelos motivos apontados abaixo:

Nós tínhamos Feiras da Reforma Agrária esporádicas como marketing e feiras permanentes aqui neste galpão, (na secretaria do MST, no centro da cidade). Funcionou 60 dias e depois faltou uma oferta regular de produtos e os fregueses foram abandonando. Isto por conta da falta de

água de chuva, então a produção esta relacionada pelo clima. Esta feira foi melhor em termos de preço, pelo marketing da reforma agrária e pela convivência dos assentados com a sociedade que apoiou a reforma agrária. A feira livre é um lugar de dialogo e de troca de informações que não existem no mercado, nela se discutia muito. **(Liderança 1)**.

Manter uma produção regular nas condições produtivas dos assentamentos é um desafio que necessita de muito planejamento, pesquisas e orientação técnica. Porém, nas condições adversas os assentados acabam apenas vendendo eventualmente seus excedentes.

Se vamos produzir para o mercado vamos vê né, isso nos vamos vê quando começa a fazer. No ano retrasado todo mundo desencantou, perdeu tudo. O feijão tava frio, o sol montou em cima e gente que plantou 30 quilo de feijão perdeu tudo. Este ano tá do mesmo jeito. O das águas do ano passado ainda teve, bati quase quatro sacos de feijão e deste feijão ainda tem. **(Pai da assentada 7)**.

Nós compramos tudo na cidade com o dinheiro da colheita do café, o feijão que nos plantamos queimou tudo, compra tudo na cidade. **(Marido da assentada 6)**.

Segundo a liderança abaixo os desafios para a reforma agrária e a agricultura familiar camponesa são vários: subsistência, produção de alimentos baratos e saudáveis sem pensar no lucro e assim fazer a propaganda da reforma agrária para ganhar o apoio da sociedade, falta de assistência técnica, recuperação dos conhecimentos do trabalho na terra perdidos:

Na área da produção nos temos um desafio muito grande porque o Movimento tem dois objetivos na produção: primeiro é as famílias tirar sua sustentação na integridade das suas necessidades básicas da sobrevivência, ou seja, ter uma mudança de vida para aquele que tava desempregado ou tava mendigando. Eles querem uma mudança de vida, ele vem pra terra em busca deste sonho. O segundo objetivo e ter um grau de produção que sobre para levar para a cidade, não no sentido mercadológico de ganhar dinheiro, mas de gerar alimentos baratos e saudáveis. O objetivo maior é dar resposta ao apoio da sociedade e também criar uma demanda na sociedade em termos de apoio para a reforma agrária. Queremos a defesa da reforma agrária oferecendo alimentos baratos. No entanto nos temos uma política agrária e agrícola que dificulta atingir estes objetivos. Exemplo: não há uma política de comercialização dos produtos da reforma agrária e da agricultura familiar, não há assistência técnica adequada, não há infra-estrutura, não tem uma preparação das pessoas para aglutinar pessoas em torno da industrialização e agregação de valor dos produtos da agricultura familiar. Isto é uma deficiência porque o povo que veio pra a reforma agrária não é

um povo preparado para isto, ele foi um assalariado que recebia ordens de segunda a sábado e acabou-se. Então falta este tipo de política. Eles mal conseguem produzir, por que a tecnologia de maior domínio dos camponeses, ou das pessoas que voltam para o campo é a mandioca, a farinha e outros derivados. Nos não dominamos ainda a piscicultura, a apicultura, uma serie de outras que não temos o domínio tecnológico, a tecnologia existe na universidade, mas esta a serviço do agronegócio, Então falta o apoio do Estado. **(Liderança 1).**

Muitos membros das famílias assentadas precisam reaprender ou aprender mesmo a cultivar a terra, principalmente jovens que nasceram nas cidades e apesar de trabalharem como empregados rurais, geralmente temporários, não têm os conhecimentos necessários para a policultura, autônoma de subsistência. Assim como alguns assentados que sempre foram trabalhadores diaristas e nunca puderam determinar e planejar o processo de trabalho como produtores agrícolas autônomos da subsistência familiar.

Eu posso até te dizer que existem jovens que não sabem trabalhar na roça, tem rapazinho novo, muito jovem que vem da cidade e não sabe trabalhar na roça, mas não sabe nada mesmo, tem muitos que sempre foram empregados. **(Assentada 8).**

Todo mundo sabe trabalhar na roça, mas com influência têm poucos, nem todos têm aquele carinho, aquele amor com a roça, fica chorando fraqueza, que tá passando necessidade, mas aqueles que pega as cinco da manhã até as 11 e da uma e até as cinco são poucos. A gente vê que a maioria não tem coragem. Mas todo mundo sabe trabalhar na roça. **(Assentado 4).**

Olha, se for ver mesmo, aqui mesmo dentro desse assentamento, não é vergonha não dizer que aqui no assentamento só tem uns quatro que sabem tirar leite, que se possa dizer que sabe o trabalho de tirar leite. Tem que saber mesmo. **(Assentado 1).**

Eu nunca peguei na enxada, prefiro mil vezes ir para cozinha, não gosto da roça porque tenho medo de cobra, roça não é comigo não, só estou aqui por causa da minha mãe, mas preferia morar com ela em Vitória da Conquista. **(Filha da assentada 8).**

O camponês sempre executou o que alguém mandou, quando ele entra na terra, ele não sabe planejar, ele não sabe calcular semente, mão de obra, o que ele consome, os nutrientes da terra, a água. É a produção super-natural, aleatória e sem nenhum planejamento porque ele não aprendeu, ele só executava o que alguém mandou. No sul temos uma outra formação cultural, a dos imigrantes europeus que sabem planejar a

produção, o nordestino sempre foi produtor dos outros. Quem são os camponeses hoje? Os índios e os negros, que estão nas favela e os camponeses assalariados. Isto é verdade porque entre os assentados sempre tem uns poucos que conseguem melhorar de vida administrando a produção. Os outros sempre foram trabalhadores, ganhavam seu salarinho no final de semana, faziam sua feira e na segunda feira volta a trabalhar para os outros.” **(Liderança 1)**.

A produção dos assentados, segundo o que o MST pretende, deve ser sustentável, orgânica, pautada nos princípios da agroecologia. “Querem receber o certificação de café orgânico, aí precisamos cuidar da higiene, do lixo que era jogado aí pelo cafezal. Nós só usamos adubo natural”. (Assentada 8 em agosto de 2007). “Lá na roça individual vai ter um técnico que vai auxiliar o povo a plantar”. **(Assentado 16)**.

O Movimento tenta implementar o que pode, como exemplo, a agricultura orgânica, não pela moda do ecologismo, mas pela própria sobrevivência dos povos e do planeta. O Movimento não tem um dogma político e produtivo, nos pegamos as experiências de todo mundo, dos movimentos do passado, do mundo inteiro, nos somos um movimento eclético, aberto, nos pegamos todas as experiências. Queremos garantir a sobrevivência e trocar as mercadorias sobrantes. Enfim, também cuidamos da produção de marketing através de rótulos. Nós não queremos produzir para a disputa de mercado, não queremos competir com o agronegócio, queremos fugir dos alimentos impostos pelo mercado, queremos oferecer alimentos de qualidade. **(Liderança 1)**.

Pela falta de recursos para investir os assentados praticam uma agricultura tradicional que, exceto as queimadas dos roçados, está bem próxima daquilo que se convencionou chamar de agricultura orientada por princípios da agroecologia, ou seja, baixa utilização de insumos externos e reaproveitamento dos recursos disponíveis como mão-de-obra familiar, plantio de culturas resistentes e adaptadas ao meio e o policultivo. O desafio está em introduzir tecnologias com base na agroecologia que sejam capazes de aumentar a produtividade e possibilitem melhorar as condições gerais de vida nestes espaços.

Em entrevista com um técnico agrícola do MST obtivemos a informação de que a certificação do café não foi cedida porque não dispunham dos oito mil reais necessários, esperavam o resultado de um convênio com o poder público para

obterem o recurso. A pesquisa realizada por esse técnico sobre as causas da queda consecutiva na produção do café desde 2005, ano da primeira colheita, revelou que faltou o manejo básico na plantação, ou seja, limpar, “coroar”, podar, adubar.⁶⁹

Os assentados relacionam-se entre si por relações de vizinhança, camaradagem e brincadeiras, fazer a “resenha” é uma das atividades preferidas, conversas na beira da estrada, onde o morador do lote e o transeunte trocam informações. “Graças a Deus tá tudo bem, todo mundo unido, grita um daqui e outro de lá, graças a Deus todo mundo se dá bem”. **(Pai da assentada 7).**

Assim, o trabalho na terra, a troca de informações, a camaradagem, as brincadeiras, a doação, troca ou empréstimo de “mantimentos”, as relações de vizinhança em formação são formas de sociabilidade que retiram seus conteúdos da memória camponesa, do *habitus*. No entanto, elas se desenvolvem no espaço “híbrido” da “Agrovila”.

2.4.3 Entre a “roça” e a “rua”: relações com o meio urbano e o rural circundante.

A relação com o meio urbano tanto de Barra do Choça quanto de Vitória da Conquista é de forte interdeendência. Expressamos “forte” porque, como mostram os estudos sobre o campesinato, a subordinação e dependência aos centros urbanos, em menor ou maior grau, é uma característica universal deste grupo social. No entanto, também é sabido que estes sempre tiveram uma condição de “relativa autonomia” econômica e cultural ao mundo urbano.

Mas, a modernização capitalista, ao atrelar a produção agropecuária ao sistema urbano industrial promove uma “reconfiguração” significativa nos espaços por ela atingidos. A principal mudança é a concentração de terras e em consequência o êxodo rural e a pluriatividade. Em alguns espaços rurais mais

⁶⁹ Os assentados abandonaram o trabalho coletivo por causa dos conflitos com as lideranças e, principalmente, para cuidar das suas “unidades de produção familiar”, ou como eles dizem: suas “roças”.

próximos do meio urbano constitui-se uma relação de complementaridade dependente bastante expressiva.

Na região do Planalto da Conquista, como foi apontado pelos estudos de Souza, (2008) e Conceição, (2006), em capítulo anterior, a cidade é um espaço de trabalho cada vez mais acessado pela população rural. Por outro lado, os trabalhadores do café também são recrutados nas cidades, nos bairros “populares” onde se fixaram os camponeses que migraram. Portanto, neste espaço modernizado de forma “conservadora”, existe grande mobilidade e intercâmbio de força de trabalho entre o rural e o urbano.

A cidade de Vitória da Conquista é uma “ilha urbana” num vasto meio rural, é um centro de comércio e serviços para o qual convergem em torno de dois milhões de pessoas da região. A nosso ver esse pólo urbano regional cresceu demograficamente de forma muito rápida, mas a economia (ainda baseada nos serviços) e a cultura continuam fortemente referenciadas no meio rural.

No caso do Assentamento Pátria Livre, a subsistência e a geração de renda permanece como um objetivo a ser alcançado pela superação das dificuldades produtivas objetivas - como as ambientais e a falta de recursos financeiros e também as subjetivas já que muitas famílias não detêm mais os conhecimentos tradicionais da agricultura camponesa tendo que aprender ou reaprender a trabalhar na terra.

Por outro lado, há necessidade de uma atualização dos conhecimentos tradicionais conservados porque, se as práticas tradicionais eram sustentáveis no passado, nas condições atuais de falta de área para fazer o “pousio” elas não são mais. O principal exemplo disso é a queimada, ainda largamente utilizada.

Trabalhar somente na terra e não ter que vender a força de trabalho para o patronato local, tanto urbano quanto rural. Este é o ideal perseguido pelo MST, e por isso pressiona os assentados a trabalharem exclusivamente com a terra que receberam.

Comecei no MST acampado em Itapetinga, lá era longe demais e eu não ia todo dia, aí eu ajeitei com o encarregado de lá que eu ia sábado e domingo. Depois eu vim para a Lagoa das Flores (acampamento dentro do assentamento) e fiquei um ano acampado, depois mais três anos

acampado aqui (período entre a ocupação da fazenda e a construção das casas). **É gostar de terra demais não é?** Este ano eu não estou dormindo aqui porque trabalho a noite. Eu optei por ficar aqui, nesta terra, primeiro porque era perto do meu trabalho na cidade e depois porque a terra é boa. Eu lutava muito com uma turma que dizia que eu tinha que vir dormir aqui e eu dizia: eu venho gente, mas por enquanto não dá por causa do meu trabalho, eu não posso parar de trabalhar por enquanto. **(Assentado 12).**⁷⁰

Eu, sabe, eu tenho uma casinha na cidade de Conquista e aí todas as noites eu volto para a cidade, eu fico lá, sempre levo alguma coisa para a família que fica um pouco lá, eu sempre levo as coisas do plantio, eu compro leite dos Assentados e aí já levo. **(Assentado 14).**⁷¹

Estes dois assentados possuem um vínculo mais forte com o meio urbano e tem melhores condições de vida do que os demais. O grifo da primeira fala para nós representa a busca de legitimidade, merecer um lote de terras porque gosta da terra.

Unanimidade entre eles é que a “a rua” (cidade) onde moravam antes de voltar pra a terra, já não é mais um lugar seguro onde se possa ter “casa”. Nos espaços urbanos atuais não é mais possível reproduzir a “**casa**” que segundo DaMatta, (1991) e Telles (1993) é para os brasileiros, especialmente os mais pobres, o espaço protegido, o lar onde cada pessoa é reconhecida e desfruta de um lugar de respeito na família, na “casa” se é pai, mãe, filho, tio, compadre, vizinho, amigo, primo, avó. Na rua (fora da casa) está o trabalho a tentação e o desconhecido, é o império do poder econômico em que são apenas mais um e onde não existem os privilégios do interconhecimento e da proteção da família.

Os espaços urbanos dessa região destinados aos pobres são verdadeiros acampamentos de pessoas formadas na sociabilidade tradicional, assim, vivendo em um ambiente urbano precário, continuam fundamentando suas relações sociais nos valores tradicionais. No início do processo do êxodo rural até se podia viver com a casa aberta e utilizar a rua como espaço de sociabilidade e convivência, como informam os assentados que nasceram e viveram na cidade de

⁷⁰ Este assentado trabalha na cidade como pintor de automóveis numa mecânica de carros, não pode mais pintar por problemas de saúde, hoje é vigia noturno, vem pouco ao assentamento, veio para a cidade quando ainda era criança, seu avô eram donos de estalagem para pouso de tropeiros.

⁷¹ O **Assentado 14** sempre trabalhou no comércio da cidade de Vitória da Conquista, seu tio tinha terra e ele ia visitá-lo e gostava muito da vida na roça. Sua esposa também é assentada num assentamento próximo. Entre 2007 e 2009 ele era um dos coordenadores de núcleo do assentamento.

Vitória da Conquista. Mas com o rápido crescimento populacional a partir da década de 1970 e sem a devida contrapartida na geração de empregos e na implementação de equipamentos sociais, esse meio continua profundamente degradado. Por isso, para as populações providas da sociabilidade comunitária, o retorno à terra, à “roça”, vem carregado do sentimento de reconstrução da “moradia”, do lugar de vida e de sossego familiar. E para aqueles que nasceram na cidade, a “roça” significa a tentativa de reconstrução da “casa” que um dia tiveram na cidade.

Na rua é um aperto, uma correria, a noite é dentro de casa por causa da violência. Na roça é bom, deu a noite, deita e vai dormir, não vê cachaça, não vê lambança, quem quiser pinga vai ter que sair do assentamento. Aqui a gente se dá bem com a vizinhança, tinha um que incomodava, mas foi mandado embora. **(Marido da assentada 6).**

Na cidade é muito difícil porque não tem trabalho. Para meus filhos que tem um pouco de estudo já é difícil(...). Na cidade tudo você depende do dinheiro, na roça você já tem uma batata, um aipim, feijão, uma galinha. **(Assentado 12).**

Eu procurei a roça por causa dos meus filhos para tirar eles da violência da rua. Aqui é melhor, a gente vive debaixo destas lonas tranqüilo, não vê nada, as pessoas enfrentam problemas dentro de casa na cidade. Aqui, se não tem uma coisa, eu pego uma galinha ou duas vendo e compro. Eu só vou para a cidade da Barra (Barra do Choça) para fazer a feira, ir no médico e para a casa da minha cunhada. Para Conquista eu vou pouco. **(Assentada 8).**

Olha moço, eu vou te dizer, que São Paulo é bom para ganhar dinheiro, mas é muito violenta, aqui é mais tranqüilo de se viver, eu gosto daqui. Agora eu vou trabalhar aqui com a minha mãe na roça e tocar em banda na cidade. Que nem tatu né, cavando e comendo, cavando e comendo. É isso aí. **(Filho da assentada 6).**

Veja só, olha, eu posso te dizer que eu sou uma pessoa que eu adoro viver na roça, na roça tem mais liberdade. Eu só preciso ir na cidade pouco, vou para a cidade da Barra uma vez por semana fazer a feira, na faixa passa ônibus direto⁷². **(Assentado 16).**

⁷² O acesso dos assentados ao meio urbano e ao mercado é relativamente fácil, como chove pouco, as de terra ficam conservadas. Os assentados precisam se locomover aproximadamente cinco KM até atingir a rodovia e a linha de ônibus.

Percebe-se também que algumas mães e pais não querem que seus filhos trabalhem na terra, estudem e busquem um “futuro melhor”. Naturalmente os pais, não querem que seus filhos tenham o mesmo destino deles: “Quero que meus filhos tenham um bom estudo que a gente não teve. Para os meus filhos, se trabalhar em outra coisa que não seja na roça ia ser bom”. **(Esposa do assentado 4)**.

Sou casado e tenho dois filhos, um com 18 anos outro com 16 anos, eles são muito acostumados com a cidade e não sabem se vem morar no assentamento, mas eles vão estudar. O menor gosta de roça, mas eu não vou empatar os meninos, eu vou deixar eles no estudo, porque quem tem estudo fica mais fácil arrumar um emprego, fazer um concurso público, eu tenho uma irmã que é funcionária pública. Meu irmão é despachante ele vem sempre aqui com seus filhos. **(Assentado 14)**

Para alguns jovens que nasceram na cidade, a vida no assentamento é difícil, principalmente pela falta de lazer:

Tem horas que gosto de morar aqui e outras não, aqui é muito parado. Gosto mais da cidade, eu nasci na cidade de Conquista, aqui fica difícil de sair, não tem lazer, só quando tem Curso, aí tem noite cultural. **(Filha da Assentada 8)**.

Aqui eu não tenho amigas. As brincadeiras daqui é brincar de boneca, não tem muita criança da minha idade. Eu queria que tivesse um colégio aqui mesmo, meus colegas da cidade não sabem que eu só dos sem terra. **(Filha da assentada 6, 12 anos)**.

A **Assentada 11** que durante muitos anos morou e trabalhou em São Paulo considera que a cidade de Vitória da Conquista está tão violenta quanto a primeira e, depois que o marido foi assaltado resolveram morar na “roça”. Eles são “magarefes”, (açougueiros) e possuem uma “barraca” na feira central de Vitória da Conquista há 30 anos.

Aqui é muito sossegado, lá na cidade era muita tensão, aqui todo mundo é amigo. Eu quero é sair do aluguel e vir para cá o mais rápido possível. Assim que a casa ficar pronta trago minhas coisas. A feira para mim vai ser só no fim de semana para tirar as despesas, (continuar trabalhando na feira só nos fins de semana), estou cansado de ter barraca na feira. O trabalho aqui é mais leve que na feira onde eu carregava mantas de carne de boi que pesavam mais de 50 kg. Aprendi a trabalhar na roça com meus tios que tinham terra em Itambé. **(Assentada 11)**.

Na cidade você saiu da porta e já está gastando dinheiro, você não pode sair de casa sem trancar a casa, tem muita violência, você é assaltado na rua e em casa, tem muita bandidagem. Eu tenho muito trabalho de pedreiro, trabalho toda semana com meus irmãos na cidade, só daqui não dá para tirar o sustento. Aqui falta sair as casas e ter recursos para plantar e tirar o sustento da terra. **(Assentado 3, genro de Assentado 2)**

Tenho 49 anos, nasci na Rua das Pedrinhas, (um dos bairros mais pobres de Vitória da Conquista), lá tem muito bandido, eu vou lá e volto logo. Sou casado tenho um filho de 18 anos e minha esposa é dona de casa e mora na cidade na nossa casa. Depois que sair a casa aqui eles disseram que vem para cá por que é mais sossegado. Meu filho trabalha no areal, (extração de areia), por conta própria. As vezes ele vem para cá e fica uns dias mas, diz que não gosta muito. **(Assentado 1).**

A gente que nasceu na roça sente saudade, porque no comércio (cidade) quando chove a gente não sente o cheiro da terra molhada, é só poluição, sujeira, asfalto, calçamento. Aqui tudo que é pássaro senta nestes pés de árvore e canta, o galo cantando de manhã, o gado berrando de manhã, o cheiro do mato. Eu estou imaginando minha roça, eu estou fazendo tudo na minha vida para não voltar para a rua. Em 1970, no comércio, a gente dormia de porta aberta, hoje está muito violento, tem muito bandido, a gente sai de casa com medo e entra dentro de casa com medo. Vi muito assalto e morte na cidade. Por isso eu vim o mais rápido para a roça, aqui é bom demais. No início a gente acha difícil, mas hoje tá bom demais". **(Assentado 4).**

O assentamento é o lugar de encontro e de compartilhamento, de visita dos familiares que moram na cidade, também espaço de parentes urbanos fazerem uma roça, como para o filho do **assentado 4,**

Os filhos que tive com a primeira esposa moram em Conquista, um é pintor e o outro trabalha numa fábrica de carroceria, o mais velho diz que quer fazer uma roça de maracujina, (maracujá), mas não querem morar aqui, mas gostam de vir visitar. **(Assentado 4).**

Seu “espaço de vida” ainda está em formação e por enquanto as atividades de lazer, forma de sociabilidade fundamental para a formação de vínculos, não se efetivaram da forma como gostariam. Os povoados rurais vizinhos são espaços de sociabilidade e diversão procurados por eles. “Aqui não tem nada para se divertir, a não ser televisão. Quando os cursos funcionam, o povo joga bola”. **(Marido da assentada 6).** “Hoje é Domingo e eu tava trabalhando, não tem diversão nenhuma, gostaria que tivesse um campinho de futebol para a gente ver o jogo, os

jovens saem para um povoado que tem aqui perto”. (**Assentado 1**). “Tem um povoado aqui por perto que o povo vai nas festas”. (**Assentada 8**). “A diversão no assentamento é trabalhar, assistir o jornal e o globo rural”. (**Assentado 16**).⁷³

Aqui não tem diversão nenhuma, só quando tem curso de formação, mas quando alguém quer ir a uma festa tem que sair. A diversão no lugar onde eu nasci era ver os carros passar na Rio-Bahia, (BR 116), também naquela época (...), (**Assentada 6**).

Evidencia-se uma realidade com formas de sociabilidade compostas de elementos da sociabilidade tradicional que não distinguia o lazer da totalidade da vida, e também de elementos da nova forma de sociabilidade urbana que separa as esferas da vida. Nessa última o lazer tornou-se uma atividade separada, um hiato entre as atividades produtivas, uma mercadoria a ser consumida.

A reforma agrária hoje tem uma série de vantagens que as pessoas não tinham no seu lugar de origem, tem escola, tem saúde. Os jovens do meio rural vão buscar isto na cidade, então é uma grande preocupação do movimento, manter o jovem nos assentamentos. Quanto às opções de lazer tem cultura, tem o reisado, tem festa de aniversário, de casamento, tem festas em outros assentamentos, em povoados próximos, nas fazendas, também vão para a cidade. Não é proibido o consumo de bebidas alcoólicas, mas é proibido colocar venda (bar) de bebida alcoólica, que venda no dia a dia, nos assentamentos. (**Liderança 3**).

Os povoados e fazendas vizinhas ao assentamento são espaços de sociabilidade, principalmente os bares. Há uma preocupação das lideranças em evitar a venda de bebidas alcoólicas nos assentamentos devido ao grau elevado de alcoolismo identificado entre os assentados.

Chama-nos atenção nas falas dos entrevistados a preocupação em não servir mais ao latifundiário, em sobreviver apenas do que a terra produz, “para que a terra se ele quer continuar trabalhando para o fazendeiro”, argumenta a **assentada 8**. No entanto os assentados sabem, e a direção também, que nas condições precárias em que os assentamentos se encontram, é bem difícil viver só da terra.

⁷³ Assistem televisão na escola, onde tem energia elétrica.

Continuar trabalhando para os outros e não na própria terra conquistada resulta da falta de políticas públicas que reconheçam a importância histórica da agricultura familiar para o desenvolvimento social, políticas que a protejam e a estimulem.

Outro fator importante a ser levado em consideração é que muitas destas famílias são de trabalhadores rurais que nunca tiveram acesso à terra. Antes da expansão da lavoura cafeeira na região, a maioria tinha acesso a terra, mesmo que de forma dependente. Mas depois, com a valorização das terras, o acesso tornou-se cada vez mais difícil, restando-lhes a migração para os povoados rurais ou para a periferia das cidades. Neste processo acabaram perdendo muito do estoque de conhecimentos relativos ao modo de vida e do trabalho na terra, como a capacidade de planejar a produção familiar, os conhecimentos sobre a terra, sobre as plantas, sobre o clima, sociabilidades e outros. “Por enquanto ainda esta muito difícil viver só da terra. Mas com a orientação dos técnicos vai dar certo”. **(Assentada 11)**.

O negócio é que ainda algumas pessoas ainda vão trabalhar fora, essas pessoas que não plantam, ainda não conseguem, não tem a cultura, as vezes é um pedreiro, mas sempre nas sextas feiras ele esta aqui. **(Liderança 3)**.

2.4.4 Organizações formais dos assentados

A relação dos assentados com o “Centro de Formação” é ambígua: de forma geral, o “centro” é percebido como sendo um espaço “deles”, (do MST), tanto que não foram mais trabalhar no “coletivo deles”, ou seja, o cafezal; mas quando os cursos estão acontecendo e os alunos estão lá alojados é também o seu espaço de lazer, já que há sempre alguma atividade cultural, como as “místicas” realizadas pelos alunos dos cursos, jogos de futebol, brincadeiras, conversas. “Quando os alunos estão estudando aqui no Centro de Formação tem muita noite cultural, eu não vou porque já estou velha e fico cansada, mas meu filho vai”. **(Assentada 8)**. “Acho bom que tenha o Centro de Formação no assentamento. Sou o cozinheiro da escola”. **(Assentado 16)**.

Quando tem curso aqui é bom porque tem atividades lúdicas, tem brincadeiras, eu gosto muito deste curso, a gente se diverte mais na época dos cursos. Os mais jovens têm mais dificuldade de ter lazer porque aqui não tem muito o quê fazer. Eu quero que meus filhos fiquem aqui comigo, mas assim tá difícil (**Assentado 2**).

Eu vou te dizer uma coisa, não é fácil dizer, a gente fica até meio assim, mas eu posso dizer que o Centro de Formação que tá aqui dentro do assentamento nosso, para nós não serve para nada, só para aumentar a conta de luz. (**Assentado 3**).

A experiência de luta pela terra promoveu novas dimensões e possibilidades de ação aos camponeses. Assim, para seu espaço de vida selecionam e incorporam tipos de organização social e formas de sociabilidades novas que se complementam às antigas. Quando são formas de organização estranhas ao seu *habitus*, impostas, (“compulsórias”), eles selecionam os elementos que lhes interessam e ignoram os demais. Desta forma, em relação ao Centro de Formação – pensado inicialmente para ser o espaço pedagógico dinamizador das formas de “cooperação da luta” e fazer deste um “assentamento modelo” para os demais assentamentos da Bahia – os assentados abandonaram o trabalho coletivo, no entanto aceitam que seus filhos estudem lá, principalmente no ensino fundamental. Trabalham como cozinheiros ou outras atividades, vão para se divertir quando há atividade. O importante para estes assentados é ter seu “pedacinho” de terra, mesmo que seja pouco, mas como dizem: “a gente levanta as mãos para o céu e agradece a Deus” ou, “mais vale pouco com Deus do que muito sem Deus”.

É o que se percebe, por exemplo, na organização por “núcleos de assentados” e a existência da “Associação dos Assentados”, entidade jurídica de mediação dos assentados com o mercado e com Estado. A partir da criação dessa Associação, todas as entradas e saídas de recursos financeiros passaram a ser realizadas por ela, tais como empréstimos, recursos governamentais, compra e venda de produtos e insumos. Estas formas são adotadas porque não impedem a vida na terra com a família.

A associação é o braço legal do Assentamento ou do conjunto do Movimento. É com este instrumento, que tem estatuto e registro, é que fazemos os convênios, recebemos os benefícios de crédito, mas este braço legal não define a política do Assentamento nem do Movimento, é só para o recebimento dos créditos. São os próprios assentados os membros da coordenação da Associação. Este é nosso espaço legal para receber os benefícios, porque as demais coordenações não são um espaço legal, nem o próprio Movimento, que é social e político. **(liderança 1).**

Para pegar empréstimo, só através de associação, mas com um clima desses, se a seca queima tudo como é que fica, e também se uns não pagar fica difícil. Tem gente que não sabe administrar seu dinheiro, sua vida e seu trabalho. Tem gente que não paga as dívidas feitas coletivamente. **(Assentada 8)**

Esta é uma preocupação grande dos assentados, as dívidas assumidas em grupo. Desde as primeiras idas a campo, quando eles ainda estavam em acampamento esperando os recursos para a construção de suas casas, havia queixas de que alguns assentados não pagavam sua cota de energia elétrica gasta com a iluminação e com o bombeamento da água.⁷⁴

Nas formas de cooperação tradicionais camponesas não haviam empréstimos coletivos de recursos financeiros, muito menos na vida de exclusão social que sucedeu após o êxodo. Aliás, é a primeira vez que essas populações têm acesso à esfera financeira do mercado. É uma necessidade nova em um novo contexto de vida. Assim são necessárias atualizações no *habitus*, fazer concessões, negociar para persistir.

Além da associação e dos núcleos de famílias ainda existem os “Setores” do MST:

Tudo no Movimento funciona por setores. Hoje aqui dentro nos temos sete setores: produção, gênero, saúde, formação, frente de massa, juventude, comunicação e cultura. Cada setor tem dois coordenadores, sempre um homem e uma mulher. Os setores existem para ajudar os assentados a começarem sua vida, para dar orientação. A orientação é que a produção seja toda orgânica. Então no todo no assentamento temos 14 coordenadores de setores, quatro coordenadores de núcleos (dois por núcleo), dois representantes da associação e mais dois

⁷⁴ Luz que existia na área de acampamento. Em Fevereiro de 2010, na última ida a campo, com quase todos morando em suas casas na agrovila, a luz elétrica ainda não havia sido instalada, estavam esperando pelo programa “luz para todos”.

dirigentes políticos, sempre um homem e uma mulher, então quase todo mundo aqui tem uma tarefa. **(Liderança 3)**.

Esta forma de organização racionalizada por setores é algo realmente novo para estes assentados. É a vida decomposta em setores, coisa estranha para camponeses, mesmo para camponeses com longa vivência urbana. A vida camponesa tem a característica de uma vida “onde tudo diz respeito a tudo”. Eles já recusaram a divisão social do trabalho proposta pelo MST e, pelo que percebemos, a organização que efetivamente funciona é aquela que é útil para a conservação da autonomia familiar, ou seja, a Associação. Na foto a seguir temos uma reunião informal, em cima da hora, para decidir questões do dia a dia do assentamento.



2.4.5 Religião e religiosidade no Assentamento

No assentamento existe uma Igreja em formação que funciona em um barraco de lona. “Minha esposa é da igreja ‘Deus é Amor’ e tem culto todo domingo. Eu sou católico, mas não tem culto no assentamento”. **(Assentado 16)**.

Ta faltando padre aqui, tem muita criança sem batizar, não tem missa. Precisa de um psicólogo para as crianças. Falta missa e educação para as crianças, elas não sabem comer com colher e prato, tem muito pai que é tipo índio ainda, este menino aqui, o pai dele mora aqui do lado, mas eu criei ele desde pequeno.**(Assentada 8)**.

Eu me tornei crente, evangélico lá no Mocambo (assentamento onde estava acampado) porque lá tem igreja crente, e foi uma mudança da minha vida. Ai eu vim para cá e aprendi mais coisas que eu não sabia e com Deus aprendi as coisas do Movimento. O Povoado do Cafezal tem uma igreja onde eu me congrego. Tem disputa de placa de igreja e eu pedi a Deus que eu pudesse abrir uma igreja, aí os outros irmãos ajudaram a fazer esta igreja. Eu me sinto perseguido, no assentamento Mocambo já tinha igreja católica e também há preconceito, o MST não gosta de igreja evangélica, não concorda com a igreja no assentamento, mas eles concordam com a católica. Para o meu futuro e da família eu desejo realizar meu sonho de um pedaço de terra. Tirando da Bíblia Sagrada, com Jesus no monte das oliveiras, não sobrá pedra sobre pedra, que é o fim do mundo, guerra, terremoto, peste, pai contra filho, mas isto é só o fim se aproximando, que é a vinda do filho do homem, mas o fim está chegando. Muitos ainda sonham com coisas boas, de ficar rico, mas o futuro não vai ser muito bom é o fim dos tempos que está chegando. Nós vai descer para lá, (na agrovila/Unidades de Produção Familiar) ter nossas casas, plantar ter minhas criações, isto se dar tempo, mas eu quero ser feliz enquanto der. **(Assentado 5)**.

Percebemos uma religiosidade “não formal” - “tradicional-popular” - orientando a conduta diária dos assentados, encontram na vontade de Deus a origem de todas as coisas, boas ou ruins que lhes acontecem. Os “católicos” estão sem a assistência de padre e também não têm uma igreja no assentamento, mas percebemos que, a necessidade de um espaço físico de cultos religiosos “formais” é uma preocupação de poucos.

Já os “evangélicos” estão ocupando espaço e sentem-se perseguidos pelo MST que, segundo o futuro pastor (assentado 5), seria católico. Os evangélicos não vão às atividades culturais do Centro de Formação porque as “místicas” dos estudantes expressariam o catolicismo.

O culto religioso “evangélico” é um tipo de sociabilidade formal e secundário em desenvolvimento no assentamento. Formal pelo ritual, pelo conjunto de regras sagradas, pelo espaço físico da igreja, pelo pagamento do dízimo. Percebemos que esta igreja tem um forte potencial para desencadear alterações na vida social daquele espaço.

2.4.6 A sociabilidade no Assentamento Pátria Livre

Interpretamos que os assentados do “Pátria Livre” e os demais assentados da região desejam reproduzir o modo de vida camponês do qual provieram. Assim, suas trajetórias de êxodo: saída do meio rural, itinerância e retorno à terra, são guiadas pelo *habitus* que, na trajetória sofreu inovações. Essas inovações são incorporadas como mais uma do seu repertório de estratégias de reprodução.

Os exemplos mais expressivos dessa atualização são: a **pluriatividade**, (mas aquela que busca o trabalho urbano porque, como vimos, a prestação de serviços às grandes propriedades é uma prática camponesa regional muito antiga); e a **ocupação** da terra que possibilitou que eles, finalmente, a tivessem para si.

O desejo mais profundo é a terra própria. A “rua”, para onde tiveram que ir quando os patrões começaram a lhes negar acesso à “roça e à casa”, não é o seu lugar. Sentem que somente a terra própria pode lhes garantir o sossego desejado. Uma terra para fazer uma roça e tirar os “mantimentos” para o sustento. Um lugar de pouso seguro para a família, os parentes e os amigos que a vida espalhou pelo mundo.

Como a “propriedade” da terra é algo novo na vida dessas pessoas, idealizada durante suas andanças. Entretanto, “donos” da própria terra, não dependem mais de um “patrão bom” que os aceite e os agregue, a quem terão que servir em troca da permissão de morar e trabalhar na terra. Agora só precisam conviver com novas formas de organização social, impostas pela organização da qual fazem parte e que lhes possibilitou conquistar a terra. Mas, ao mesmo tempo

em que o MST os ajuda a conquistar a condição de vida guardada em suas memórias, também os quer arrancar do passado e fazê-los avançar para o futuro.

Os assentados aceitam mudanças e inovações em seu modo de viver, mas só até o ponto que não lhes tira a autonomia familiar. Aceitam o “semi coletivo”, “núcleos de assentados”, e “setores”, contanto que possam ter sua “roça de mantimentos”, criar umas galinhas, ter uma vaquinha, receber parentes e “trabalhar fora” para ganhar um dinheiro que ajude na aquisição de “mantimentos”.

O trabalho na terra própria permite reverter a relação de dependência e submissão ao fazendeiro empregador, pois plantar “mantimentos” e vender o excedente dá aos assentados um poder de negociação. Irá trabalhar para os outros não mais como uma necessidade urgente e diária de pessoa sem terra, mas como gente que vive sob a segurança da terra própria e que por isso vai trabalhar negociando salário.

A respeito desse novo poder de negociação de salários, deve-se fazer referência aos programas governamentais de “transferência de Renda”. Parte significativa das famílias do “Pátria Livre” são beneficiárias de bolsas desses Programas. Além das aposentadorias, que em meio à escassez de recursos, coloca as famílias com aposentados em patamar superior de sobrevivência.⁷⁵

Para nós, a vida que pretendem reproduzir no assentamento é próxima daquilo que Mauss, (2003), concebeu como uma vida em que nada está separado, todos os atos e significados estão interligados em um “fato social total”: morar, trabalhar, viver em família na terra, “separado do bolo” como disse um assentado.

Compreendemos que os conceitos sociabilidade “eletiva” e “compulsória” propostos por Mota, (2005) na sua análise da sociabilidade camponesa podem ser correlacionados com os conceitos de formas de sociabilidade “primárias” e “secundárias” de Castel, (1998) e, que podemos utilizá-los na análise da sociabilidade no Assentamento Pátria Livre.

⁷⁵ Como professor de Sociologia de uma Instituição de Ensino Superior, ouvi alunos reclamando que agora os trabalhadores do café estavam exigentes, já não aceitavam mais os salários oferecidos e que ainda tinham o “desplante de dizer que por este preço preferiam ficar em casa e viver de bolsa do governo”.

Assim, eletivas ou primárias são as formas de sociabilidade em que, do embate, prevaleceram os elementos do *habitus* camponês. Compulsórias ou secundárias são aquelas adotadas por conveniência ou imposição, em que prevalecem as outras duas forças. Os conceitos de formas de sociabilidade “informais” e “formais”, proposta por Bidart, (1988), também se relacionam a associação acima. Informais são aquelas espontâneas que surgem sem planejamento porque fazem parte de suas vidas, já as formais, são aquelas organizações planejadas e racionais e que devem ser apreendidas pelos camponeses.

Os tipos de sociabilidade “**eletiva/primária/informal**” retiram seus “**conteúdos**”, do “**modo de vida rural tradicional**”, enquanto que os tipos de sociabilidade “**compulsória/secundária/formal**” provem do “**modo de vida moderno urbano**” e de uma terceira vertente fornecedora de conteúdos que é o “**Movimento Social Sem Terra**”. O primeiro tipo caracteriza-se pela sociabilidade “**ampla**” e o segundo pelas sociabilidades “**restritas**”, conforme os conceitos propostos por D`Incao. (1992).

No espaço de vida do Assentamento Pátria Livre essas três fontes de conteúdos de sociabilidade interagem e produzem formas de sociabilidade dos dois tipos acima propostos. Propomos essa interpretação de forma ideal porque, na realidade, todas elas se interpenetram, influenciam e condicionam. Todas contêm elementos que se complementam e se repelem. A síntese irá depender da “força” das partes em interação. Por hora essa interação produziu a configuração “Semi-coletiva”, no qual os atores se relacionam pelos dois “tipos ideais” de sociabilidade propostos: i) **Tipo eletiva / primária / informal** e ii) **Tipo compulsória / secundária / formal**

i) Tipo eletiva / primária / informal

Formas de sociabilidade que, em seu conjunto, são “específicas” à comunidade camponesa, os conteúdos dessas formas são fundadas no interconhecimento, na amizade, no compartilhamento do trabalho agrícola e na

vida local. (WANDERLEY, 1997). As formas de sociabilidade deste tipo que encontramos no assentamento são:

- **Conversas fortuitas:** “fazer a resenha”, como dizem. Talvez seja a forma de sociabilidade mais corrente e que mais ajuda a fortalecer os vínculos entre os assentados. Nelas os assuntos fluem com naturalidade, misturando diversão e trocas de informações. Começa com um encontro na rua, ou em algum lugar costumeiro, como uma pilha de toras na frente dos barracos, depois do almoço, pegando um “solzinho” do inverno, chega outro e mais um e está feita a “farra”. Notamos que nos lotes individuais essas conversas de grupos maiores ficaram mais difíceis de acontecer. Neste espaço eram mais comuns as conversas entre os assentados transeuntes com aqueles que, do seu lote, o viam passando e o chamavam para uma conversa.

Para nós, os conteúdos desta interação são mais lúdicos do que de interesses específicos. Mas vemos que não podemos operar uma classificação precisa entre estas duas categorias porque na vida real as coisas são mescladas, geralmente é preciso um grande esforço de organização para que uma interação, dirigida por interesses pré estabelecidos, tenha o máximo de objetividade. E por outro lado, seja tão espontânea e lúdica que assuntos de interesses matérias não despontem.

- **visitas de parentes de fora do assentamento:** é uma interação dos visitantes, tanto com os visitados, quanto com a vizinhança do assentado visitado, isso porque todos vêm quem chegou e procuram conversa com eles porque geralmente também já se conhecem, ou quando não, é muito importante travar conhecimento. “Esconder a visita” é algo reprovado por eles.

- **relações de vizinhança:** “grita um daqui e outro de lá”. Depois dos lotes sorteados, as famílias poderiam trocá-los entre si. No entanto, somente uma troca foi feita para que mãe assentada pudesse ficar vizinha do lote de seu filho também assentado. Como estão muito próximos um dos outros, precisam de

muito respeito com as divisas e a terra do vizinho: cuidar para que os animais não invadam as plantações; não plantar árvores que façam sombra ou sugam a fertilidade da terra do vizinho; emprestar “mantimentos”, devolvê-los e emprestar também para manter a corrente de reciprocidade; cuidar dos filhos e da criação quando um deles tiver que sair, (...).

Trabalho na terra: O trabalho dos assentados nos seus lotes fundamenta a partilha de conhecimentos, trocas de sementes e de trabalho. O “adjunto” (mutirão) é uma pratica de trabalho coletivo que já estava acontecendo na área de pasto coletiva dos assentados, fazer e concertar cercas, roçar (com foice) o pasto (limpar a manga), recolher o gado, tirar o leite. Na próxima foto os assentados estão fazendo um mutirão para cercar o pasto coletivo.



Festas tradicionais: em 2009 e 2010 os assentados já estavam realizando as comemorações de São João da forma como faziam antigamente: as famílias fazem uma fogueira em frente a casa, convidam parentes, amigos e franqueiam a entrada para todos da comunidade e se servem das comidas e bebidas típicas desta festa e, motivo de orgulho, produzidos por eles próprios. Jogos de Futebol, principalmente quando os alunos do Centro estão.

ii) **Tipo compulsória / secundária / formal:**

Estas formas de sociabilidade são aquelas que não fazendo parte do repertório das sociabilidades, precisam ser apreendidas e assimiladas pelos assentados, com elas relacionam-se com diferente, com a racionalidade burocrática do Estado, com o mercado enquanto grupo de assentados e com o MST. Desde o acampamento eles começam a ser educados para a “luta” pela forma de organização social e política deste espaço. Neste primeiro estágio da luta pela, segundo Turati, (2005), os camponeses convivem nas condições de uma “sociabilidade forçada”. Mas antes do acampamento também, porque uma vez afastados da terra e do seu nicho de vida, são obrigados a enfrentar os mais diferentes tipos de sociabilidade, da mesma forma estranhas ao seu ser social camponês como empresas rurais, garimpos, cidades.

Setores / áreas de organização: apesar de existirem formalmente e com coordenadores, não percebemos sua existência na Prática.

Núcleos de assentados: Tanto esta como a de citada acima, são artificiais e sem expressão no assentamento. A percepção do camponês é o conjunto, ele gosta de agregar, somar. Dividir a vida em setores não faz sentido para ele.

Cooperativa de Produção Agrícola: excessivamente incompatível com a mentalidade camponesa, como vimos ao longo do nosso trabalho.

Associação dos Assentados: Esta é uma forma de sociabilidade que funciona razoavelmente porque, como já dissemos tem utilidade para a preservação da condição camponesa.

Centro de formação: Espaço de sociabilidade acessado seletivamente por eles, trabalho, lazer, estudo, ilustrado abaixo:



Reuniões: Presenciamos dois tipos de reunião: no início, quando ainda na CPA eram reuniões com a característica burocrática, coordenador, secretário, pauta, informes, discussão com inscrição dos que pretendem falar, discurso

político e formal, denominação de companheiro e companheira, ordem, disciplina, interesses, votação, mística (...).

Foi percebido um tipo de **reunião** informal em os assentados decidem coisas práticas como a necessidade de cercar a área dos lotes individuais para que os seus animais soltos na área não destruam as roças. Onde fazer? Como? Quando? Quinze minutos de conversa em roda, com todos falando com todos, rindo, “batendo boca”, até que os mais influentes convençam a maioria e tomem a frente para começar a fazer o combinado, (“bóra fazê”). Este último tipo de reunião talvez seja uma readaptação camponesa da primeira, aprendida na luta.

2.5 Configuração social do Assentamento Pátria Livre

Acreditamos que os fenômenos da sociabilidade e da configuração social estão intimamente relacionados, influenciando-se mutuamente. Neste sentido formas de sociabilidade configuram espaços sociais, assim como certas configurações do espaço impedem ou favorecem formas de sociabilidade.

Com o conceito de “figuração ou configuração”, (ELIAS E SCOTSON, 2000), pretendemos abordar as formações de grupos sociais e círculos de relações sociais no Assentamento Pátria Livre.

Para Elias e Scotson, (2000), a divisão da sociedade em grupos com poder e grupos dependentes é uma característica societária humana universal. Em todas as sociedades e tempos históricos os grupos dominantes atribuem a si mesmos valores humanos superiores em relação aos grupos que dominam, estigmatizando e excluindo-os das suas relações. Este tipo de configuração é encontrada em “quadros sociais amplos” como senhores feudais em relação aos vilões; os brancos em relação aos negros; protestantes em relação aos católicos. Mas também pode ser encontrada em miniatura, em pequenas comunidades quando produzem distinções entre seus moradores.

No caso específico da comunidade de trabalhadores de “Winston Parva”, estudada por Elias e Scotson, (2000), havia bastante homogeneidade em relação

aos padrões habitacionais, ocupacionais, educacionais, econômicos, étnicos e nacionais, mesmo assim, estabeleceu-se uma distinção entre dois grupos. Os moradores mais antigos, os “estabelecidos”, sentiam-se melhores que os mais novos, os “outsiders”, considerados inferiores.

Entretanto, o fato que chamava mais atenção era que os últimos aceitavam o estigma produzido pelos primeiros, mesmo que o tempo de residência no lugar fosse a única diferença entre eles. Para os autores, isso demonstra as limitações das teorias sociais que explicam as diferenças de poder exclusivamente nas bases materiais, da

Posse monopolista de objetos não humanos, tais como armas ou meios de produção e que desconsidere os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados.(ELIAS e SCOTSON, (2000, p.21).

No caso de “Winston Parva” era o “grau de coesão interna” que dava poder e controle social ao grupo dos estabelecidos, graças a maior coesão, conseguiam reservar para si os cargos importantes das organizações locais. No entendimento dos autores, esses diferenciais de poder entre os grupos inter-relacionados podem desempenhar um papel importante em outros contextos sociais. Por conseguinte, para Elias e Scotson, (2000) a chave das diferenças entre indivíduos de um grupo/sociedade só pode ser encontrada se considerarmos a figuração dos grupos implicados e a natureza de sua interdependência.

Como proposto por Elias e Scotson, (2000), pretendemos apreender a “figuração social” do assentamento a partir da identificação e averiguação dos grupos de afinidades por vizinhança, trabalho, política, religião, parentesco e por interesses diversos.

2.5.1 Eu, nós e eles: Assentamento Pátria Livre um espaço de vida camponês reconfigurado.

Compreendemos que o assentamento como um todo está configurado em dois espaços principais: **o espaço dos assentados** composto pela agrovila, pelas unidades de produção familiar e as áreas de pasto coletivas dos núcleos de assentados; e o outro que é o **espaço do Movimento**, composto pelo centro de formação associado à lavoura de café. A separação resulta da afirmação do desejo camponesa pela terra da família sobre a concepção social e política do MST, como vimos, ao longo do texto. Para nós ficou evidente que os assentados, salvo alguns elementos compartilhados, consideram a área do Centro e do cafezal como “deles”, do MST.

Para a **Assentada 11**, coordenadora do assentamento: “o sonho de cada um era ter um pedaço de terra, eu sabia que um dia ia sair”. Pegou um caderno com um mapa do assentamento rabiscado em uma reunião e disse: “aqui é eu e aqui é nós, (apontando para o seu lotes e depois para a área coletiva de pasto). Cada núcleo vai ter uma área coletiva”.

Os assentados estão organizados em dois núcleos de famílias, cada núcleo tem dois coordenadores, um homem e uma mulher, estes debatem os problemas nos núcleos e os encaminham. Os núcleos de famílias são montados nos próprios acampamentos de origem. **(Liderança 1)**.

Eu vejo que de maneira assim bem geral, dá pra dizer que, pelo menos eu acho que não teve problema nenhum na mistura dos dois acampamentos como foi aqui feito, mas a gente percebe as diferenças entre as pessoas. **(Assentado 2)**.

Olha digo, do nosso grupo que era acampado lá no Lagoa das Flores veio todo mundo. Hoje têm as lembranças de lá. Acho que tem diferença de amizade em relação aos companheiros do outro acampamento. **(Assentada 6)**.

Eu vim do Mocambo, a maioria é do Mocambo, as amizades começaram lá. Dá para perceber as diferenças entre o povo do Mocambo e da Lagoa das Flores, o povo da Lagoa das Flores é mais arrogante, me dou mais com o povo do Mocambo. **(Assentada 11)**.

Creemos que, levando em conta a importância das identidades construídas na fase acampamento, só em hipótese podemos afirmar que se estabeleçam grupos de afinidade com base nessas identidades. Talvez a organização dos núcleos por origem de assentamentos incentive essa configuração. Mas, até o momento, mesmo levando em conta os sentimentos acima expressos, não notamos movimentos neste sentido.

A configuração mais importante, que realmente é levada em conta são as divisas entre as terras das famílias. Esse é o espaço fundamental que embasa todas as demais relações sociais. As relações entre vizinhos são de respeito ao espaço do outro, geralmente desentendimentos acontecem quando os animais avançam sobre as plantações dos outros. Como os lotes são faixas estreitas e compridas esses problemas podem acontecer.

No espaço das famílias assentadas devemos destacar a configuração agrovila. Forma planejada para permitir um maior contato social entre eles, além da racionalização de recursos como estradas, redes de água, esgoto e energia elétrica. Na rua que serve a todas as casas foi reservado um terreno para um futuro centro comunitário. Os assentados não se opuseram à agrovila, exceto um deles, preocupado com os desentendimentos causados pelos animais domésticos que não respeitam divisas.

Percebemos também: como vimos acima um início de diferenciação religiosa entre os assentados católicos, não praticantes e evangélicos; entre os que têm “influência” no trabalho da terra e os que não têm e precisam reaprender; entre os que são mais urbanos e que são mais camponeses; e entre os que são mais próximos e os que são mais distantes do MST. Mas, mesmo com todas essas diferenças, quando é necessário defender sua morada e sua terra, encontram unidade e agem como um grupo coeso.

Por tudo que observamos, identificamos no “espaço de vida” Assentamento Pátria Livre uma configuração social, nos termos de Elias e Scotson, (2000), estruturada em três “círculos” de relações sociais: o círculo do “eu/meu”, o círculo do “nós/nosso” e o círculo do “eles/deles”. Todos interligados, por uma relação complementar e contraditória.

1º - O círculo do “eu/meu” que diz respeito ao meu lote, minha família, meus parentes; é o espaço físico e social de autoridade do chefe da família, espaço da autonomia familiar (relativa), no qual querem reunir a família que as contingências sócio-econômicas do processo de modernização desagregou. A área física deste círculo familiar (4,8 há) é pequena se levarmos em conta a configuração original do espaço de vida camponês da região, como foi demonstrado por Neves, (1998): uma fazenda sendo dividida sucessivamente ao longo das gerações até chegarmos aos minifúndios atuais. Neste sentido, na configuração camponesa original este espaço corresponderia ao assentamento como um todo, “eu e nós” estariam integrado socialmente pelas relações de sangue, tios e irmãos. Assim entre “eu” e “nós” existe a necessidade da formação de uma coesão social nova e forçada, espaço de contradições em busca de complementaridade. Na foto a seguir, família de assentados em sua morada.



2º- O círculo do “nós/nosso” refere-se às famílias assentadas, à agrovila, o conjunto das “unidades de produção familiar” e demais espaços coletivos como o pasto coletivo, os dois “núcleos de assentados” provindos da época dos acampamentos e a “associação dos assentados”. Em certos momentos o “nós” transborda, se amplia e incorpora “eles”- o Movimento - o Centro de Formação e sua área física. Nesse círculo do “nós” está contido a possibilidade da ajuda mútua, dos mutirões, da resistência a imposições do MST e das organizações que viabilizam sua vida enquanto assentado.

Assim, no círculo do “nós/nosso”, identificamos sub espaços e relações de afinidade e tensões entre evangélicos e católicos, entre os mais e os menos militantes e, ainda, entre os mais e menos integrados ao assentamento. No primeiro caso os evangélicos se ressentem por não receberem apoio do MST e de sofrerem discriminação. No segundo caso, há um descontentamento da forma como são ocupados os cargos no centro de formação e na escola, dando prioridade aos assentados com vínculos mais estreitos com as lideranças. Por fim, há ainda disputa que envolve a legitimidade social da terra para aqueles que não moram no assentamento e que possuem empregos urbanos. Temos desta forma no círculo do “nós/nosso” a seguinte configuração de grupos:

- Grupo que tem mais afinidade com o MST e controlam os postos de trabalho e salários no Movimento ou na Escola/Centro de Formação.
- Grupo das famílias que primam pela autonomia familiar camponesa, precursoras da insurgência contra a proposta de coletivização.
- Núcleos de assentados já formados nos acampamentos.
- Grupo minoritário de assentados com origem no operariado urbano, tem melhores condições financeiras e, perante os demais assentados, carecem de legitimidade para merecerem a terra.
- A “Associação” dos assentados, espaço social formal de relação econômica com o mercado e o Estado.

O círculo do “nosso” é o espaço intermediário e de interseção entre o “eu” e o “eles”, é o espaço de disputa entre o *habitus* camponês e a proposta política do

MST. As lideranças são “eles” e eles querem que o “nós” sejamos de uma determinada forma, mas o “nós” quer reproduzir um espaço de autonomia onde prevaleça o “eu”, o círculo familiar. Abaixo uma foto da agrovila, espaço do “nosso”.



3º - círculo do “eles/deles”, que é o MST, as lideranças, aqueles que mandam, mas que também nos ajudam, mas “não nos deixam andar com as próprias pernas”, como disse um assentado. Embora “eles” tentem e argumentem com os assentados para serem aceitos como “nós”, são vistos quase sempre como não fazendo parte da comunidade dos assentados. Em certos momentos, como no período de luta pela terra e na mobilização para alcançar recursos para o assentamento, o “eu” e “eles” integram-se como “nós”. Como podemos observar, na foto abaixo aparecem aspectos do espaço “deles”, as enxadas tem uma

identificação para o controle de saída e entrada, prática incompatível com a cultura dos assentados.



A configuração social do espaço no qual o assentamento está localizado é caracterizado pela vizinhança com fazendeiros produtores de gado de corte, e de leite e de lavouras de café. Nestas fazendas os assentados encontram “patrões amigos”, vizinhos, aos quais vendem sua força de trabalho, ignorando as orientações do MST para que não trabalhem para os outros.

Os demais assentamentos da região também são um importante espaço de relações de reciprocidade.

O assentamento também é vizinho de um povoado rural composto de pequenos proprietários de sítios e de moradias de trabalhadores. Os assentados acorrem a esse povoado em busca de diversão como festas, bar com sinuca e para a compra de “mantimentos” no “armazém”. Contudo, a maior parte das mercadorias consumidas são compradas nos centros urbanos de Barra do Choça

e Vitória da Conquista. Quase todos os assentados têm uma passagem, como moradores, por estas cidades em suas trajetórias de vida, mantendo com elas uma relação econômica social e cultural bastante relevante. Além da feira, onde compram e vendem seus produtos, muitos continuam trabalhando na cidade, temporária ou diariamente. A cidade continua sendo um lugar também de lazer apesar dos depoimentos indicarem preocupações com a violência e a degradação da vida da cidade e o desejo de se afastar dela, ela faz parte de suas vidas.

Por tudo isso é possível afirmar que o espaço do assentamento é um espaço rural, social e politicamente “reformado”, tecnologicamente não moderno e onde se pratica a agricultura tradicional camponesa, em busca da adoção da produção “agroecológica”. É preciso enfatizar que, tratando-se de um processo de “recamponização”, muitos assentados perderam parte dos conhecimentos necessários para a vida na terra e devem reaprendê-los.

Em linhas gerais o espaço rural da Região Sudoeste é em parte modernizado, principalmente na monocultura do café e na pecuária de raças melhoradas e com pastos artificiais. Mas as “relações de produção” continuam as mesmas do tempo dos coronéis, agravadas pelo fato de que os trabalhadores tornados “livres”, com a valorização das terras não tiveram mais o patrão ao qual se sujeitavam em troca de terra para morar⁷⁶.

Por fim, identificamos a “configuração social” do Assentamento Pátria Livre como a cristalização da luta pela reconstrução de um “espaço de vida” camponês, onde não há separação entre morar, trabalhar, divertir-se. É a procura por um espaço de vida “total” com a família, os parentes e os amigos.

Entendemos que as configurações sociais são resultantes dos processos de interação de indivíduos com histórias de vidas singulares condicionadas por estruturas/disposições sociais herdadas e também por novas concepções e práticas adquiridas na experiência de vida. Neste sentido, as características da formação espacial, econômica e sociocultural, entendido como espaço de

⁷⁶ Talvez não seja gratuito, e se possa fazer referência ao passado dos coronéis, o fato de que os trabalhadores urbanos precarizados em Vitória da Conquista (ambulantes, lavadores de carro, carregadores) chamem seus possíveis clientes de “patrão”.

vida/assentamento, devem ser explicadas com base nas experiências e trajetórias de vida dos assentados num mundo em grandes transformações.

CONCLUSÃO

O Território de Vitória da Conquista (TRVC), localizado na Região do Sudoeste da Bahia, passou por uma significativa reconfiguração socioeconômica a partir da década de 1970. Sobre a configuração original, caracterizada pela pecuária tradicional-extensiva, permeada de explorações camponesas, desenvolveu-se a cafeicultura que tornou este território um dos principais pólos de produção cafeeira da Região Nordeste do Brasil. Esse cultivo, com fartos recursos financiados pelo Estado, acessados por uma clientela restrita, necessitando de terras úmidas e férteis, passou a ocupar as áreas da policultura camponesa. Conseqüentemente, a pressão econômica sobre estes espaços induziu a exclusão dos camponeses de suas terras. Por conta disso, os analistas desse processo são unânimes em atribuir à lavoura do café o principal fator de transformação socioeconômica da região: grande desenvolvimento econômico, urbanização acelerada e aumento das desigualdades sociais.

Paralelo a implantação e desenvolvimento da produção do café processou-se, de forma mais tímida nas áreas não submetidas à seca, uma modernização da pecuária com a introdução de raças selecionadas, do manejo e do cultivo de pastos, que propiciou a intensificação da criação.

O desenvolvimento das relações capitalistas na agropecuária representou êxodo rural e proletarianização para a imensa maioria do campesinato - excetuando-se um ínfimo grupo que foi integrado e outro, um pouco maior, que conseguiu manter-se na terra, mas, excluído do desenvolvimento econômico, tiveram que aliar trabalho na terra e assalariamento.

As transformações socioeconômicas, que promoveram a intensificação da utilização da terra como meio de reprodução do capital, provocaram mudanças na configuração social tradicional caracterizada pelas relações de trabalho dependentes e personalizadas, fundadas no pacto moral de lealdade e proteção mútua entre patrões e agregados. Relativamente recentes, essas transformações restringiram-se essencialmente a modernização da produção e atingiram apenas parcialmente as relações de produção. Percebemos isso nas atitudes dos patrões

que, agora, excluem os camponeses agregados de suas terras, e os contratam como trabalhadores temporários, negando-lhes as relações contratuais legais e continuando a exigir deles a mesma atitude submissa da relação anterior. Contudo, os camponeses/trabalhadores também ainda mantêm fortes referências nas relações morais da configuração anterior, neste sentido, percebem a sua desagregação do nicho social patronal como uma injustiça. No entanto, atribuem a responsabilidade por sua situação à ação de “maus patrões” que não respeitam seus “direitos” e não como uma condição social estrutural da nova configuração societária.

Por outro lado, a experiência da vida errante produziram reconfigurações no *habitus* camponês, levaram a incorporação de novos conhecimentos, novas práticas, novas perspectivas morais e éticas, dentre as quais a percepção da legitimidade do acesso à terra via ocupação, vista por nós como uma nova estratégia de reprodução camponesa.

Neste sentido, interpretamos a preocupação constante dos assentados do “Pátria Livre” em justificar e legitimar o ato de ocupação da terra como a expressão de uma acomodação dialética “do novo” com “o estabelecido”. Assim, esforçam-se para salientar que a terra em que estão assentados não foi fruto de “invasão”, mas que foi obtida com o consentimento do antigo proprietário. No entanto, justificam as ocupações anteriores em que participaram como um ato de reação contra a situação de injustiça em que se encontravam, geralmente na periferia das cidades, trabalhando para “maus patrões” e correndo os riscos da vida da “rua”.

É possível dizer, portanto, que as relações de dominação personalizada ainda permanecem profundamente enraizadas na mentalidade dos camponeses desenraizados. Por isso, seu desejo pela terra só tem a possibilidade de se tornar realidade pela adesão ao MST. Quando suas motivações são organizadas e postas em “movimento” de ocupação e luta. De tal forma que, a superação da moral patrimonialista de lealdade aos donos da terra e a formação da consciência da justiça do ato de enfrentamento é uma construção moral e política nova, formulada pelo Movimento e que precisa ser incorporada e reafirmada

constantemente no dia-a-dia da luta. Assim, entre as motivações de ação dos camponeses do “Pátria Livre” e as do MST engendrou-se uma convergência instável, que será tanto mais instável quanto menos eficiente tiver sido o processo de educação política no processo de luta.

A análise das trajetórias de vida dos assentados do “Pátria Livre” e de suas famílias evidenciam sua origem rural. A maioria absoluta provém da condição camponesa dependente, vaqueiros-lavradores-moradores, característicos da pecuária tradicional. As cidades do Sudoeste são o destino provisório, já que marcado por inúmeras idas e vindas, da migração de muitos assentados. Vitória da Conquista destaca-se como o local de moradia dos assentados antes do ingresso na luta pela terra.

Compreendemos que para esses assentados que sempre viveram em terras alheias, submissos às vontades dos patrões, a terra significa a possibilidade de alcançar uma “morada” segura e permanente. Um meio de produção da subsistência básica, complementada pelo trabalho nas fazendas ou nas cidades. Neste sentido, consideramos que os assentados do “Pátria Livre”, orientados pela origem do *habitus* camponês, rejeitam a coletivização total da terra e aceitam a luta pela posse da terra da família. A terra para a grande maioria desses assentados é um desejo e um ideal de uma vida inteira de subordinação e dependência aos patrões, tanto rurais quanto urbanos, e, portanto, é praticamente um retorno do “exílio”.

Todavia, de maneira geral, a terra para eles não é só um meio de trabalho, entre outros tantos que conheceram. Também não é uma mera oportunidade de conquista de um “capital” que se mostrou viável. A terra, pelo que percebemos, significa o retorno a uma forma de viver inscrita em suas memórias. Retornar para a terra significa buscar uma vida familiar camponesa. Contudo, essa reconstrução ocorre em um tempo e um espaço diferente daquele tradicional, fazendo com que esses assentados tenham que modificar suas práticas e valores.

É partindo dessa compreensão que localizamos o entendimento dos assentados que entram no MST para conquistar um “pedaço de terra”, “uma roça” e não para fazer a “Reforma Agrária”, lutar por uma “sociedade mais justa e

igualitária” ou organizar a produção coletivamente para “educar os homens do futuro”. As experiências têm demonstrado que as propostas de organização social que não levaram em conta o *habitus* camponês da autonomia familiar geram reações de resistência e sérios constrangimentos a todos que se envolvem na relação.

No entanto, sabemos também que o *habitus* é um “sistema de disposições” mutável, passível de incorporação de novas práticas e valores. Mas, novas práticas e valores são aceitos e reproduzidos com mais facilidade quando convergem minimamente com a forma de viver camponesa. Percebemos isso na rebelião dos assentados do “Pátria Livre” contra a idéia da coletivização total e o intuito do MST de constituírem ali um “assentamento modelo”. Depois de desgastantes e sofridas negociações chegaram ao meio termo do “semi-coletivo”. Aceitaram com relativo bom grado porque a sua “terrinha” estava garantida, apesar de acharem que seus lotes deveriam ser maiores.

De tal maneira que, os assentados, mesmo discordando de determinados aspectos da organização social e política do Movimento reconhecem sua “dívida” com a organização que lhes possibilitou a conquista da terra e, assim, a conquista da terra para eles representa uma dádiva e dádivas devem ser retribuídas.

Os assentados incorporaram no seu cotidiano, praticamente sem restrições, novas práticas sociais, novidades para seu *habitus*, como a organização por “Núcleos de Assentados”, a “Associação” e tantas outras apreendidas com o MST durante o processo de luta. Todas estas novas incorporações são notadamente complementares e convergentes com os princípios da autonomia familiar camponesa. Assim, o novo é adotado para reproduzir o antigo, e, com estas novas incorporações, o antigo também é resignificado. Neste sentido, podemos afirmar que os assentados, por meio de ações motivadas pela afirmação do modo de vida camponês de origem, compuseram um novo espaço de vida camponês, reformado e resignificado em muitos aspectos, mas ainda essencialmente camponês.

Percebemos que a relação dialética entre os conceitos “movimento” e “assentamento” expressam a relação concreta entre o MST e o campesinato. Na primeira fase de mobilização e de luta pela terra o MST encontrou adesão porque

compartilhava significados e representações de mundo com os camponeses. Posteriormente, na fase do “assentar”, as diferenças começam a se manifestar: o Movimento necessitando da contínua mobilização e participação dos assentados e os assentados, por sua vez, em resposta às marcas históricas de itinerância e exclusão do acesso a terra, querem apenas sossegar. E assim, entre o MST e o campesinato encontramos uma relação contraditória e complementar.

Identificamos que a configuração do espaço de vida Assentamento Pátria Livre é a cristalização de todas as contingências (conjunto de valores e práticas sociais da formação social englobante) que condicionam a interação dos atores sociais envolvidos, quais sejam:

- Estruturas socioculturais sobreviventes da configuração social “sociedade agrária tradicional”: a pecuária e todas as relações nela envolvidas (o manejo do vaqueiro, a manutenção dos pastos, a agricultura de subsistência praticada pelos lavradores, o transporte do gado pelos tropeiros e o comércio a ele atrelado); o *habitus* camponês; as formas de poder personalizadas e todo um sistema sociocultural que conserva motivações relacionadas a valores como a reciprocidade, a lealdade e a honra, aspectos societários que podem ser caracterizados como sendo “economia moral”

- O processo de modernização capitalista da produção que inseriu a economia da região no mercado de *comodities* desenvolveu a nova racionalidade econômica voltada essencialmente para a valorização do capital e agiu sobre a configuração societária tradicional, provocando forte impacto: êxodo rural, migração, urbanização, aumento das desigualdades sociais, crise urbana e social e, por fim, a organização e reação dos camponeses/trabalhadores.

- Uma nova cultura política e novas formas de organização social introduzidas pelos Movimentos Sociais, principalmente pelo MST, fundadas nos ideais de igualdade e de justiça social.

Assim, percebemos que, movidos pelo *habitus* e condicionados pela demais forças acima descritas, produziram uma configuração social no Assentamento compostas de várias esferas inter-relacionadas, como descrevemos abaixo:

a) a esfera mais restrita que é a casa e a terra da família, espaço físico e social da autonomia familiar camponesa, espaço essencial do modo de vida camponês. É a esfera do “Eu/Meu”, do compartilhamento e da reciprocidade restrita e eletiva. Espaço pelo qual lutaram muito e pelo qual tiveram que fazer concessões como a adoção da agrovila, aceitação de uma área menor\lote, entre outras.

Há que se destacar que o lote no assentamento, “a roça”, é um espaço de vida e de referência para a família extensa, um lugar de sossego para os cansados da vida itinerante e um “porto seguro” para o qual os membros da “rede” retornam em épocas de dificuldades na “rua”. (cidade).

b) a esfera do “Nós/Nosso”, espaço físico e social do conjunto das famílias assentadas, da agrovila, do conjunto das unidades de produção familiar e dos demais espaços coletivos como as pastagens, os dois Núcleos de Assentados e a Associação dos Assentados. Este espaço representa o espaço do interconhecimento da comunidade camponesa, mas no caso do Assentamento Pátria Livre, é uma formação nova que aglutina diversas famílias estranhas entre si, apesar das redes de interconhecimento prévio, entre as quais se tecerão as novas relações de vizinhança. Uma fonte de coesão importante é sua identificação como “Sem Terras”, construída na luta pela terra e reforçada constantemente pelo Movimento no assentamento. Por fim, a esfera do “nosso” é o espaço intermediário e de interseção entre o “eu” e o “eles”, é o espaço de disputa entre o *habitus* camponês e a proposta política do MST.

c) a esfera do “Eles/Deles”, espaços do MST e das lideranças que, embora tentem ser aceitos como “nós”, são vistos, quase sempre, como alguém de fora. Somente em certos momentos, como no período de luta pela terra e mobilização para alcançar recursos para o assentamento, o “Eu” e o “Eles” integram-se como “nós”. Alguns assentados são considerados como “Eles”, pois trabalham fora do assentamento na Secretaria do MST.

Compreendemos que esta configuração social do espaço de vida é decorrência do conflito inicial pela autonomia familiar e, talvez, com o passar do tempo seja superada e os camponeses possam aderir com mais entusiasmo e

confiança ao Movimento. O assentamento é recente, com uma configuração social em formação e acomodação.

Por tudo isso, é possível afirmar que o espaço rural do Assentamento é um novo espaço rural social e politicamente “reformado”, tecnologicamente não moderno, estagnado na agricultura tradicional camponesa e em busca de um novo paradigma produtivo. É preciso enfatizar que, tratando-se de um processo de recamponização, muitos assentados perderam parte dos conhecimentos necessários para a vida na terra e devem reaprendê-los.

Por fim, identificamos a “configuração social” do Assentamento Pátria Livre como a cristalização da luta pela reconstrução de um “espaço de vida” camponês, onde não há separação entre morar, trabalhar e viver. É a procura por um espaço de vida “total”, no qual integram-se família, parentes e amigos.

Em se tratando da configuração social do espaço maior, no qual o assentamento está circunscrito, é possível destacar a dupla relação que os assentados estabelecem: com os fazendeiros locais, mantêm uma relação de venda de força de trabalho e com os povoados vizinhos, de amizade e de lazer.

Os centros urbanos de Barra do Choça e Vitória da Conquista são espaços fundamentais de relações econômicas sociais e culturais. Além da feira onde compram e vendem seus produtos, muitos continuam trabalhando na cidade. Apesar dos depoimentos sobre a violência e a degradação da vida da cidade e o desejo de se afastar dela efetivamente, a cidade faz parte de suas vidas. A “rua” para as famílias camponesas da região é um espaço essencial de trabalho, necessário para a reprodução de sua condição camponesa. Por isto mantêm e cultivam os laços de interconhecimento com os amigos e parentes que moram na cidade. Da mesma forma os amigos e parentes contam com a acolhida na roça em momentos de desemprego e dificuldades no meio urbano. A terra serve como um elo de fortalecimento dos laços familiares, um “porto seguro” que remete ao passado de laços de parentesco e de vizinhança desorganizados pela modernização.

O espaço rural da região do TRVC é em parte modernizado, principalmente na monocultura do café e na pecuária. A agricultura, muito devido às condições

ambientais semi-áridas, continua tradicional em grande medida. As “relações de produção”, no meio rural e em boa parte dos setores econômicos urbanos, continuam mantendo muitas marcas da sociedade agrária do tempo dos “coronéis”, fazendo com que a caracterização de “novo rural atrasados” seja pertinente.

Para nós as interações sociais regionais ainda continuam, em muitos aspectos, vinculadas aos valores do mundo tradicional da pecuária extensiva. Desta forma, as formas de sociabilidade “restritas” são perceptíveis somente em alguns espaços urbanos exclusivos da burguesia comercial e classe média de profissionais liberais do setor de serviços.

Na região em questão, a sociabilidade ainda está fortemente ligada ao mundo rural; o que resulta num intenso intercâmbio campo/cidade. Assim, a cidade foi incorporada como um espaço de reprodução familiar camponesa, pois suas redes de solidariedade contêm “nós”, “trincheiras avançadas” no espaço urbano.

Assim, percebemos formas de sociabilidade que integram, sob a lógica do *habitus* camponês, o mundo rural e o urbano como, por exemplo, as “visitas” e as “estadias” oferecidas para os parentes e amigos, relações pautadas pelo prazer de estar juntos, mas também revestidas pela utilidade de reforçar, reatar os laços e distribuir conhecimentos e informações necessárias para a reprodução familiar e grupal.

No assentamento percebemos o início da consolidação de formas de sociabilidade, que denominamos de primárias / informais / eletivas, fundamentadas no *habitus* camponês e as formas de sociabilidade secundárias / formais / compulsória em desenvolvimento a partir da incorporação de novas percepções e prática no *habitus*.

Tudo isso porque no Assentamento Pátria Livre, em que pesem as resignificações do *habitus* camponês e as transformações do espaço rural tradicional em um espaço “reformado” de assentamento de “Sem terras”, identificamos que as relações sociais e a sociabilidade ainda encontram-se fundamentadas em um modo de vida camponês que busca dar um sentido de

totalidade a vida na terra, trabalhando em família. “Viver com a família no sossego da terra”.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. Terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980, 4 Ed.
- ARIÉS, Philipe. Historia social da criança e da familia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981. 2ª Ed.
- BERGAMASCO, Sonia. M. P. P. e NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BIDART, C. Sociabilités: quelques variables. Revue Française de Sociologie. V. 24, n.4, p.621-648, 1988
- BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____, Pierre. La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____, Pierre. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994. ORTIZ R. (ORG.)
- _____, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996a. p.183-191
- _____, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996b.
- _____, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, O afeto da terra. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- BRENNEISEN, Eliane. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- CACCIA-BAVA, Augusto. Solidariedade, sociabilidade e ética política: temas clássicos ou contemporâneos. In: D'INCAO, Maria Angela (ORG). Espaço e sociedade. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas (Estratégias para entrar Y salir de la modernidad)*, Grijalbo, México, 1990.

CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – BA). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Sudoeste da Bahia. Salvador, 1999.

CARON, P. e SABOURIN, E. *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília: Embrapa, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses do mundo do trabalho: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CETRULO NETO, Francisco. Simmel: sociabilidade e sociedade moderna. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Sociabilidade: Espaço e Sociedade*. São Paulo; Grupo Editores, 1999.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vison, 1974.

CONCEIÇÃO JR., Valdomiro (Org.). *Perspectivas da produção agroecológica em Vitória da Conquista – Bahia*. Resumo publicado no IV Congresso Brasileiro de Agroecologia, Belo Horizonte/Nov. 2006.

CONCRAB. *Sistema Cooperativista dos assentados*. São Paulo. Cadernos de cooperação agrícola n. 5, 1998.

COTTA JR., Humberto. *Leituras sobre família e modos de vida, no tempo e no espaço*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Sociabilidade: Espaço e Sociedade*. São Paulo; Grupo Editores, 1999.

COUTO FILHO, Vitor de Atayde e SCHIMITZ, Arno Paulo. *Ocupação da mão-de-obra rural na Bahia*. In: BAHIA, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – *Bahia, cenários de uma agricultura*. Salvador: SPA/SEAGRI, 2001.

COUTO FILHO, Vitor de Atayde. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999. (Serie Estudos e Pesquisas).

D'INCAO, Maria Angela. *Modos de ser e de viver. A sociabilidade urbana*. In: *Tempo Social*, USP, SP 4 (1-2), 1992. P. 95 a 109.

DAMATTA, Roberto. *A casa a Rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan SA. 1991.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas: Ed Ícone, 1985 a.

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DURAN, Eunice R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo: 2004.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAO/INCRA, (GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. Coord.). *Novo Retrato da agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N.18. 2002.

FERREIRA, Djalma Neves e RIBEIRO, Sônia Pereira. *A espacialização do desenvolvimento social no território baiano*. Série Políticas Públicas – n.2. SPE/SEPLANTEC, 2001.

GARCIA JR, Afrânio Garcia. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília DF: Editora universidade de Brasília : MCT-CNPQ, 1989. – (Coleção Pensamento Antropológico.

_____ e PALMEIRA, Moacir. *Transformação agrária*. In: *Brasil um século de transformações*. Orgs. Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

GUIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Presença, 1972.

HEREDIA, B. A morada da vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). www.ibge.gov.br. 2004.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. v. I.

LOERA, Nashieli Rangel. A espiral das ocupações da terra. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos) in: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUSS, M. ENSAIO SOBRE A DÁDIVA: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas Sociologia e Antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac e Naify, 2003, 503 p.

MEDEIROS, Rui. Jornal O FIFÓ, de novembro de 1977, p. 09.

_____, Rui. Relatos da Conquista, Vitória da Conquiata, 1998. (Texto inédito).

_____, Rui. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luis **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. Agricultura Baiana: de onde viemos e para onde vamos. In: BAHIA, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – *Bahia, cenários de uma agricultura*. Salvador: SPA/SEAGRI, 2001.

MENDRAS, Henri. Sociétés paysanes. Paris: A. Colin, 1976.

MENEZES, Marilda A. e WOLFORD, Wendy. A economia Moral em Movimento : relações sociais e a produção de cana em Pernambuco. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de Outubro 2005.

MORAES, M. A. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MOTA, Dalva Maria da. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional e local. Salvador: Ed. da UFBA, 1998.

PAIXÃO, M. Desigualdades Raciais no Estado da Bahia: um panorama através dos indicadores do Censo 2000. Nota de Estudos 03/2003. In: http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota_03.pdf.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. Congrès International des Américanistes. Paris, 1976, n. 42 (2-9 septembre).

PEIXOTO, C. Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo: Annablume, 2000.

PINTO, Luis Carlos Guedes - "Grupos de interesse e crédito rural no Brasil". In: **Revista de Economia Rural**, 19 (N. esp.), Brasília, 1981. pg 65-83,

_____, Luis Carlos Guedes. "Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período 1964 - 1994. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, n.1, v.25, jan-abr, 1995. pg65 - 83.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Os assalariados da lavoura cafeeira – Vitória da Conquista – 1985/1989. UESB, Vitória da Conquista, BA, 1989.

PNAD, (2007) Disponível em www.ibge.gov.br/.

PRADO, JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v1/pmvc.php?pg=noticia&id=1743>.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMONSEN, 1988 (ORG) Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil). São Paulo: vértice, 1988.

QUINTEIRO, M. C. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1985, 2ª Ed.

RIED, M. e NAVARRO, Z. S. Reforma agrária na região Sul. In: SCHMIDT, B.V., MARINHO, D.N.C., ROSA, S.L.C. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, Ed. UNB, 1998.

RUSCHEL, V. B. 2001. Cooperação e trabalho na escola do MST: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio. Dissertação/ PPGE

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978.

SANTOS, Vitória Carme Correia. Políticas públicas e desenvolvimento regional no Estado da Bahia: o exemplo da região de Vitória da Conquista. Tese de Doutorado, NPGEO/UFS, Aracaju, 2008.

SEI, (superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (2009). *Cadernos de Estudos*. <http://www.sei.ba.gov.br/>.

SEIFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre, Movimento, 1974.

SHANIN, Teodor, (1980). A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. In: *Novos Estudos CEBRAP26*. <http://www.cebrap.org.br/biblioteca-virtual>.

SIGAUD, Ligia. "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". *Novos Estudos Cebrap*, no. 58, 2000.

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. In: *Tempo Social*. Vol. 17, n. 1, São Paulo, Junho/2006. <http://www.scielo.br/scielo>.

SILVA, José Graziano Da; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. *Novo Rural Brasileiro: uma atualização*. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural

SILVA, Marineide Maria. *O mosaico do desemprego*. Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2009.

SIMMEL, Georg. *Filosofia del denaro*. Torino: UTET, 1984.

_____. *Questões fundamentais de sociologia: Indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOUZA, Maria Aparecida. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da*

terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, Suzane T. Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da bahia. Tese de Doutorado.UFS/NPGEC Cristóvão/SE. Julho de 2008

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos (et.al). Reforma Agrária na Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nas ár assentamentos rurais. Vitória da Conquista, 2002, 321p. (Relatório de Pesquisa apres ao PIBIC-CNPq).

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1978, v. 2.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania. Caderno CRH 19. Salvador, 1993.

THERY, Hervé. Le Brésil. Paris, Armand Colin, 2000.

THOMPSON, Edvard. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. Comunidade e sociedade. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972.

TURATTI, Maria Cecília Mazoli. Os filhos da lona preta: identidades e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: MOTA, D. M. da; TAVARES, E. D.; IVO, W. M. de M. (orgs.). Agricultura familiar em debate. Aracaju: EMBRAPA-CPATC, 1997.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. IN:

Estudos Sociedade e Agricultura, Outubro/2000a, n.15.

_____. Valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: WORD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGI, 10, Rio de Janeiro, Anais, Rio de Janeiro: IRSA, 2000b. 1 CD ROM.

_____. Ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma, *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires, CLACSO/ASDI, 2001. P. 31-44.

_____. Identidade social e espaço de vida. In: WANDERLEY, Maria de Nazaréth Baudel (org.). São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WIRTH, L. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980. P. 82 a 95.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87. Editora Universidade de Brasília. Brasília: 1990.